



IBERSOL – SGPS, SA

Sociedade Aberta

Sede: Edifício Península, Praça do Bom Sucesso, n.º 105 a 159 – 9.º andar, 4150 – 146
Porto

Capital Social : 24.000.000 €

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de
matrícula e de identificação fiscal 501669477

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2016

- **RELATÓRIO DE GESTÃO**
- **RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE**
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS**

1. Introdução

2. Principais Indicadores

3. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

4. O ano de 2016

4.1 Principais acontecimentos

4.2 Enquadramento económico

5. O Grupo Ibersol

5.1 Estrutura de participações

5.2 Perfil estratégico do Grupo

5.3 Órgão Sociais

6. Actividade do Exercício

6.1 Restaurantes

6.2 Counters

6.3 Outros Negócios

7. Análise Financeira Consolidada

8. Riscos e Incertezas

9. Acções Próprias

10. Actividade do Membro Não Executivo do Conselho de Administração

11. Perspectivas

12. Distribuição de Resultados

13. Factos subsequentes e declaração de Responsabilidade

14. Agradecimentos

1. Introdução

O Instituto Nacional de Estatística divulgou em Fevereiro a sua estimativa para o ano 2016, que projectava um crescimento da economia portuguesa de 1,4%, atribuindo a aceleração do PIB verificada no último trimestre ao aumento do contributo da procura interna, resultante de uma recuperação do investimento e do crescimento mais intenso do consumo privado.

Consolidou-se assim a tendência positiva que impactou a performance do Grupo Ibersol, já que o consumo privado se acentuou num trimestre por natureza muito importante para a Restauração Moderna.

Neste contexto, o Grupo Ibersol continuou a evidenciar uma recuperação assinalável face aos anos da intervenção externa, evolução que foi de algum modo prejudicada pelo efeito da conversão cambial das vendas em Angola, em consequência da desvalorização da moeda local. Por outro lado, em Julho entrou em vigor a aplicação da taxa intermédia de IVA de 13% sobre as comidas, o que possibilitou algum amortecimento do impacto da subida do imposto, ocorrida em 2012.

A evolução favorável do mercado da restauração que também se verificou em Espanha impactou de forma positiva os negócios que se desenvolvem em Espanha.

No segmento de balcões as marcas que o Grupo Ibersol opera mantiveram a tendência do ano anterior e evidenciaram ganhos de quota de mercado e boas taxas de crescimento, também influenciadas pela abertura de novas unidades.

Os negócios agrupados em “Catering e Concessões” tiveram uma performance mais estável, decorrente das reorganizações de portfólio por simplificação da oferta, fim de períodos de concessão e renegociação de contratos e por um menor número de eventos de catering realizados.

O ano de 2016 fica também marcado pela transformação e evolução de marcas do grupo, pelas aberturas e remodelações realizadas e pela prossecução da estratégia de expansão selectiva com especial incidência para as marcas Pizza Hut e Burger King. Cumpru-se o programa de aberturas de unidades da Burger King, continuou-se o processo de remodelação de várias unidades de diferentes marcas, apostando na maior modernidade e em novas unidades, quer restaurantes quer counters, unidades de take away com sala, cafetarias e até espaços de referência para a realização de eventos.

O ano de 2016 veio demonstrar as múltiplas dimensões da capacidade de gestão, inovação e sustentabilidade do Grupo, destacamos a iniciativa que a Pizza Hut levou a

cabo no âmbito da prevenção rodoviária e das condições de trabalho, distribuindo aos colaboradores que procedem a entregas ao domicílio, um exclusivo e inovador capacete integral fluorescente amarelo, destinado a melhorar a visibilidade e segurança de todos aqueles que diariamente fazem entregas em todo o país.

A dimensão de gestão esteve também presente na inauguração de 12 novos restaurantes Burger King que confirmam a liderança do Grupo Ibersol na implementação da marca em Portugal e na presença em Angola, onde o Grupo se afirmou como o principal player da categoria de Restauração Moderna reforçando a presença da marca KFC, com mais 2 restaurantes para além de um restaurante Pizza Hut.

Durante o exercício, o Grupo teve oportunidade de reforçar a sua presença no mercado espanhol através da compra de 100% do capital da Eat-Out Group em Outubro passado.

A Eat Out Group é um dos mais importantes grupos de restauração em Espanha, com mais de 25 anos de história e com presença geográfica em Espanha, Itália e Portugal.

Opera no negócio de restauração com as marcas Pans & Company, Ribs, Santa Maria e Frescco, e no negócio de Travel, com aquelas e outras 13, como franquiado, em 6 aeroportos e 3 estações de comboio.

Com esta aquisição, o Grupo Ibersol converteu-se num dos mais importantes grupos de restauração da Península Ibérica: 667 restaurantes e vendas anualizadas do sistema de mais de 478 milhões de euros reportados a 2016.

2016 foi um ano de continuação da melhoria do ambiente económico que permitiu ao Grupo Ibersol continuar a encarar com optimismo a sua evolução futura e tomar uma posição ainda de maior destaque no contexto Ibérico.

Como fundamentos de uma operação robusta ao serviço dos seus clientes, o Grupo continua a dar especial destaque às vertentes da Qualidade e Segurança Alimentar, traduzida na certificação da sua actividade, alicerçada num trabalho constante e na persistência que o Grupo coloca nas suas operações, no sentido de garantir aos seus Clientes elevados padrões, que se refletem no reconhecimento e aceitação das suas marcas e nos milhões de refeições servidas anualmente.

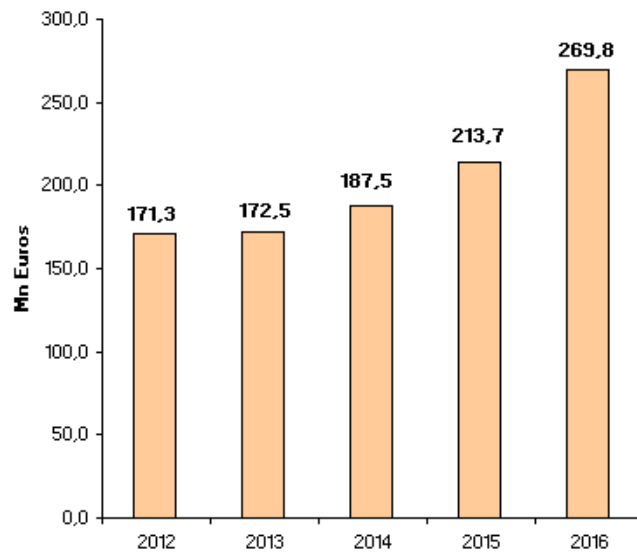
De referir, por último, que se cumpriu mais uma vez o compromisso do Grupo com uma vivência de Sustentabilidade a todos os níveis da organização. Foi mais uma vez esta matriz de responsabilidade que permitiu a concretização da estratégia de crescimento e uma visão clara de liderança e futuro.

2. Principais Indicadores

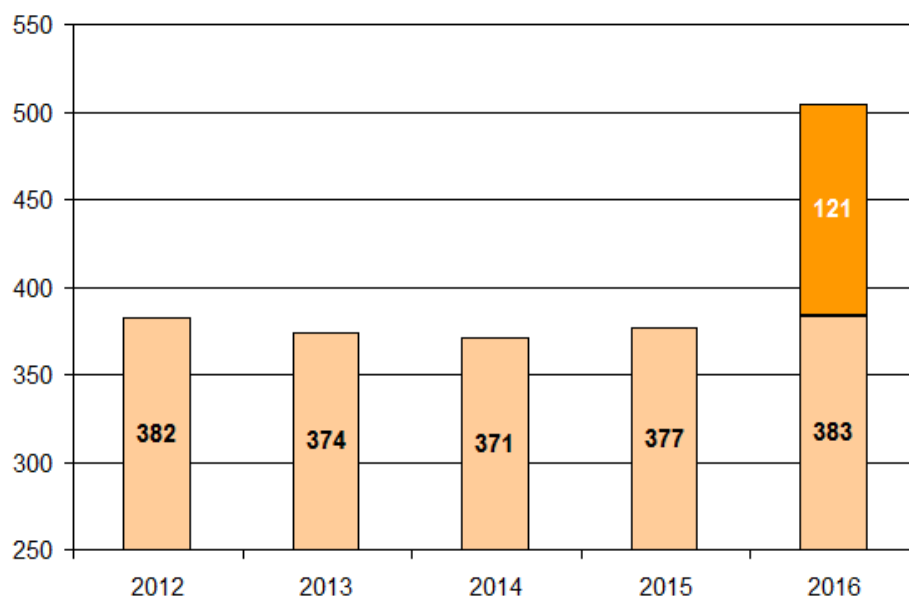
INDICADORES ECONÓMICOS 2016

	Volume negócios	Resultados operacionais	Resultados antes impostos	Resultados liquidos
Mn Euros	269,8	30,5	29,3	23,4
Var %	26%	67%	109%	118%

VOLUME NEGÓCIOS

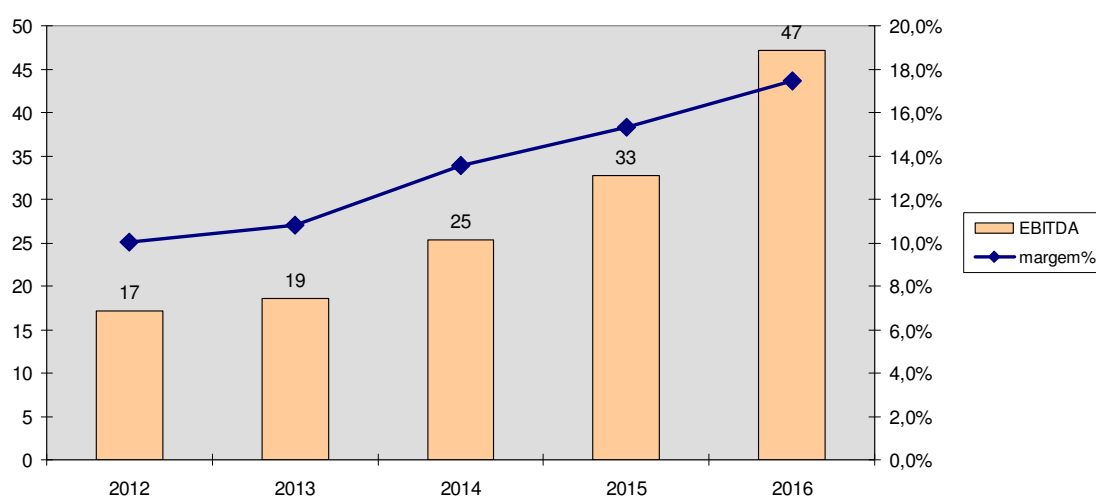


Nº UNIDADES PRÓPRIAS



Nota: incorporação em 2016 de 121 unidades próprias resultam da aquisição da EOG.

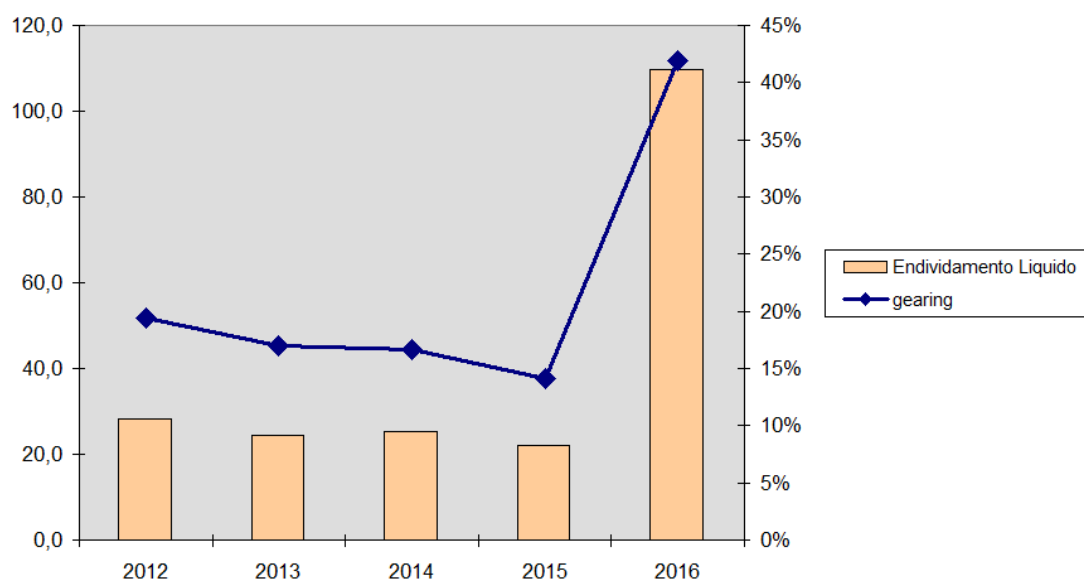
EBITDA



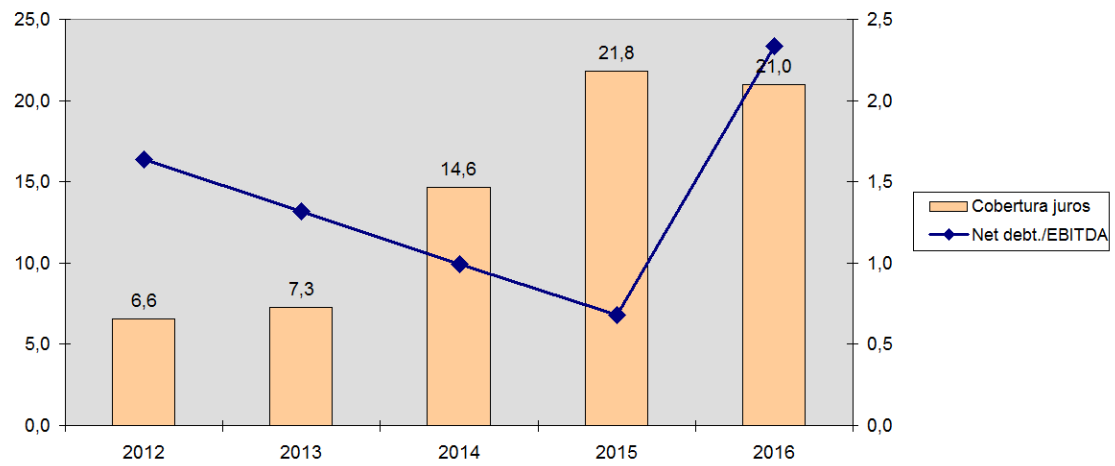
INDICADORES FINANCEIROS 2016

	Activo líquido	Endividamento líquido	Capital próprio
Mn Euros	423	110	152
Var %	75,2%	394,8%	16,8%

Endividamento Líquido



Cobertura de Juros



3. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

A melhor maneira de nos prepararmos para o futuro é concentrar toda a imaginação e entusiasmo no presente. Por isso, quanto defendemos o compromisso do Grupo com a sustentabilidade a todos os níveis da organização, estamos todos os dias a preparar o nosso futuro colectivo.

Foi esta matriz de responsabilidade que nos permitiu ultrapassar o período de contracção da economia e sair dele ainda mais fortes e mais robustos nos nossos processos e nas nossas convicções. Assim chegámos à concretização da estratégia de crescimento quer a nível nacional quer internacional.

Nada foi por acaso, nem reactivo, e mesmo quando reagindo, havia que o fazer antecipando cenários e resultado. Para tal, preparámo-nos pelas transformações que operámos nas marcas, no Grupo e nos nossos procedimentos. Demos continuidade a um ambicioso programa de remodelações e de aberturas, e identificámos a forma de crescer internacionalmente, com critério, de forma sinérgica e por isso concretizamos a aquisição do Grupo Eat Out.

Com esta aquisição ficámos mais fortes, mais abrangentes e ganhámos por mérito próprio um estatuto de grande player da restauração moderna, na Península Ibérica.

Continuamos a antecipar os desafios, a estudar o mercado e a implementar soluções e por isso somos um Grupo de referência.

Somos uma matriz de confiança para os stakeholders e queremos continuar o percurso de sucesso e solidez que nos caracteriza, defendendo a operação do Grupo, as suas marcas, o emprego, a relação com os nossos Clientes e a criação de valor, sempre com rigor e persistência, todos os dias, quer em Portugal, Espanha ou Angola.

4. O Ano de 2016

4.1 Principais Acontecimentos

O ano de 2016 foi marcado pela superação do período de contracção económica, do qual o Grupo Ibersol emergiu ainda mais forte. Esta superação materializa-se na concretização da estratégia de crescimento quer a nível nacional quer a nível internacional, evidenciada por três eixos: a continuação de um plano de remodelação e expansão ambiciosos, o crescimento internacional acelerado e a aposta nos colaboradores, motores do sucesso do Grupo Ibersol.

Um ambicioso programa de remodelações e de aberturas

Dando seguimento ao abrangente programa de remodelações dos nossos restaurantes, iniciado em 2014, procedemos à modernização de várias unidades da Pizza Hut, KFC, Pans & Company e Miit, que passaram assim a apresentar um novo ambiente com novas comodidades, design renovado e moderno, em conformidade com as últimas tendências.

O Grupo prosseguiu ainda com o seu plano de expansão. Na Burger King e Pizza Hut concretizou a abertura de 12 e 3 novos restaurantes, respectivamente. Nos aeroportos procedeu à abertura de 3 novos pontos de venda, 2 deles em Porto Santo e o terceiro em Ponta Delgada.

Um crescimento internacional acelerado

Como referido, em Outubro de 2016 o Grupo Ibersol concretizou a aquisição de 100% do capital da Eat-Out Group, um dos mais importantes grupos com presença geográfica em Espanha, Itália.

Aposta nos colaboradores, motor do sucesso do Grupo Ibersol

O sucesso da Ibersol deve-se não só à qualidade das suas marcas e produtos, mas sobretudo às Equipas que tornam possível, a cada dia, a superação das expectativas dos clientes. Reconhecendo que as pessoas desempenham um papel fundamental na excelência das operações, a Ibersol aposta na formação contínua e na valorização das Equipas.

A actualização das metodologias de formação dos negócios Pizza Hut e KFC é a comprovação da importância que damos ao processo formativo e à sua modernização. Em 2016, a plataforma “Learning Zone” foi atualizada com novos conteúdos formativos, que permitiram a recertificação de todas as Equipas online e passou a disponibilizar o programa de formação Leading a Shift (LAS), dirigido às Equipas de Gestão de Turno.

De forma transversal a todas as marcas do Grupo, foi feita a implementação do programa de formação Clean2Safe, que tornará mais seguros e efetivos os procedimentos de limpeza, com um impacto muito positivo na segurança alimentar e na segurança e saúde no trabalho das Equipas.

Durante o ano de 2016, com enfoque nas funções de estrutura, levamos a cabo um projecto de revisão do Sistema de Avaliação de Desempenho e do Potencial vigente no grupo, um instrumento essencial para a promoção do desenvolvimento do capital humano, por forma a corporizar o princípio FAZER SEMPRE MELHOR que orgulhosamente nos caracteriza!

Finalmente, e porque o que fazemos bem cá dentro se vê a nível internacional, tivemos a Pizza Hut e Burger King de parabéns! O concurso “PIZZA HUT OPERATIONS European Championship”, realizado entre Setembro e Novembro, foi vencido pela Pizza Hut Portugal, ex equo com a Roménia. Já a Burger King demonstrou o seu mérito, já que no fim de 2016 o restaurante de Famalicão foi distinguido pela Global Burger King Convention, pelo excelente desempenho de toda a Equipa. Adicionalmente, o restaurante viu um dos seus colaboradores reconhecido como Most Value Player, distinção apenas atribuída, até hoje, a 3 restaurantes em todo o mundo.

4.2 Enquadramento Económico

Situação a nível mundial

Dados recentes do Eurosistema indicam que a atividade económica mundial progrediu de forma positiva no segundo semestre de 2016, com uma expansão relativamente estável nas economias avançadas e uma ligeira melhoria nas economias dos mercados emergentes.

As perspetivas de médio prazo apontam para um reforço do crescimento, ainda que a um ritmo inferior ao verificado antes da crise. As perspetivas continuam a ser ensombradas por diversos fatores, nomeadamente o preço reduzido das matérias-primas nos países exportadores e o lento reequilíbrio da economia chinesa.

A atividade económica nos Estados Unidos registou uma melhoria acentuada no terceiro trimestre de 2016. O crescimento deverá continuar a um ritmo moderado.

O crescimento da China estabilizou no terceiro trimestre de 2016, apoiado pelo aumento do consumo e pelas despesas em infraestruturas. Prevê-se que o consumo seja o principal fator impulsionador do crescimento, face à redução gradual do excesso de capacidade produtiva.

No Japão, a atividade económica cresceu de forma modesta, por efeito de uma procura externa fraca e da estagnação do consumo privado. Espera-se que o aumento da procura externa permita a recuperação gradual das exportações e que as medidas de estímulo orçamental continuem a apoiar a procura interna.

No Reino Unido, o crescimento do PIB foi apoiado por um consumo robusto e pelo contributo significativo do comércio, ao mesmo tempo que o investimento se manteve.

Na Zona Euro, o crescimento económico registado em 2016 foi suportado pelos baixos preços do petróleo, pela política fiscal ligeiramente expansionista e pela política monetária acomodatória, fatores que deverão começar a esbater-se em 2017. A taxa de inflação deverá continuar a evoluir de forma positiva.

Os principais fatores de risco são de natureza política: o Brexit e as eleições em vários países europeus, que podem ditar alterações ao nível das relações entre países, inclusive do próprio projeto europeu.

Situação em Portugal

Projeções recentes estimam que a economia portuguesa tenha crescido 1,5% em 2016, devendo aumentar para 1,7% em 2017 e estabilizar o ritmo de crescimento nos anos seguintes. A aceleração de 2% no quarto trimestre de 2016, traduzindo uma dinâmica acima do esperado da generalidade das componentes da procura agregada, reforça a probabilidade de revisão em alta do crescimento para 2017.

No final do horizonte de projeção 2017-2019 o PIB deve atingir um nível idêntico ao registado em 2008. No entanto, sendo o crescimento inferior ao registado na área do euro, não será possível reverter o diferencial negativo acumulado entre 2010 e 2013.

A continuada falta de convergência real face à área do euro reflete a persistência de constrangimentos estruturais ao crescimento da economia portuguesa, no qual assumem uma relevância especial os elevados níveis de endividamento dos setores público e privado, uma evolução demográfica desfavorável e a persistência de ineficiências nos mercados de trabalho e do produto que requerem a continuação de reformas estruturais.

Medida em volume, a riqueza gerada internamente encontra-se ainda cerca de 4% abaixo dos níveis registados antes da eclosão da crise financeira internacional, pesando sobretudo desde então a retração da procura interna (10,5% abaixo dos níveis de 2008) e em particular do investimento (34% inferior). Pela positiva destacam-se as exportações, 34,6% superiores aos níveis de 2008, facto que evidencia os progressos no sector transacionável, a crescente abertura da economia ao exterior e a conquista de quotas de mercado internacionais. No conjunto do ano, as exportações de bens e serviços aumentaram 4,4% em volume, mantendo a consistência dos anos anteriores.

Em contrapartida, a aceleração verificada nas importações evidencia que uma parte significativa da procura interna recai sobre consumo e investimento de bens com elevado conteúdo importado, com o inerente impacto negativo para o andamento do PIB.

No que concerne ao mercado de trabalho, importa referir que a taxa de desemprego se fixou em 11,1% no ano de 2016 (a mais baixa desde 2010, que foi de 10,8%), estimando-se que continue a reduzir-se de forma sustentada nos anos seguintes.

Conforme referido, antecipa-se para 2017 um crescimento moderado da atividade económica, sendo expectável que o Governo aumente a formação bruta de capital fixo, aproveitando a execução do novo programa de fundos europeus. Por outro lado, a previsível melhoria relativa da situação em Angola e o maior crescimento económico na Zona Euro também contribuirão positivamente. Mas apesar do crescimento registado no nível de rendimentos e da melhoria no mercado de trabalho, o consumo das famílias deverá manter-se em níveis moderados, refletindo o ainda elevado grau de endividamento e a baixa taxa de poupança.

Situação em Espanha

Em 2016 a economia espanhola cresceu cerca de 3,2%, em linha com o verificado no ano anterior, beneficiando do forte contributo da procura externa, traduzida no incremento das exportações, que compensou a redução da procura interna originada pela desaceleração do investimento nos setores industrial e da construção.

As mais recentes projeções do Banco de Espanha apontam para uma menor expansão da economia nos próximos anos, devendo o crescimento do PIB atingir 2,8% em 2017, 2,3% em 2018 e 2,1% em 2019.

A recuperação económica assenta no dinamismo do mercado de trabalho, que deverá crescer 2,6% em 2017 e cerca de 2% nos anos seguintes, esperando-se que a taxa de desemprego se fixe em 14% no final de 2019. A esperada desaceleração do crescimento da economia resulta do previsível aumento do preço do petróleo e de uma política orçamental menos expansiva, devendo no entanto manter-se em níveis superiores à média da UEM.

A médio prazo, todos os indicadores apontam no sentido da manutenção sustentada do crescimento da economia, beneficiando das correções dos desequilíbrios estruturais e da melhoria da competitividade, continuando o processo de restabelecimento dos principais equilíbrios macrofinanceiros. De realçar a diminuição verificada na dependência importadora da economia espanhola, com a substituição de alguns produtos importados por produção nacional, que a confirmar-se contribuirá para mitigar o impacto negativo da recente subida do preço do crude.

No início de 2017 verificou-se um incremento da taxa de inflação, devido ao aumento dos preços da eletricidade e do petróleo, efeito que tenderá a desvanecer-se ao longo do ano, estimando-se que o IPC médio de 2017 seja de 2,2%, reduzindo-se para cerca de 1,5% nos anos seguintes.

Situação em Angola

Depois de um crescimento económico modesto de cerca de 0,9% em 2015, as previsões do FMI apontam para um cenário de estagnação no ano de 2016, com uma contração de 0,5% do sector não petrolífero, por efeito do fraco desempenho dos sectores da construção, dos serviços e do setor industrial, que vê limitado o potencial de substituição das importações de bens pela escassez de matérias-primas importadas, devido à disponibilidade limitada de divisas.

A inflação anual deverá ter atingido 42% no final de 2016, refletindo a subida dos preços dos combustíveis e a desvalorização acentuada do Kwanza.

A situação económico-financeira atual é consequência direta da redução do preço do petróleo iniciada em meados de 2014 o qual, ao reduzir de forma considerável as receitas fiscais e as exportações, acelerou a desvalorização da moeda e o aumento da inflação e obrigou a travar a fundo o crescimento, nomeadamente o investimento público.

É absolutamente prioritário para o futuro de Angola conseguir dar passos firmes para alterar a dependência excessiva do setor petrolífero, através de programas sustentados de diversificação dos setores económicos, com especial ênfase para a agricultura, indústria, reduzindo as vulnerabilidades estruturais da economia.

As perspetivas para 2017 são um pouco mais animadoras. A Assembleia Nacional aprovou um orçamento moderadamente expansionista, contemplando um aumento do investimento em infraestruturas sem no entanto descurar o rigor orçamental no combate à despesa e ao desperdício não produtivos. No setor petrolífero assiste-se a alguma recuperação do preço médio do barril e a uma ligeira descida na produção diária, em linha com a estratégia definida pela OPEP.

No âmbito do processo de reforma orçamental de médio prazo, estão a ser equacionadas, para o futuro próximo, algumas reformas de fundo no sistema fiscal, sendo de destacar a possibilidade de adoção do IVA, em substituição do atual Imposto de Consumo. Esta medida permitirá o alargamento substancial da base tributária, contribuindo para evitar a dupla tributação e tornando mais fácil o combate à evasão fiscal.

Em 2017 o crescimento do PIB deve recuperar para 1,25%, com alguma expansão no setor não petrolífero, e com uma trajetória descendente da inflação, que deverá situar-se em cerca de 20% no final do ano.

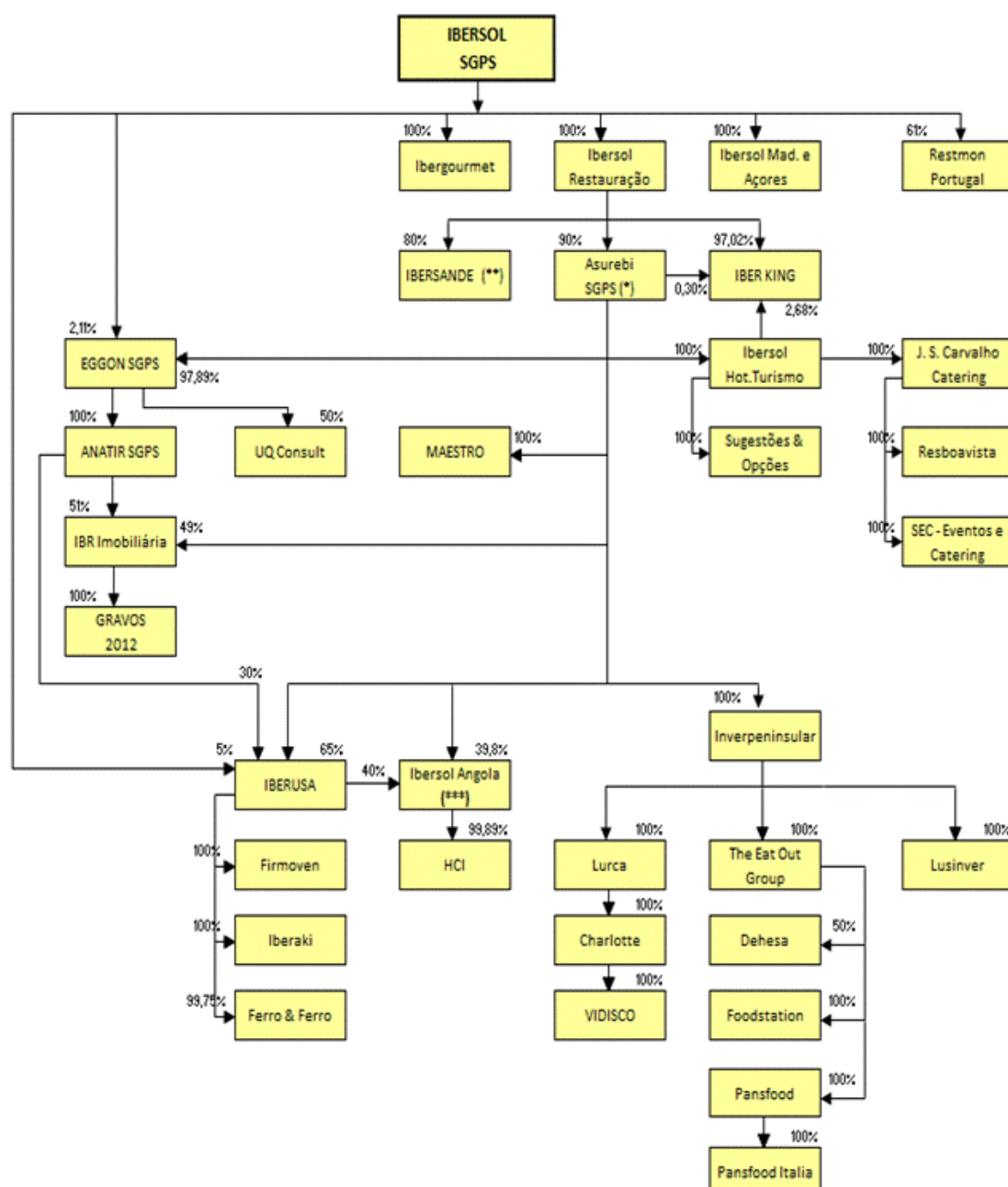
Nota Final

Em termos globais, as perspetivas económicas para 2017 são de crescimento, com o regresso a uma tendência de maior normalidade: aumento lento da inflação, aumento dos preços das commodities, taxas de juro mais altas, crescimento do investimento e melhoria no mercado de trabalho. No entanto, a situação política decorrente das eleições nos Estados Unidos, a manutenção dos conflitos no Médio Oriente, a crise dos refugiados, a evolução política de alguns países da Europa e da Turquia, constituem situações de risco que podem influenciar de forma decisiva o rumo dos acontecimentos.

5. O GRUPO IBERSOL

5.1 Estrutura de participações

PARTICIPAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016



(*) Restantes accionistas da ASUREBI: IBERSOL SGPS (10%)

(**) Restantes accionistas da IBERSANDE: PANSFOOD (20%)

(***) Restantes accionistas da IBERSOL ANGOLA: ANATIR SGPS (10%), EGGON SGPS (10%) e IBERSOL SGPS (0,2%)

5.2 O perfil estratégico do Grupo

Garantir as boas experiências e qualidade de vida

Os Clientes exigem cada vez mais boas experiências que potenciem a sua qualidade de vida. Por isso, o Grupo procura garantir em todas as suas marcas uma oferta diversificada que possibilite aos consumidores experiências variadas em qualidade e sabor. Do pequeno-almoço ao almoço, durante a semana ou fim-de-semana, estamos presentes em todos os momentos de consumo em variadíssimas ocasiões. Procuramos proporcionar aos consumidores momentos de bem-estar aliados a uma alimentação equilibrada. Por isso, desenvolvemos o programa Viva Bem (site e blog), onde promovemos um diálogo responsável com o Cliente, colocando à sua disposição informação sobre a composição nutricional e alergénios dos produtos Ibersol e sobre como adoptar um padrão de vida que garanta uma alimentação equilibrada e um estilo de vida saudável.

Focar as energias na relação com o cliente

Os Clientes são a razão de ser do Grupo Ibersol, pelo que lhes é dedicada toda a atenção. É por isso que procuramos sempre estar à altura das suas expectativas, antecipando tendências, satisfazendo necessidades e apresentando propostas de valor cada vez mais sólidas.

Contribuindo para a excelência operacional, o Programa Guest Experience e os inquéritos de satisfação online “a minha experiência” implementados na Pizza Hut, Burger King, KFC, Pans&Company, Miit e Pasta Caffé são fortes exemplos da relação de proximidade entre marcas e Clientes que o Grupo defende.

Desenvolvimento e Valorização das Pessoas

No Grupo Ibersol o desenvolvimento do capital humano está indelevelmente associado à meritocracia e aos resultados alcançados. O Grupo reforça a cultura de valorização das pessoas com base num sistema que, guiando-se pelos valores Ibersol e pelos resultados alcançados, permite avaliar o desempenho e o potencial, e assim acompanhar o crescimento sustentado das Equipas e do seu know-how.

O contínuo trabalho de revisão das metodologias de formação nos negócios Pizza Hut e KFC, que levou à recertificação de todas as equipas, é um exemplo desta cultura de

valorização, tal como a plataforma “Learning Zone”, que possui agora novos conteúdos formativos.

O Grupo acompanha o desenvolvimento das suas Pessoas e Equipas, dando resposta às suas expectativas e às necessidades de expansão.

Uma rede social de valor acrescentado para o consumidor

O Grupo Ibersol possui uma rede de relações emocionais e de confiança, que se estabelece entre os colaboradores e Clientes, a cada minuto do trabalho. Esta rede faz parte integrante do ADN do Grupo. Para o efeito, o Grupo investe continuamente nas competências das suas equipas, especialmente dos Gestores de Unidade, dos Gestores de turno e na sua responsabilização pela interacção com o Cliente. São estes Gestores que permitem identificar mais rapidamente as mudanças do perfil de consumo, “lendo” as expectativas e as realidades em mudança e transmitindo-as de modo a que sejam incorporadas em novas propostas de valor, por forma a criar continuamente condições para que a equipa Ibersol seja portadora dessa relação de valor acrescentado com o Cliente – ligando-se, comunicando de forma relevante, com atenção e dedicação.

Processos globais de gestão e planeamento logístico

O Grupo Ibersol organizou uma cadeia de abastecimento que garante a qualidade dos produtos que comercializa, desde o fornecimento até à venda, passando pela logística.

É um corpo único, homogéneo, que se agiliza todos os dias através de uma política activa de qualidade e certificação. De destacar especificamente a certificação na norma NP EN ISO 22000: Sistemas de Gestão de Segurança Alimentar que abrange a gestão da cadeia alimentar das operações de restauração do Grupo e que é a base das actividades desenvolvidas em Portugal e Angola.

A centralização da cadeia de abastecimento que suporta a operação em Portugal e Espanha foi alargada à operação em Angola, possibilitando ganhos de eficiência e produtividade, quer no processo propriamente dito, quer na relação com os parceiros de negócio.

A preocupação de não comprometer a qualidade em função do preço é uma directriz que não comporta excepções. Por isso, através da melhoria contínua dos processos de

gestão de recursos e bens, a Ibersol pretende manter relações duradouras e consistentes com os parceiros fornecedores.

A excelência na qualidade e segurança

Através de uma política activa de qualidade e certificação, o Grupo Ibersol reforça o seu posicionamento como grande player da restauração. O seu rigor e exigência permitem continuar a trilhar um caminho de excelência, tendo alcançado um número recorde de certificações tanto em Portugal como em Angola na qualidade das suas operações, serviço ao cliente e segurança alimentar.

Para o Grupo Ibersol, as certificações vêm confirmar e premiar todo o empenho e dedicação que as suas equipas colocam em tudo o que fazem.

Na área da certificação o Grupo Ibersol viu renovadas as certificações pelas seguintes normas:

- NP EN ISO 22000: Sistemas de Gestão de Segurança Alimentar em Portugal com o âmbito de Gestão da Cadeia Alimentar das Operações de Restauração do Grupo Ibersol; Prestação de Serviços de restauração/catering nos restaurantes: Gestão da cadeia alimentar das operações de restauração do Grupo Ibersol. Prestação de serviços de restauração/catering nos restaurantes: Catering Estádio do Dragão, Spoon Terminal 1 Aeroporto de Lisboa, Clocks Terminal 1 Aeroporto de Lisboa, Multimarca Terminal 1 Aeroporto de Lisboa (Pizza Hut, KFC, Cockpit Drinks & Tapas Terminal 1), Burger King Dolce Vita Porto; Quiosques Café Dolce Vita Porto; KFC Dolce Vita Porto; O'Kilo Dolce Vita Porto; Pizza Hut Dolce Vita Porto; Pans & Company Dolce Vita Porto; Pasta-Caffé Dolce Vita Porto; Burger King Colombo; Pizza Hut Colombo; Pans & Company Colombo; KFC Colombo; Burger King NorteShopping; KFC NorteShopping; Pasta-Caffé NorteShopping; Pizza Hut NorteShopping; Pizza Hut Foz; Pizza Hut Matosinhos; Vog Tecmaia; Blue Caffé; KFC CascaisShopping; Burger King Cascais, KFC Vasco da Gama, KFC Fórum Almada. Gestão e produção de refeições e pré-preparados na Unidade Central de Produção de Sintra;
- NP EN ISO 22000: Sistemas de Gestão de Segurança Alimentar de todas as unidades KFC em Angola e cadeia logística com o âmbito da Cadeia Logística e Operação de Restaurantes;
- NP EN ISO 9001: Sistemas de Gestão da Qualidade; NP EN ISO 14001: Sistemas de Gestão Ambiental e NP EN ISO 18001: Sistemas de Gestão Segurança e Saúde no Trabalho com o âmbito na Gestão das Operações de Restauração do Grupo Ibersol (Serviços Centrais, processos transversais e Vog).

Uma política activa de gestão de recursos e respeito pelo ambiente

O Grupo Ibersol continua a consolidar políticas de boas práticas na gestão dos recursos, nomeadamente na área dos consumos de energia, o que se traduz numa política activa de sustentabilidade. Esta política, com efeitos colaterais positivos, tem permitido atingir bons resultados com melhorias significativas de ano para ano.

O Grupo repensou as equipas, as energias consumidas, os consumíveis, os produtos, os desperdícios e, sobretudo, interiorizou uma forte preocupação com a mudança de processos e formas de fazer.

O “Programa de Reciclagem de Óleos Alimentares Usados” é, talvez, o expoente máximo desta realidade sustentável.

5.3 Órgão Sociais

Conselho de Administração:

Presidente - Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

Vice-Presidente – Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

Vogal – Professor Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero de Bonifaz;

Conselho Fiscal:

Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;

Vice-Presidente – Dr. António Maria Borda Cardoso;

Vogal – Dr. Eduardo Moutinho Ferreira dos Santos;

Suplente – Dr.ª Maria Helena Moreira de Araújo;

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente da Mesa – Dr.ª Alice de Assunção Castanho Amado;

Vice-Presidente da Mesa – Dr.ª Anabela Nogueira de Matos;

Secretária – Dr.ª Maria Leonor Moreira Pires Cabral Campello;

Comissão de Vencimentos:

Dr. Vítor Pratas Sevilhano;

Dr. Amândio Mendonça da Fonseca;

D. Alfonso Munk Pacin;

Revisor Oficial de Contas:

PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pelo Dr. Hermínio António Paulos Afonso ou pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia;

Secretário da Sociedade:

Secretário Efectivo - Dr. José Carlos Vasconcelos Novais de Queirós;

Secretária Suplente – Dr.ª Maria Helena Moreira de Araújo

6. Actividade do Exercício

6.1 Restaurantes

O segmento de restaurantes é composto por 235 restaurantes que geraram um volume de negócio de cerca de 79 milhões de euros.

Pizza Hut (Portugal)

A Pizza Hut conta com 26 anos de presença em Portugal, mantendo a sua posição de liderança no segmento da pizza e o compromisso de servir a todos os fãs a melhor pizza do mundo. É a marca de restauração mais completa do mercado, procurando a satisfação do cliente em todos os momentos, nos vários serviços e espaços de que dispõe e oferecendo combinações únicas que trazem mais sabor a esses momentos.

A marca possui uma cobertura geográfica a nível nacional e ilhas com 93 unidades em funcionamento e mais de 2.100 colaboradores.

Durante o exercício, concretizámos a abertura de novas unidades em Braga (Centro Comercial Nova Arcada), em Matosinhos Sul e no Parque das Nações, tendo encerrado duas unidades, Coimbra Shopping e Olivais.

2016 foi um ano de reafirmação da estratégia global de crescimento da Marca, tanto ao nível do serviço, apostando-se numa equipa jovem, sempre disponível, como do produto, através de uma constante superação das expectativas do cliente, proporcionando experiências positivas e marcantes.

A modernização e renovação da imagem dos restaurantes foi também uma prioridade, uma vez que os fãs passam agora a desfrutar de espaços pensados para as várias tipologias de cliente, desde crianças e pequenos grupos com mesas em espaço mais reservado, até grandes grupos em mesas de partilha.

Em linha com as orientações internacionais, inaugura-se uma nova arquitectura de espaço, muito moderno e acolhedor, com grande conforto, sem descurar a vertente da experiência digital, com o recurso a tecnologia LED.

O investimento em produtos inovadores e de qualidade é uma das prioridades do negócio, pois, para além de utilizar ingredientes frescos e queijo 100% Mozzarella, durante o ano de 2016 a Pizza Hut apostou em novos ingredientes, composições e formatos de pizza: Queijo de Cabra, Molho Carbonara ou a Pizza Gigante. Realça-se ainda o lançamento de 10 novas composições de pizza e da caixa de pizza exclusiva para o Euro 2016 com imagem personalizada para o efeito e com uma proposta de valor também diferenciadora e inovadora.

A marca deu também continuidade ao reforço do investimento em comunicação, com uma presença constante em meios *above the line*, *sem descurar* a implementação de ações de ativação de âmbito local procurando assim manter um convite constante à visita aos seus restaurantes e garantindo experiências marcantes e diferenciadoras.

Destaque para a renovação do patrocínio do evento “*Ski4all*” organizado pela Federação Portuguesa de Desportos de Inverno e que permitiu proporcionar a mais de 1.500 crianças a sua primeira experiência de esquiar na neve na Serra da Estrela.

De registar a crescente adesão dos consumidores aos meios digitais, sendo que os pedidos realizados através do website da Pizza Hut representam cerca de 25% do total.

A nível operacional, destaca-se o concurso “PIZZA HUT OPERATIONS European Championship”, realizado entre Setembro e Novembro, no qual a Pizza Hut Portugal ficou em primeiro lugar, juntamente com a Roménia.

Ao nível da formação e certificação das nossas equipas, procedemos ao lançamento do programa @Leading A Shift (LAS) dirigido às equipas de Gestão e do Clean2Safe, um programa inovador que consolidou processos de limpeza dos restaurantes. Em substituição do programa CER (Champs Excellence Review) foi implementado o programa ACE (Assured Customer Experience), promovendo uma abordagem operacional mais completa e abrangente.

Foram novamente certificados pela norma ISO 22000 os restaurantes Pizza Hut localizados no Centro Comercial Colombo, Alameda Shop&Spot, NorteShopping, Foz (Porto) e Continente de Matosinhos, exemplos do cuidado e exigência que a Marca coloca na segurança alimentar dos seus consumidores.

A responsabilidade social e a saúde e segurança no trabalho também foram áreas prioritárias em 2016, nomeadamente no negócio de Delivery, através da “Operação Pizza Segura”. Foram adoptadas medidas que garantem maior segurança na estrada aos distribuidores de pizza ao domicílio. A Marca adquiriu uma frota de motos próprias, implementou junto das equipas das unidades e dos distribuidores o programa de Segurança Rodoviária e atribuiu ainda a todos os distribuidores um capacete amarelo fluorescente, para aumentar a visibilidade em circulação, garantindo assim uma redução na taxa de acidentes de viação.

PH (Angola)

Para a Pizza Hut Angola o ano de 2016 correspondeu ao seu primeiro ano de completa atividade, operando um restaurante no Shopping Xyami Nova Vida.

A marca iniciou um plano de Marketing assente numa moderna comunicação com os seu público-alvo (via Facebook) e junto dos seus clientes (via portal on line de avaliação da experiência do Cliente no restaurante) através de ferramentas digitais e de comunicação exterior (outdoors).

Em resultado desta estratégia de comunicação verificou-se um crescimento dos seus fãs no Facebook que atingiu os 100 mil. Na avaliação dos Clientes o índice de satisfação geral dos clientes foi crescendo e atingiu no último trimestre o valor de 71%, o que torna claramente como um dos melhores indicadores da marca no Continente Africano.

Observou-se um comportamento em termos de transações relativamente estável quando confrontada a evolução da Sociedade Angolana que se caracterizou neste período por uma elevada inflação (40%) e de perda de poder de compra ao longo do ano.

Tem-se vindo a preparar o plano de expansão de modo a ser realizado quando as condições macroeconómicas evoluírem favoravelmente.

Pasta Caffé (Portugal)

O Pasta Café terminou 2016 com 10 restaurantes e com uma equipa de cerca de 140 colaboradores

Nos últimos anos a marca investiu na renovação da sua imagem, procurando acentuar um ambiente mais moderno, trendy e acolhedor, ideal para um jantar a dois ou para o convívio em grupo. Nestes novos espaços distinguem-se uma nova identidade e uma proposta gastronómica cada vez mais italiana, com a ementa dedicada às pizzas finas e estaladiças, à pasta al dente e aos risotti cremosos. As especialidades da Carta merecem um destaque especial, nomeadamente a Bruschetta di Capra ai Prosciutto, a Pizza di Parma, o Tagliatelle Pomodoro e Gamberi e o Risotto ai Gamberetti e Asparagi Verdi.

Devido à necessidade de dar resposta ao ritmo do dia-a-dia e a pensar nos consumidores com pouco tempo disponível, desenvolveu-se, nalguns restaurantes, a

oferta “Buffet de Almoço”, que apresenta inúmeras opções a um preço muito competitivo.

A iniciativa das “Temporadas” permitiu, ao longo de 2016, inovar e testar novas receitas e composições. A “Temporada de Calzones”, a “Temporada de Pizzas e Saladas” ou a “Temporada do Risotto” foram algumas das temáticas desenvolvidas, reforçando o carácter italiano da marca, que se traduziram em experiências marcantes e bons momentos de convívio.

Em 2016 mantiveram-se todos os processos de formação das equipas e procedeu-se à recertificação na norma de qualidade APCER ISO 22000 das unidades do Dolce Vita Porto e do NorteShopping.

No âmbito da auscultação ao cliente foi lançado o programa “Pasta Experiência”, uma plataforma on-line em que o cliente avalia a sua experiência, em todas as dimensões relevantes de serviço e oferta e lhe permite fazer sugestões de melhoria. Pretendemos, com esta ferramenta, “ver a marca através dos olhos do cliente” e, dessa forma, introduzir alterações que nos conduzam a uma melhoria da satisfação de quem nos visita.

No âmbito do processo de Responsabilidade Social, o Pasta Caffé participou em diversos projectos de ligação à comunidade, tendo integrado estagiários do Curso Técnico de Restauração de diferentes instituições bem como participado na campanha “Graças a Muitos” em parceria com a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares.

Pizza Móvil (Espanha)

A Pizza Móvil terminou o ano com 50 unidades (uma remodelada) e 521 colaboradores.

O ano de 2016 foi marcado pela renovação tecnológica da marca e pela aposta no crescimento do canal de entrega ao domicílio, uma vez que os momentos mais difíceis de quebra de consumo e as crises económicas que têm afectado Espanha nos últimos 8 anos parecem ter dado lugar a uma melhoria no ambiente macroeconómico.

Destacamos dois acontecimentos:

- o lançamento, em Setembro, de um novo website responsivo que permite ao consumidor uma melhor experiência de navegação e encomenda, o que conduziu ao

aumento de encomendas por esta via, o que demonstra a sua aceitação por parte dos clientes.

- a realização de estudos de neuromarketing destinados a redefinir a comunicação da marca com base em códigos apreciados pelo consumidor. Deste modo renovou-se a comunicação da marca apostando em códigos mais modernos e adaptando a mensagem para as percepções obtidas no estudo de neuromarketing.

Ampliou-se a gama de pizzas com novos lançamentos, como por exemplo a Pizza Criolla e a Pizza Tijuana, com novos ingredientes e baseadas em recentes tendências de consumo.

Melhorou-se a proposta de valor oferecida ao cliente alargando a opção de Buffet Livre.

Aumentou-se a notoriedade da marca através de uma intensa campanha de comunicação (outdoor, rádio, comboios, digital, flyer e ponto de venda) intimamente associada ao Euro 2016.

A marca continua também a sua promoção junto do público mais jovem patrocinando as federações de futebol da Galiza e Astúrias.

No que toca às redes sociais, a marca continua a crescer, tendo neste momento alcançado os 130.000 fãs no Facebook e impulsionou-se a comunicação digital, através de concursos, sorteios e comunicação promocional.

No final do ano, foi decidido converter os restaurantes da marca em Pizza Hut, um processo que durará cerca de dois anos e que foi iniciado no mês de Março de 2017.

RIBS (Espanha)

“True American Barbecue” é o conceito da marca RIBS. O primeiro restaurante da marca foi inaugurado em 1968 e desde então todas as unidades se procuram ser algo mais do que restaurantes, tornando-se numa autêntica experiência americana baseada na qualidade dos produtos, numa decoração americana 100% original, numa seleção característica de música e num menu exclusivo de comida tradicional americana. É por isso que, desde o seu nascimento, a marca se estabeleceu em Espanha como pioneira na restauração ao mais puro estilo americano.

A marca terminou o ano de 2016 com um total de 243 colaboradores e 34 restaurantes, 9 das quais são unidades próprias e 25 franquias. A marca tem também 3 unidades no segmento Travel em Espanha.

Os restaurantes da marca são a imagem viva da experiência americana. Com decoração e mobiliário 100% importados dos Estados Unidos, os restaurantes RIBS apresentam um estilo americano autêntico para que os clientes se possam envolver no ambiente, rodeados pela verdadeira essência americana, tanto no que diz respeito ao mobiliário, como em relação aos pratos, preparados em grelhadores de carvão 100% de azinheira e que se mantêm sempre acesos para dar aos pratos um sabor mais genuíno.

A estratégia da marca em 2016 focou-se em dois objectivos principais, a otimização do modelo de negócio de forma a aumentar a notoriedade da marca e a expansão e comercialização através de franquias.

As estratégias de negócio para a expansão das franquias foram impulsionadas por meio de reuniões com potenciais investidores, cobertura em redes sociais; a criação de Portais e remodelados os dossiers de standards de marca. Isto tornou possível a expansão da marca, que abriu 12 novos restaurantes, das quais 10 são franquias, e 3 restaurantes próprios no segmento Travel Espanha o que representou um ano de crescimento significativo para a marca.

A nível de inovação, a marca continua a busca de produtos de melhor qualidade e de uma oferta genuína, com constante revisão e reformulação da ementa e dos menus, de forma a garantir a melhor experiência ao cliente. Além disso, a marca tem promovido o conceito de Big Parties (Halloween e Thanksgiving, entre outros), tornando estes dias especiais em grandes festas nos seus restaurantes.

Do ponto de vista da excelência operacional, um dos principais objectivos de 2016 foi o de melhorar a formação das equipas através da criação e actualização dos manuais operacionais e avaliação contínua dos processos de qualidade de auditoria interna para ajustar os padrões de qualidade e limpeza dos restaurantes.

Santamaria (Espanha)

A marca Dehesa de Santamaria nasceu em 1998 em Mérida, tendo começado a sua expansão através do sistema de franquia em 2001. De modo a dar um novo impulso à marca, em 2006 tornou-se parte da Eat Out Group.

Durante o ano de 2016 a marca renovou-se, sendo agora SANTAMARÍA, uma taberna espanhola de tradição renovada, com a cultura e os costumes de toda a vida mas adaptada à actualidade, local ideal para ir com amigos e toda a família. Com uma oferta baseada em pratos confeccionados com produtos da terra e destinados a partilhar, entre muitas outras opções culinárias. Desde a sua criação, SANTAMARÍA evoluiu para alcançar agora um formato multi-oferta capaz de cobrir todas os tipos de consumo (pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar) que permitem aos nossos clientes desfrutar de boa comida e boa bebida.

A marca terminou o ano de 2016 com um total de 36 restaurantes em Espanha, todas elas franquias. Além disso, conta também com 8 restaurantes próprios no segmento Travel Espanha com presença nos aeroportos de Barcelona, Menorca, Málaga e Fuerteventura.

FresCo (Espanha)

A FresCo nasceu em 1994 com a abertura do seu primeiro restaurante em Barcelona. Com mais de 20 anos de experiência, a marca dedica-se a 100% a oferecer aos seus clientes uma escolha de alimentos saudáveis e saborosos, através de produtos frescos e sazonais, preparando pratos e saladas inspirados na cozinha mediterrânica.

Operacionalmente a marca funciona com o serviço de Buffet, em que o cliente escolhe a sua refeição, podendo repetir sempre que quiser, por um preço fixo.

Durante 2016 a marca desenvolveu um novo modelo mais moderno, adaptando-se às necessidades dos clientes, através de uma imagem renovada e da incorporação de novas ofertas, como novas Saladas, o Kitchen & Grill ou o CoffeCorner. Este novo modelo foi já implementado num dos restaurantes próprios.

A FresCo termina o ano de 2016 com um total de 71 funcionários e 11 restaurantes em Espanha, das quais 3 são restaurantes próprios e 8 são franquias

6.2. Counters

O conjunto das marcas que o Grupo Ibersol opera no segmento counters terminou o exercício com 299 restaurantes e um volume de negócios de cerca 150 milhões de euros.

KFC (Portugal)

No ano de 2016 manteve-se o foco na estratégia 20/20, iniciada em 2015, que visa posicionar a marca entre as líderes da Restauração Moderna, em Portugal. Esta estratégia, que vísse na satisfação das expectativas dos Clientes, traduz-se numa permanente aposta nas operações – Produto, Serviço e Inovação –, na valorização dos colaboradores, na remodelação de imagem dos atuais restaurantes e na abertura de novos restaurantes.

A marca encerrou o ano de 2016 com 18 unidades e 238 colaboradores.

O aprofundamento do negócio da Partilha e do Take Away constituiu uma prioridade, que se traduziu num aumento da dimensão e relevo resultante da implementação de ações de comunicação e de promoção, de que destacamos o lançamento da promoção Chicken Black Friday, o Friends Bucket, o Summer Feast e o X-Mas Bucket. Procedemos à reformulação do Menuboard para uma melhor leitura das ofertas, onde se incluem os menubords digitais.

O crescimento do envolvimento com os fãs através das Redes Sociais foi um objetivo continuado pela Marca, impulsionando uma experiência multicanal, cujos resultados foram reconhecidos e evidenciados por entidades externas. De forma a captar novos públicos e aumentar a frequência de visita dos nossos Clientes, aumentamos o investimento na comunicação exterior, especialmente em redes de Mupis com propostas inovadoras, das quais se destaca a proposta “Menu do Dia” com a oferta de 5 produtos diferentes por 5€.

De salientar a continuação do patrocínio à equipa da Peres Competições, que corre com as cores da KFC em várias provas nacionais de Rally, uma parceria que reflecte o espírito jovem e irreverente da Marca.

Dotar os restaurantes de serviços exclusivos, como o serviço de refill grátis, faz parte dos eixos estratégicos da Marca, e algo muito valorizado pelos fãs da KFC, assim como o alargamento do sistema de atendimento Fusion, onde a prioridade é o atendimento individualizado e a aposta na rapidez na entrega do pedido.

Ao nível da expansão da Marca, é de assinalar a remodelação de 3 restaurantes – Alma Shopping, Alameda Shopping e MadeiraShopping, com o novo design e imagem que segue as últimas tendências internacionais da KFC e que se traduz num ambiente mais moderno e acolhedor.

Inovação constante, adaptação às novas tendências e proximidade com os Clientes, são as palavras de ordem para os próximos anos.

KFC (Angola)

O ano de 2016 marcou o quarto ano da operação da KFC em Angola.

Durante o exercício a KFC continuou a consolidar a sua posição e a crescer, tendo inauguradas duas novas unidades, ambas na Província de Luanda, uma no Shopping Avenida e outra, uma unidade drive through em Benfica junto a um posto de gasolina Pumangol.

Apesar do ambiente adverso, com uma desvalorização muito acentuada do kwanza e uma taxa de inflação que rondou os 40%, mantivemos a tendência de crescimento da actividade, o que evidencia a forte aceitação do conceito por parte dos consumidores angolanos.

Todas as unidades KFC inauguradas antes de Dezembro de 2015, bem como os armazéns centrais, estão certificadas na norma ISO 22000, certificação que demonstra um firme empenho, característico da KFC, em cumprir as normas mais exigentes de Segurança Alimentar, garantindo o mais elevado padrão de qualidade aos consumidores.

Através de um investimento de Marketing adequado direccionado pelas novas ferramentas digitais (Facebook ; Instagram ; portal Sapo), a KFC continuou a reforçar o seu posicionamento de marca jovem e inovadora, interagindo com o seu público alvo (200 mil fãs no final de 2016).

A interacção com os clientes iniciada em 2015 através do portal GES para avaliação do nível de satisfação dos mesmos tem vindo a aumentar progressivamente no resultado das suas avaliações que atingiram um resultado de satisfação geral de 75% (no final de 2016) o que posiciona a marca KFC em Angola como das mais apreciadas no Continente Africano.

Mantivemos a forte aposta na valorização dos nossos colaboradores através dos programas de formação e avaliação contínua, que tem permitido a melhoria dos seus

conhecimentos e das suas performances no sentido de proporcionar adequadas evoluções de carreira.

Foi iniciado o programa de formação para a constituição do Cozinheiro 5 estrelas e Hospedeira que introduzirão melhorias no acompanhamento de produto e de serviço prestado aos clientes.

Burger King (Portugal)

A Burger King encerrou o ano de 2016 com 66 unidades e 1300 colaboradores no activo, o que representa um significativo crescimento da marca. Foram inaugurados 12 novos restaurantes, 10 deles com o serviço de Drive-thru, PlayKing Interactivo (onde os mais novos podem desfrutar de brincadeiras sem fim), wi-fi grátis e o conveniente serviço de free refill. Os novos restaurantes estão estrategicamente localizados: no Shopping Braga Arcada, Avenida de Roma (Lisboa), Anta (Cacém), Ermesinde, Portalegre, Cruz de Pau, Cacém (IC19), S. Gens (Porto), Rio Tinto, Viseu, Coimbra e Penafiel. De salientar que o restaurante situado no Madeira Shopping foi ampliado,, tendo passado a dispor de um espaço para o Playking Interactivo.

O sistema de free refill está implementado em mais de 80% das unidades Burger King e é uma mais valia para os clientes, pois permite-lhes, sem mais encargos, reabastecer os seus copos as vezes que quiserem durante 30 minutos.

O inquérito de satisfação online “minhabkexperiencia.com” tem-se revelado uma ferramenta importante, constituindo-se como um pilar na interação com os clientes.

No exercício de 2016 a Burger King aumentou o investimento em comunicação exterior, sendo actualmente o segundo player no mercado da restauração. Em relação à comunicação em contínuo à porta de loja, salientam-se os produtos desde 1€ e 3,95€. Pioneiro no mercado há cerca 8 anos, o Beanburger revela a atenção da marca para com o segmento dos produtos veggie.

Sempre que desejar, o cliente pode requisitar uma visita às cozinhas de um qualquer restaurante da marca, sendo esta certificada na norma de qualidade APCER ISO 22 000.

Dando seguimento à sua política de minorar os impactos junto do meio ambiente, a Burger King embala as suas sanduiches em papel reciclado, reduzindo assim o volume

de resíduos e destina o óleo usado na fritura das lojas à reciclagem, tornando-se em biodiesel.

A marca faz ainda parte do programa institucional Viva Bem, do Grupo Ibersol, um programa de informação nutricional que promove uma alimentação equilibrada e um estilo de vida saudável.

Burger King (Espanha)

Os restaurantes Burger King Espanha operados pelo Grupo Ibersol através da Lurca terminaram o ano de 2016 com 981 colaboradores e 33 No ano de 2016 a atenção focou-se na consolidação do serviço de entrega ao domicílio, mercado que se caracteriza por uma elevada competitividade.

O investimento da marca em comunicação assentou no reforço da presença em exteriores, tendo o marketing local procurado direccionar os clientes para os restaurantes. Pela primeira vez foi implementado uma campanha de TV para promover a entrega ao domicílio, o que levou a um significativo aumento dos pedidos.

Os cupões de desconto, a APP e o lançamento de produtos inovadores, como King Burger (o primeiro burger com ovo) - um sucesso importante e muito relevante que diferencia a marca dos restantes players - foram os grandes protagonistas do ano

Registou-se um avanço muito positivo na relação da marca com os clientes, tendo o número de opiniões Guest Trac crescido de forma generalizada no último trimestre no ano, chegando a uma média de mais de 50 inquéritos por restaurante, em cada mês.

Ao nível da inovação destaca-se a incorporação do sistema PAY ON LINE para as entregas ao domicílio, muito bem aceite pelos clientes.

Pans & Company (Portugal)

A Pans & Company terminou o ano de 2016 com 46 unidades e cerca de 400 colaboradores.

No ano em que completou o seu 20º aniversário em Portugal, a marca procedeu à implantação do novo conceito de restaurante Pans 3.0 nos centros comerciais do Colombo e Norteshopping. Este novo ciclo de remodelações unifica a aposta da Pans na renovação da sua imagem de marca e dos seus activos que agora, para além de uma imagem moderna, passam a dispor de uma zona independente denominada Café Pans, onde os clientes podem desfrutar de uma oferta alargada de cafetaria e de produtos de pastelaria elaborados todos os dias no restaurante, a qualquer hora do dia. Esta nova gama de produtos complementa a tradicional oferta de sandes que prevalece como produto principal da marca, oferecendo uma grande variedade de opções ao nível da combinação de ingredientes e distintos tipos de pão.

O ano de 2016 fica ainda marcado pelo lançamento da plataforma "*a minha experiência Pans*", que tem como objectivo facilitar e estreitar o contacto com os consumidores da marca, e pelo reforço no investimento em comunicação de modo a consolidar os níveis de notoriedade e a posição de liderança da marca no seu segmento.

Pans & Company (Espanha)

Fundada em 1991, com a sua primeira abertura em Barcelona, a marca comemorou o seu 25º aniversário em 2016 como uma das marcas líderes no mercado das sanduíches e CoffeBakery, com presença no mercado espanhol, Portugal e Itália.

A marca em Espanha terminou 2016 com um total de 729 colaboradores e 113 unidades das quais 105 se localizam em Espanha (38 unidades são próprias e 67 são franquias) e 8 em Itália (em regime de franquias). Como já referido em ponto anterior, em Portugal operam ainda mais 46 unidades com a marca Pans

Durante os últimos dois anos a marca iniciou um processo profundo de mudança, adaptando-se às necessidades da procura. Definiu-se assim o modelo Pans 3.0 através de uma reformulação da imagem e da incorporação de novos espaços (CoffeBakery e CaféPans), procurando desta forma proporcionar aos seus clientes um ambiente mais acolhedor e uma oferta que abrange todas as suas necessidades diárias.

A estratégia da marca em 2016 centrou-se em dois eixos fundamentais: desenvolver uma oferta diferenciadora e a imagem da marca, evoluindo desta forma do modelo atual Pans 3.0 para Pans 4.0 e CaféPans 4.0. e trabalhar no rollout e na remodelação das unidades para o modelo Pans 3.0. Atualmente 75% das unidades próprias em Espanha já foram remodeladas, assim como 33% das franquias. Em Portugal e Itália foram remodeladas 4 e 1 unidades, respectivamente.

O ano de 2016 foi, sem dúvida, um ano muito importante para a marca na área da inovação. A inovação e a capacidade de surpreender são elementos inerentes à marca desde a sua criação e em 2016 o objetivo foi "Devolver el bocadillo al lugar que se merece".

A marca festejou os seus 25 anos recuperando uma parte das suas origens com o relançamento de 2 sanduíches históricas: "Alsácia" e "Serranito". Mais tarde implementou a campanha "Maripans" e "Bocadillos de Madre", alcançando grande notoriedade em RRSS e obtendo diversos prémios: Sol de Oro no Festival Iberoamericano de Publicidade El Sol na categoria Redes Sociais, Prata na categoria "Best digital: online advertising" e "Best Branded content" no Best Awards.

Em Setembro juntou-se à marca o reconhecido chef Karlos Arguiñano que participou no lançamento de três novas receitas e dos "Bocapintxos - Lo mejor del pintxo y lo mejor del bocadillo".

Do ponto de vista da excelência operacional, um dos principais objectivos foi melhorar os padrões de qualidade e limpeza dos restaurantes, revendo os processos de qualidade de auditoria interna, assim como o desenvolvimento de directrizes e procedimentos de limpeza, obtendo importantes melhorias em pontos críticos. Houve também uma melhoria na formação com a introdução de vídeos formativos para melhorar a qualidade das equipas de colaboradores.

Miit (Portugal)

A marca Miit encerrou o exercício de 2016 com 46 colaboradores e 3 restaurantes em operação localizados no Norteshopping, no Centro Comercial Colombo e no Centro Comercial Vasco da Gama.

Lançada no final de 2012, a marca constitui-se como uma proposta de restauração centrada num posicionamento de oferta saudável e equilibrada no competitivo segmento de "balcão" dos centros comerciais.

Em 2016 a marca enveredou por uma nova linha de hambúrgueres em Bolo do Caco, o que veio a revelar uma boa aceitação por parte dos clientes.

Especialista em carne grelhada, a marca pretende ser reconhecida como uma opção saborosa que oferece aos seus clientes carnes de qualidade e acompanhamentos únicos, como a fruta e os legumes grelhados, a batata rústica ou o arroz aromatizado. Os molhos são também uma especialidade e são confeccionados com os melhores ingredientes, podendo o cliente escolher entre cogumelos selvagens, azeite e alho, entre outros. Também as sobremesas são inovadoras e apresentadas numa dose adequada para terminar a refeição.

O MiiT é um conceito que responde a uma tendência verificada nos consumidores portugueses, que estão cada vez mais atentos e conscientes em relação à necessidade de praticarem uma alimentação saudável e equilibrada.

Quiosques (Portugal)

Os quiosques de café têm mantido um posicionamento de especialistas em café.

Inseridos em centros comerciais de alto tráfego e operando com café da marca Delta, a rede de quiosques terminou o ano de 2016 com cerca de 80 colaboradores e com 8 unidades, a que correspondem 14 pontos de contacto com os clientes. Embora seja um negócio que vive de grandes tráfegos, com receitas médias baixas e de pequena diferenciação, os quiosques têm conseguido manter um ritmo regular de crescimento de transacções através do alargamento da gama, nomeadamente a doçaria regional, e do lançamento de campanhas regulares.

Em 2016 foram consolidados os esforços de formação das equipas em matérias como técnicas de atendimento, segurança alimentar e saúde no trabalho, tendo sido mantida a certificação da unidade localizada no Dolce Vita Antas na norma de qualidade ISO 22000.

6.3 Outros Negócios (Travel, Concessões e Catering)

O volume de venda deste grupo de negócios totalizou 38 milhões de euros em 131 unidades.

TRAVEL (Portugal)

O negócio no canal Travel é desenvolvido nas áreas de serviço em auto-estradas e nos Aeroportos com um posicionamento de oferta para consumidores em viagem.

As unidades alocadas a este segmento têm uma gestão assente no conceito multi-marca que integra, no mesmo espaço, mais do que uma marca, tendo como objectivo satisfazer as necessidades dos diferentes consumidores nos vários momentos de consumo, através de conceitos específicos.

Áreas de Serviço (Portugal)

As áreas de serviço em auto-estradas constituem um segmento de actividade relevante para o Grupo Ibersol, que no final do exercício operava 24 unidades.

Este segmento de negócio, apesar das melhorias recentes que resultaram de um aumento da circulação automóvel, continua a ser fortemente afetado pela forte redução de tráfego resultante da introdução de portagens nas ex-scuts e pela concorrência crescente das estações de serviço que foram alargando a sua oferta a serviços de restauração.

A marca SOL é especialista em restauração nas auto-estradas, urbanas e de longo curso, através de unidades de design moderno e funcionais, com propostas alimentares ajustadas às necessidades dos consumidores e com serviços que vão muito além dos restaurantes convencionais das áreas de serviço. Face aos perfis diversificados de quem visita as unidades Sol, a marca está preparada para oferecer uma boa experiência a todos eles.

As unidades Sol caracterizam-se pela oferta de refeições rápidas e menus variados, com preços acessíveis, preparados ao momento, sempre com um atendimento personalizado e atento. Em várias localizações as unidades Sol integram marcas internacionais de reconhecida notoriedade como a Burger King, Pans & Company, KFC e Pizza Hut.

As unidades disponibilizam ainda diversos serviços, tais como fraldário independente, zona lounge, wi-fi gratuito, tomadas para carregamento de computadores ou

telemóveis, disponibilização de jornais diários para consulta, venda de jornais, revistas e presentes de última hora, e drive-in.

Aeroportos (Portugal)

O Grupo Ibersol é um operador de referência nos aeroportos portugueses, estando presente nos aeroportos de Lisboa, Ponta Delgada, Funchal e Porto Santo com 22 pontos de venda, através de 9 conceitos próprios – Spoon, Clocks, Connetion, SkyPlaza, Azure, Specially, Cockpit, Saudade, Go To Café – e de 3 marcas internacionais franqueadas: Pizza Hut, KFC e Go Natural.

Na sequência de concurso público, foi-nos adjudicada uma nova licença para 2 pontos de venda no aeroporto do Funchal e 2 pontos de venda no aeroporto de Porto Santo. No aeroporto João Paulo II (Ponta Delgada) foi inaugurada, na zona restrita de partidas, uma unidade Specially.

Catering (Portugal)

Após o exercício de 2015 com resultados muito positivos, o exercício de 2016 foi um ano menos positivo para o negócio de catering. Apesar de manter uma presença robusta nos mercados de Porto e Lisboa, onde se realizaram cerca de 839 eventos, a retracção do mercado de grandes eventos, em especial congressos de grande dimensão, e um ambiente concorrencial mais intenso levou a uma redução das vendas face ao ano anterior.

O evento EDP Encontros foi o principal evento do ano com cerca de 7.300 participantes, seguido dos congressos IGCS com cerca de 5.600 participantes e o TPAC com cerca de 2.900. No Porto teve lugar o congresso RTC para 1.400 pessoas, entre outros grandes eventos.

Um dos factos mais relevantes de 2016 foi o início da operação na concessão do Clube Universitário do Porto. Este espaço de características únicas deu já indicadores muito favoráveis durante o ano que nos permitem encarar o mercado de eventos particulares, em especial Casamentos e outras celebrações, com grande optimismo.

Outro marco relevante foi o início da exploração do mercado de Coimbra, onde já se realizaram dois congressos médicos e quatro outros eventos de média dimensão, sendo este mercado uma boa aposta para o futuro.

No estádio do Dragão renovou-se a imagem, os materiais e os uniformes, tendo sido realizados eventos em 27 jogos durante o ano 2016.

Todos estes eventos foram cuidadosamente preparados nos dois centros de produção da Maia e de Sintra, cumprindo todas as normas de higiene e segurança alimentar.

Em causa não está apenas o cumprimento de normas de higiene e segurança alimentar no elevado número de eventos realizados, mas também um compromisso de produzir refeições de excepcional qualidade com técnicas criativas e inovadoras.

Todos os eventos são importantes e as equipas de catering procuram assegurar que os clientes ficaram inteiramente satisfeitos com os seus serviços.

Os elevados padrões de qualidade que oferecemos aos nossos clientes conduziram a que as unidades de confecção dos produtos servidos nos eventos estejam certificadas pela norma ISO 22000, a mais exigente norma em segurança alimentar aplicável ao sector da restauração.

Concessões (Portugal)

Nesta área de negócio incluem-se os espaços que são explorados pelo grupo sob um contrato de concessão, nomeadamente: Fundação de Serralves, VOG Tecmaia, Exponor e Estação CP de Campanhã.

Todas as unidades que compõem este negócio têm características muito diferenciadas entre si, não só pelo público que as frequenta, como também pelas necessidades que visam suprir.

Com base nesses targets diferenciados, temos vindo a desenhar uma oferta ajustada que permite dar resposta às expectativas dos clientes, procurando superá-las sempre que possível.

As unidades Blue Café (em Campanhã) e VOG mantêm a sua certificação na norma de qualidade ISO 22000. Adicionalmente, e de forma pioneira no Grupo, a unidade VOG conseguiu obter as certificações nas exigentes normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

TRAVEL (Espanha)

Esta subdivisão do grupo EatOut dedica-se à gestão de 64 pontos de venda de restauração em Espanha localizados em 6 aeroportos e 3 estações de comboio, tendo terminado o ano de 2016 com 973 colaboradores

Estes 64 pontos de venda são explorados por 23 marcas. Algumas são marcas próprias, do grupo EatOut, como a Pans & Company, Ribs, Café Pans e Santamaría, outras foram criadas propositadamente para este segmento, tais como Breadway e Caffé di Fiore. Outras marcas são exploradas em regimes de franquias: Häagen Dazs, Espressamente Illy, Coffee Republic, Gambrinus, Mussol, entre outras. Graças a estas marcas o grupo EatOut dispõe de uma tecnologia de gestão de diversos formatos de restaurante que vão desde o Grab&Go até ao Fine Dinning, passando pelo Fast Food ou pelas cafetarias tradicionais.

2016 foi um ano de profundas alterações assentes em quatro eixos: melhoria nos sistemas de avaliação de satisfação do cliente, novas aberturas, implementação de novos conceitos e modernização e renovação da imagem, oferta e serviço de algumas unidades.

Em relação à avaliação de satisfação do cliente, estendeu-se a todas as unidades um novo sistema de inquéritos online via telemóvel. Com esta ferramenta foi possível criar um novo canal de comunicação com o cliente, através do qual este fornece, instantaneamente, o seu feedback sobre aspectos básicos da sua experiência, tais como qualidade, tempo de serviço, atenção dos colaboradores, podendo até, se desejar, fazer comentários ou solicitar uma resposta a uma opinião ou reclamação. Este sistema converteu-se numa das fontes básicas de informação que permite aprofundar o processo de melhoria contínua da gestão das unidades, destinada a melhorar a experiência dos clientes.

Em 2016 inauguraram-se 7 novas unidades no aeroporto de Menorca sob oito insígnias: Café Pans, Santamaría, Ribs, Breadway, Café di Fiore, Coffee Republic, Paulaner e Gambrinus.

Incorporaram-se 6 novos conceitos no segmento Travel, conceitos próprios como Ribs, Café Pans e Breadway, e de terceiros, como Paulaner, GastroBar by Carles Gaig e MammaMia. Estas novas insígnias vêm fortalecer o portfólio de marcas disponíveis para o negócio atual e futuros concursos noutros aeroportos ou estações de comboio.

Em 2016 efectuou-se a remodelação de 10 restaurantes apresentando um novo design, variedade da oferta e serviço nas unidades remodeladas. Destes 10, 3 situam-se no aeroporto de Málaga, 1 em Bilbao e 6 em Barcelona.

7. Análise financeira consolidada

As demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício de 2016 incluem 2 meses de atividade da participada Eat Out Group, adquirida no final de Outubro.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Os proveitos operacionais consolidados ascenderam a 279 milhões de euros o que representou um crescimento de 29% relativamente ao ano de 2015. A margem EBITDA, para o mesmo período, ascendeu a 47,1 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 44%. Os resultados operacionais atingiram 30,5 milhões de euros, com um acréscimo de 66,7% em relação ao período homólogo.

Vendas e Outros Proveitos Operacionais

O volume de negócios consolidado totalizou no final do ano 269,8 milhões de euros, o que representa um crescimento de 26,3% relativamente ao ano de 2015.

Expurgando o volume de negócios aportado pela EOG o crescimento seria de 15,5%, repartindo-se da forma seguinte:

Volume de Negócios	2016 S/EOG		EOG		TOTAL 2016	
	Milhões euros	Var 16/15	Milhões euros	Milhões euros	Var 16/15	
Vendas Restauração	244,24	15,8%	22,56	266,80	26,5%	
Vendas Mercadorias	2,03	-9,1%	0,00	2,03	-9,1%	
Prestação Serviços	0,62	-3,8%	0,38	1,00	55,4%	
Volume Negócios	246,89	15,5%	22,95	269,83	26,3%	

A evolução do volume de negócios dos franquizados evoluiu a um ritmo inferior ao das unidades próprias.

As vendas de restauração, que ascenderam a 266,8 milhões de euros, registaram um acréscimo anual de 26,5% que se decompõe por segmentos da forma seguinte:

Vendas de Restauração	2016 S/EOG		EOG		TOTAL 2016	
	Milhões euros	Var 16/15	Milhões euros	Milhões euros	Var 16/15	
Restaurantes	75,21	12,0%	3,51	78,72	17,2%	
Balcões	143,72	20,7%	6,23	149,95	25,9%	
Concessões e Catering	25,31	3,1%	12,82	38,13	55,3%	
Vendas Restauração	244,24	15,8%	22,56	266,80	26,5%	

Verificou-se crescimento das vendas em todos os segmentos com os conceitos de ticket mais elevado a evidenciarem ganhos de quota de mercado. Por outro lado, pelo desempenho e pela expansão os balcões aumentaram o seu peso nas vendas.

A necessidade de uma constante avaliação do portfólio de pontos de venda conduziu à decisão do encerramento de 15 unidades. Com o mercado a evoluir favoravelmente foi dada continuidade a um plano de expansão seletivo concretizado em 20 aberturas, pelo que no final do ano operávamos 306 unidades próprias em Portugal, 67 em Espanha e 10 em Angola.

Da operação de aquisição da EOG resultou um acréscimo de 121 unidades próprias e de 146 unidades franquizadas.

No termo do exercício, o número total de unidades – próprias e franquizadas – era de 667 com a distribuição seguinte:

Nº Unidades	2015 31-dez	Aberturas	2016 Transf	Encerramentos	2016 31-dez
PORTUGAL	304	18		15	307
Próprias	303	18		15	306
Pizza Hut	92	3		2	93
Okilo+MIIT	6			1	5
Pans+Roulotte	51			5	46
Burger King	54	12			66
KFC	18				18
Pasta Caffé	10				10
Quiosques	9			1	8
Cafetarias	35			5	30
Catering	6	1			7
Concessões e Outros	22	2		1	23
Franquiadas	1				1
ESPAÑA	83		257		340
Próprias	66	0	122	0	188
Pizza Móvil	33		1		34
Burger King	33				33
Pans			38		38
Ribbs			9		9
FrescoCo			3		3
Concessões			71		71
Franquiadas	17	0	135	0	152
Pizza Móvil	17		-1		16
Pans			67		67
Ribbs			25		25
Fresco			8		8
SantaMaria			36		36
ANGOLA	8	2			10
KFC	7	2			9
Pizza Hut	1				1
Outras Localizações - Franquiadas			10		10
FrescoCo Índia			2		2
Pans Itália			8		8
Total Próprias	377	20	122	15	504
Total Franquiadas	18	0	145	0	163
TOTAL	395	20	267	15	667

Nota: na coluna “transf” consideram-se as unidades que entraram no Grupo por aquisição da EOG

Os outros proveitos operacionais ascenderam a 9,1 milhões de euros, valor superior em 6,9 milhões de euros ao verificado em 2015. Os principais contributos para este acréscimo advêm das já relatadas compensações pelas perdas de tráfego originadas pela implementação de portagens nas ex-Scuts no montante de 2,4 milhões de euros e 2,9 milhões de euros aportados pela EOG dos quais a componente mais significativa respeita às comparticipações dos fornecedores em campanhas de marketing.

Custos operacionais

Os custos operacionais consolidados atingiram o montante de 248,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 25,7% face ao ano anterior, abaixo do crescimento da atividade e consequentemente diminuindo o seu peso nas vendas.

Margem bruta

O CEVC (custo das mercadorias e matérias primas vendidas e consumidas) situou-se em de 23,9% próximo dos 24,0% do volume de negócios registado em 2015. O efeito da redução da taxa de IVA em Portugal no 2º semestre foi parcialmente absorvido por uma maior agressividade promocional e pelo aumento do peso dos balcões.

A margem bruta sobre o volume de negócios foi neste exercício de 76,1%, valor ligeiramente superior ao registado no ano passado.

Remunerações e encargos com pessoal

Os custos com pessoal aumentaram em 15,5 milhões de euros e ascenderam a 80,0 milhões de euros. O crescimento de 24,0 % acompanha o aumento de actividade. O peso desta rubrica que no ano de 2015 era de 30,2% passou em 2016 para 29,6% do volume de negócios.

Fornecimentos e Serviços Externos

Os custos em FSEs (Fornecimentos e Serviços Externos) ascenderam a 83,9 milhões de euros, face a 66,2 milhões de euros em 2015, equivalente a um crescimento de 26,8%. Consequentemente, o peso desta rubrica passou de 31,0% para 31,1% do volume de negócios. O significativo peso das rendas no negócio de concessões impediu a diluição desta rubrica.

Outros Custos Operacionais

Os outros custos operacionais cifraram-se em 3,4 milhões de euros e incorporam cerca de 1,3 milhões de euros correspondentes a Imposto de selo e outras taxas.

Amortizações e Perdas de Imparidade

As amortizações e perdas por imparidade do exercício totalizaram 16,6 milhões de euros, representando 6,1% do volume de negócios. As perdas por imparidade dos

activos tangíveis e intangíveis reconhecidas neste exercício atingiram o montante de 817 mil euros.

EBITDA

O EBITDA no período ascendeu a 47,1 milhões de euros que compara com 32,7 milhões de euros atingidos no ano anterior. O crescimento das vendas verificado em todas as geografias onde operamos, a redução da taxa de IVA no segundo semestre em Portugal e a incorporação de 2,4 milhões de euros da EOG, foram determinantes para o crescimento de 44,1% do EBITDA consolidado.

O aumento do volume de negócios e a dinâmica de redução de custos conduziram a uma recuperação da margem EBITDA que passou de 15,3%, em 2015, para 17,5% em 2016.

RESULTADO FINANCEIRO

O Custo de Financiamento Líquido do exercício foi em 1,2 milhões de euros, tendo registado uma redução em cerca de 3,1 milhões de euros face ao ano de 2015. Excluindo o proveito financeiro de 1,7 milhões de euros obtido na compensação das ex-Scuts, a redução anual cifrar-se-ia em 1,5 milhões de euros. Este valor é cerca de 1 milhão de euros inferior ao montante das diferenças de câmbio potenciais que estavam registadas em Angola no ano de 2015.

Os juros líquidos suportados e as comissões associadas aos financiamentos atingiram o montante de 2,2 milhões de euros, o que corresponde a um custo médio da dívida de 3,5%. A redução das taxas de remuneração dos empréstimos em Portugal e Espanha é atenuada pelo aumento dos financiamentos em Angola cujo custo nominal é muito superior ao da média do Grupo e que está numa trajetória ascendente.

RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

O resultado consolidado antes de impostos atingiu o montante de 29,3 milhões de euros, o que representa um aumento de 15,3 milhões de euros, ou seja, mais que dobrou.

Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente em 2016 é de 5,6 milhões de euros, quando em 2015 foi de 3,7 milhões de euros, acompanhando a evolução dos resultados. No cálculo do imposto não foi relevada a dedução do crédito fiscal RFAI referente ao exercício de 2016, por ainda estarem em fase de avaliação todos os critérios de aplicabilidade.

Por efeito dos impostos diferidos, o montante de imposto total que releva para apuramento do Resultado Líquido ascende a um montante de 5,9 milhões euros, que corresponde a uma taxa de 20%.

Resultado Consolidado do Exercício

O resultado líquido consolidado do exercício ascendeu a 23,4 milhões de euros, que compara com o registado em 2015 no montante de 10,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 118%.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Balanço

O Activo consolidado atingiu um montante de 423 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2016, o que representa um aumento em cerca de 182 milhões de euros em relação ao final de 2015.

Este aumento líquido resultou essencialmente da integração da EOG e das rubricas de imobilizado:

- (i) Integração da EOG com Activos de 65 milhões de euros
- (ii) Goodwill gerado na consolidação da EOG de 71 milhões
- (iii) Investimento nos planos de expansão, especialmente Burger King, Pizza Hut e Aeroportos (cerca +22 milhões euros)
- (iv) Remodelações e investimentos diversos em Portugal e Espanha (cerca de + 9 milhões de euros)
- (v) Redução do imobilizado técnico referente às amortizações e imparidade do exercício (cerca de -17 milhões euros)
- (vi) Aumento de Aplicações em OTs em Angola em 10 milhões de euros e aumento de disponibilidades de 20 milhões de euros

O Passivo consolidado atingiu um montante de 271 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2016, o que representa um aumento de 165 milhões de euros em relação ao final de 2015, sendo os principais movimentos:

- (i) Integração dos Passivos da EOG no montante de 59 milhões de euros
- (ii) Aumento de Financiamentos, sem Eat Out, em 94 milhões de euros

Em 31 de Dezembro de 2016, o Capital Próprio ascendia a 152 milhões de euros, um aumento de 17 milhões de euros em relação ao final de 2015, tendo-se distribuído, no exercício, a título de dividendos cerca de 2 milhão de euros aos accionistas da Ibersol SGPS. A conversão cambial da contribuição das filiais angolanas gerou uma variação das reservas negativa em cerca de 1,1 milhão euros.

CAPEX

Em 2016, o CAPEX atingiu o montante de 31 milhões de euros, correspondendo ao investimento em:

- expansão: 20 novos restaurantes abertos (22 milhões de euros);
- remodelação: 22 unidades em Portugal e Espanha (6 milhões de euros)
- diversos correntes e alargamento dos prazos dos contratos de franquia da Burger King totalizaram 3 milhões de euros.

Ocorreu ainda desinvestimento, por encerramento, de 15 unidades em Portugal sem grande impacto no valor dos ativos.

O *cash flow* operacional gerado no exercício atingiu o montante de 40,1 milhões de euros, valor quase suficiente para a cobertura financeira do CAPEX.

Dívida Líquida Consolidada

No final do exercício, o endividamento líquido remunerado ascendia a 110 milhões de euros, cerca de 88 milhões de euros superior à dívida no final de 2015 (22 milhões de euros). Este diferencial destinou-se essencialmente à aquisição da EOG (77 milhões de euros) e ao reforço da quantidade OTs do Estado Angolano como instrumento de cobertura cambial (cerca de 10 milhões de euros). O endividamento bancário de curto prazo é constituído por emissões de Programa de Papel Comercial com possibilidades de denúncia em 2017 e a parte da dívida de médio longo prazo cujo vencimento ocorrerá em 2017.

O “gearing” (dívida líquida/(dívida líquida+capital próprio)) que no final de 2015 era de 14,1% subiu para 41,9%.

O indicador “Dívida líquida sobre o EBITDA” no final de 2016 era de 2,3 vezes (0,7 vezes em 2015) e o rácio de cobertura dos juros pelo EBITDA era de 21,0 vezes (compara com 21,8 em 2015).

A estrutura financeira do Grupo, após a aquisição da EOG, continua a apresentar uma forte solidez.

8. Riscos e incertezas

A gestão do risco, sendo uma das componentes da cultura do Grupo, é transversal à Organização e está presente em todos os processos e é da responsabilidade de todos os gestores e colaboradores nos diferentes níveis organizacionais.

A gestão de risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor, através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar os negócios do Grupo, numa perspectiva de continuidade das operações, tendo em vista o aproveitamento das oportunidades de negócio.

No âmbito do planeamento estratégico são identificados e avaliados os riscos do portfolio dos negócios existentes, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de cada negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos dos negócios e das unidades funcionais.

De forma a garantir a conformidade dos procedimentos estabelecidos é efectuada regularmente a avaliação dos principais sistemas de controlo interno do grupo.

O controlo interno e o acompanhamento dos sistemas de controlo interno são conduzidos pela Comissão Executiva. Por especificidades do Negócio existem áreas de risco que destacamos:

- Qualidade, higiene alimentar e segurança no trabalho
- Diversificação de mercados
- Financeiro
- Ambiental

Operando no ramo alimentar, eventuais epidemias ou distorções nos mercados das matérias-primas e eventuais alterações do padrão de consumo podem acarretar importantes impactos nas demonstrações financeiras.

O aumento da actividade em Angola traduzir-se-á num aumento do risco de câmbio - caso se mantenham os actuais constrangimentos de acesso a divisas - o que afectará o valor dos activos e passivos.

9. Acções próprias

Durante o exercício a sociedade teve os seguintes movimentos de acções próprias:

- a) Em Agosto, alienação de 100 acções ao preço médio de 12,005€
- b) Em Novembro, atribuição de 399.980 novas acções decorrentes dos direitos no aumento de capital por incorporação de reservas
- c) Em Novembro, aquisição de 25 novas acções correspondentes aos direitos sobranes do aumento de capital ao preço médio de 11,126€.

Em 31 de Dezembro de 2016, a sociedade detinha 2.399.905 acções (9,9996% do capital), com valor nominal de 1€ cada, por um valor global de aquisição de 11.179.347 euros.

10. Nota sobre a actividade do Membro Não Executivo do C.A.

O Membro Não Executivo do Conselho de Administração da Ibersol, Professor Juan Carlos Vázquez-Dodero, participou em 10 reuniões do Conselho de Administração, ou seja em 67% das reuniões realizadas, tendo-lhe sido disponibilizada com antecedência toda a informação e documentação referentes às matérias constantes na ordem de trabalhos de todas as reuniões.

O Administrador Não Executivo participou em várias reuniões da Comissão Executiva, particularmente naquelas que versavam a estratégia e o planeamento dos negócios do Grupo.

Frequentemente, solicitou informação detalhada à Comissão Executiva sobre decisões tomadas no âmbito do desenvolvimento e expansão dos Negócios.

Ao nível funcional manteve uma relação privilegiada com o departamento de Planeamento e Controlo de Gestão tendo o Professor Vázquez-Dodero reunido cinco vezes com a Direcção do Departamento para, em conjunto, avaliarem metodologias e ferramentas e definirem

processos de melhoria no controlo dos negócios, bem como aportou informação macroeconómica relevante para apoio ao diagnóstico do contexto em Espanha.

O Controlo de Gestão forneceu-lhe, trimestralmente, informação detalhada que lhe permitiu o acompanhamento da actividade operacional e a avaliação do desempenho da gestão executiva face aos planos e orçamentos aprovados em Conselho de Administração, tendo todos os esclarecimentos solicitados sido fornecidos.

O Membro Não Executivo esteve presente em todas as reuniões efectuadas com o Conselho Fiscal e acompanhou todos os temas de *Corporate Governance* surgidos durante o exercício.

11. Perspectivas

O Orçamento de Estado recentemente aprovado aponta no sentido de uma melhoria da procura interna e, no que diz respeito à actividade da Ibersol, introduziu uma nova taxa sobre a venda de bebidas açucaradas.

Mantendo-se os sinais positivos de evolução do consumo é de prever uma ligeira desaceleração da tendência de crescimento das vendas evidenciada ao longo de 2016, mantendo-se as margens, sem considerar o efeito de alteração da taxa de IVA em Portugal, que ocorreu no início do segundo semestre do ano passado.

No que concerne ao financiamento, as dificuldades de recuperação evidenciadas pelas economias europeias fazem antever um atraso no ciclo de normalização da política monetária pelo que é previsível que as taxas de juro se mantenham a níveis baixos.

Em Angola, a evolução dos negócios estará muito ligada à evolução da cotação do petróleo, que tem evoluído positivamente. A pressão a que está sujeita a moeda angolana indica que o cenário de desvalorização poderá manter-se em 2017, especialmente logo que terminado o período eleitoral, e que as dificuldades de pagamentos ao exterior se venham a atenuar.

No que concerne à expansão continuaremos atentos a oportunidades de reforço da posição competitiva das marcas que exploramos, prevendo que durante o ano de 2017 a Ibersol possa concretizar a abertura de 18 restaurantes e dê continuidade ao programa de remodelações de mais de uma dezena de unidades, para além da conversão gradual das unidades Pizza Móvil em Pizza Hut.

Em Espanha foi iniciado o processo de conversão de unidades da PizzaMóvil em Pizza Hut com a inauguração de 3 unidades no passado mês de Março. Concluída a avaliação da mudança serão decididas as próximas etapas.

No que se refere à Eat Out, terminou no passado dia 10 de Abril o prazo para a apresentação de propostas para o concurso de Barcelona, cuja decisão deverá ocorrer no segundo semestre. Em simultâneo irão ser abertos vários concursos em diferentes aeroportos, Madrid, Málaga e Canárias.

12. Distribuição de Resultados

No exercício de 2016, a Ibersol SGPS, S.A. apresentou um resultado líquido consolidado de 23.387.471,00 euros e um resultado líquido nas contas individuais de 1.310.459,55 euros.

Conforme consta do relatório de gestão individual, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

Reserva Legal	263.000,00 €
Reservas livres	1.047.459,55 €

Propomos ainda a distribuição de reservas no montante de 2.400.000 euros, o que corresponde a atribuir, a cada acção, um dividendo ilíquido de 0,10€. No caso da sociedade deter acções próprias manter-se-á a referida atribuição de 0,10€ a cada acção em circulação, reduzindo-se o montante global dos dividendos atribuídos

13. Factos subsequentes e declaração de responsabilidade

Até à data de aprovação deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque, para além de se haverem convertido 3 unidades da Pizza Movil em Pizza Hut e ter sido aberto o concurso para a exploração de unidades de restauração no aeroporto de Barcelona, que poderá ser decidido no terceiro trimestre do corrente ano.

Em cumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários declaramos que tanto quanto é do seu conhecimento:

- o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas da Ibersol SGPS, SA. exigidos por lei ou regulamento, referentes ao exercício de 2016, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e
- a informação constante no relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

14. Agradecimentos

O primeiro voto deste Conselho de Administração é dirigido a todos os colaboradores do Grupo, pela dedicação e entusiasmo que revelaram para enfrentar a conjuntura particularmente adversa dos últimos anos e o empenho demonstrado neste exercício de recuperação da atividade.

Registamos com apreço a colaboração das Instituições Bancárias bem como dos nossos Fornecedores e demais parceiros.

Agradecemos igualmente a todos os Accionistas pela confiança depositada na Ibersol.

Ao Conselho Fiscal, Auditores e Revisor Oficial de Contas é devido também o reconhecimento pela colaboração assídua e capacidade de diálogo que manifestaram no acompanhamento e no exame da gestão da empresa.

Porto, 28 de Abril de 2017

O Conselho de Administração

António Alberto Guerra Leal Teixeira

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Participações Qualificadas

Em cumprimento do artigo 8º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, indicamos os titulares de participações qualificadas conhecidos a 31 de Dezembro de 2016

Accionista	nº acções	% capital social
ATPS - SGPS, S.A. (*)		
Diretamente	13.178.040	54,91%
António Alberto Guerra Leal Teixeira	1.680	0,01%
António Carlos Vaz Pinto Sousa	1.680	0,01%
Total participação detida / imputável	13.181.400	54,92%
Banco BPI, S.A.		
Fundo Pensões Banco BPI	480.000	2,00%
Total participação detida / imputável	480.000	2,00%
Magallanes Iberian Equity FI		
Total participação detida / imputável	613.947	2,56%
Bestinver Gestion GGIC		
Total participação detida / imputável	3.014.650	12,56%
Norges Bank		
Directamente	882.225	3,68%
FMR LLC		
Fidelity Management & Research Company	732.000	3,05%

(*) Os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Pinto Sousa e a Alberto Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indirectamente, em partes iguais, através, respectivamente, das sociedades CALUM - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.

Anexo a que se refere o artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e artigo 14º, parágrafo 7, do Regulamento da CMVM nº 05/2008

Conselho de Administração	Data	Aquisições/acréscimos (a)		Alienações		SALDO 30.12.2016
		nº acções	preço	nº acções	preço	
António Alberto Guerra Leal Teixeira						
DUNBAR- SERVIÇOS E GESTÃO SA (1)						9.996
Ibersol SGPS, SA	03-11-2020	280	0			1.680
António Carlos Vaz Pinto Sousa						
CALUM- SERVIÇOS E GESTÃO SA (2)						9.996
Ibersol SGPS, SA	03-11-2020	280	0			1.680
(1) DUNBAR- SERVIÇOS E GESTÃO SA						
ATPS- S.G.P.S., SA (3)						2.840
(2) CALUM- SERVIÇOS E GESTÃO SA						
ATPS- S.G.P.S., SA (3)						2.840
(3) ATPS- S.G.P.S., SA						
Ibersol SGPS, SA	03-11-2020	2.196.339	0			13.178.040
(a) os acréscimos do nº de acções correspondem às acções atribuídas no aumento de capital por incorporação de reservas						

TRANSACÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS EFECTUADAS PELOS DIRIGENTES E PESSOAS RELACIONADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016

Dando cumprimento ao disposto no n.º7 do Artigo 14º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, informamos que nenhum dirigente e pessoas estreitamente relacionadas efectuou transacções de valores mobiliários durante o ano de 2016.

Anexo a que se refere o artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

ATPS, SGPS, SA

É detentora de 13.178.040 acções representativas do do capital da Ibersol -SGPS,SA tendo-lhe sido atribuídas 2,196,339 acções no aumento de capital por incorporação de reservas realizado no dia 2 de Novembro de 2016.

**RELATÓRIO DE GOVERNO
SOCIETÁRIO
Ano 2016**

IBERSOL, SGPS, SA.

Sociedade Aberta, com o capital social de 24.000.000 euros, com sede na Praça do Bom Sucesso, nºs 105/159, 9º andar, 4150-146 Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 501669477,

**PARTE I - INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA,
ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE**

A. ESTRUTURA ACCIONISTA

1. Estrutura de capital

O capital social da Ibersol, SGPS, SA. é de 24.000.000 de euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 24.000.000 de acções ordinárias nominativas escriturais, cada uma com o valor nominal de 1 euro sendo iguais os direitos e deveres inerentes a todas as acções. A totalidade das acções representativas do capital social está admitida à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

2. Restrições à transmissibilidade e titularidade das acções

A Sociedade não tem, nas normas constantes dos Estatutos, designadamente no disposto nos artigos quarto e quinto do mesmo instrumento, quaisquer restrições à transmissibilidade das acções, nem qualquer tipo de cláusulas impositivas da necessidade do consentimento para a alienação dos mesmos títulos ou qualquer tipo de imposição de limitações à titularidade de acções.

3. Acções próprias

Em 31 de Dezembro de 2016, a Ibersol, SGPS, SA. era detentora de 2.399.905 acções próprias, correspondentes a cerca de 10 % do capital social, com o valor nominal de um euro adquiridas por um valor global de 11.179.346,70 euros.

Durante o exercício de 2016 a sociedade efectuou transacções de acções próprias, tendo vendido 100 acções e adquirido 25.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em

vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respectivos

Não existem quaisquer acordos significativos celebrados pela Sociedade ou pelas suas subsidiárias que contenham cláusulas com o objectivo de constituírem medidas defensivas à mudança de controlo (inclusivamente na sequência de uma oferta pública de aquisição). Não existem quaisquer condições específicas que limitam o exercício de direitos de voto pelos accionistas da Sociedade ou outras matérias susceptíveis de interferir no êxito de uma oferta pública de aquisição. Não existem contratos subscritos com cláusulas de alteração de controlo, sejam contratos de financiamento ou outros, nomeadamente no contexto de emissão de dívida.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

Não foram adoptadas, no seio da Sociedade, quaisquer medidas defensivas, nem qualquer regime sobre a renovação ou revogação das mesmas.

6. Acordos parassociais

A Sociedade desconhece a existência de qualquer acordo parassocial que possa conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou exercício concertado de direitos de voto.

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Participações qualificadas

Em 31 de Dezembro de 2016 e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade e que, de acordo com os artigos 16º e 20º do Código dos Valores Mobiliários, os accionistas que detêm uma participação qualificada de pelo menos 2% do capital social da Ibersol, são os seguintes:

Accionista	nº acções	% capital social
ATPS - SGPS, S.A. (*)		
Diretamente	13.178.040	54,91%
António Alberto Guerra Leal Teixeira	1.680	0,01%
António Carlos Vaz Pinto Sousa	1.680	0,01%
Total participação detida / imputável	13.181.400	54,92%
Banco BPI, S.A.		
Fundo Pensões Banco BPI	480.000	2,00%
Total participação detida / imputável	480.000	2,00%
Magallanes Iberian Equity FI		
Total participação detida / imputável	613.947	2,56%
Bestinver Gestion GGIC		
Total participação detida / imputável	3.014.650	12,56%
Norges Bank		
Directamente	882.225	3,68%
FMR LLC		
Fidelity Managemment & Research Company	732.000	3,05%

(*)Os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Pinto Sousa e a Alberto Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indirectamente, em partes iguais, através, respectivamente, das sociedades CALUM - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.

8. Indicação sobre o número de acções e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA:

Conselho de Administração:

Presidente - Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira

1.680 acções representativas do capital da Ibersol SGPS, SA.

9.996 acções representativas de 99,96% do capital da Dunbar – Serviços e Gestão, SA.

A Dunbar – Serviços e Gestão, SA. é detentora de 2.840 acções representativas de 25,02% do capital da ATPS, SGPS, SA.

A ATPS, SGPS, SA, em 31/12/2016, é detentora de 13.178.040 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA.

Vice-Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa

1.680 acções representativas do capital da Ibersol SGPS, SA.

9.996 acções representativas de 99,96% do capital da Calum – Serviços e Gestão, SA.

A Calum – Serviços e Gestão, SA. é detentora de 2.840 acções representativas de 25,02% do capital da ATPS, SGPS, SA.

A ATPS, SGPS, SA, em 31/12/2016, é detentora de 13.178.040 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA.

Vogal – Prof. Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero

Não é titular de acções da sociedade

Conselho Fiscal:

Presidente - Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva

Não é titular de acções da sociedade

Vice-Presidente – António Maria Borda Cardoso

Não é titular de acções da sociedade

Vogal – Eduardo Moutinho Ferreira Santos

Não é titular de acções da sociedade

Suplente – Maria Helena Moreira de Araújo

Não é titular de acções da sociedade

9. Poderes especiais do órgão de administração relativos a aumentos do capital

Nos termos do fixado no artigo 4.º n.º 2 dos Estatutos societários, o capital social poderá ser elevado até cem milhões de euros, por uma ou mais vezes, por deliberação do Conselho de Administração, a qual fixará a forma, as condições de subscrição e as categorias de acções a emitir de entre as previstas no mesmo pacto social, ou outras

permitidas por lei. No entanto, esta disposição estatutária não é actualmente susceptível de aplicação face ao decurso do prazo de 5 anos fixado, para tal efeito, no artº 456º nº 2 alínea b) do Código das Sociedades Comerciais – podendo, no entanto, a Assembleia Geral vir a deliberar a renovação desses poderes ao Conselho de Administração, face ao disposto no artº 456º nº 4 do mesmo Código;

10. Relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade

Não foram realizados quaisquer negócios ou operações significativas entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respectivo mandato

Ao longo do exercício de 2016, e mediante eleição efectuada na Assembleia Geral Anual realizada em 6 de Maio de 2013, a composição da Mesa da Assembleia Geral foi a seguinte:

Presidente da Mesa – Dr.ª Alice da Assunção Castanho Amado;

Vice-Presidente – Dr.ª Anabela Nogueira de Matos;

Secretária – Dr.ª Maria Leonor Moreira Pires Cabral Campello;

O mandato destes membros corresponde ao quadriénio 2013 / 2016.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto

Não existem quaisquer restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, visto que, nos termos do fixado no artigo 21º dos Estatutos, a cada acção corresponde um voto.

De acordo com o artigo 23º dos Estatutos da Sociedade, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em primeira convocação é indispensável a presença ou representação de accionistas possuidores de acções que titulem mais de cinquenta por cento do capital social. De acordo com o artigo 21º dos Estatutos, nºs 1 e 2, a cada

acção corresponde um voto e as deliberações em assembleia geral serão tomadas por maioria simples, excepto se a lei o exigir maioria distinta. Existem regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência consignadas no artigo 22º nºs 3 a 11 dos Estatutos societários, não existindo qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência. A sociedade disponibiliza o boletim de voto por correspondência e informa dos procedimentos necessários para exercer esse direito. Este modelo está disponível no sítio da sociedade, na Internet, www.ibersol.pt. Os votos por correspondência podem ser recebidos até três dias antes da data de realização da Assembleia Geral, nos termos do artº 22º nº 4 dos Estatutos.

13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único accionista ou por accionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.

Não existe qualquer indicação estatutária da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único accionista ou por accionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações tipificadas na apontada norma;

14. Deliberações accionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada

As deliberações accionistas não se encontram submetidas, por imposição estatutária, a maiorias qualificadas a não ser as que resultem da lei. Assim, e excepto se a lei o exigir diferentemente, as deliberações em Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples (art.º 21.º n.º 2 dos Estatutos societários);

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

Conselho de Administração

Presidente – Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

Vice-Presidente – Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

Vogal – Professor Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero de Bonifaz;

Conselho Fiscal

Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;

Vice-Presidente – Dr. António Maria de Borda Cardoso;

Vogal – Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos;

Suplente – Dr.^a Maria Helena Moreira de Araújo;

Revisor Oficial de Contas - PriceWaterHouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.;

15. Identificação do modelo de governo adoptado.

A Sociedade adopta um modelo de governo clássico monista - composto por Conselho de Administração e Conselho Fiscal, tendo sido designado em Assembleia Geral o respectivo Revisor Oficial de Contas. O Conselho de Administração é o órgão responsável por praticar todos os actos de administração relativos ao objecto societário, determinar a orientação estratégica da sociedade e proceder à designação e supervisão geral da actuação da Comissão Executiva, não existindo comissões especializadas por si constituídas. A comissão executiva coordena operacionalmente as Direcções funcionais e os diferentes negócios, reunindo com os respectivos directores numa base periódica.

O Conselho Fiscal tem a responsabilidade de fiscalização da actividade societária, nos termos das definições que, legal e estatutariamente, lhe estão adstritas.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

As regras estatutárias sobre os requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração estão consignadas nos artigos oitavo, nono, décimo, e décimo quinto dos Estatutos.

O Conselho de Administração é composto por um número ímpar ou par de membros, no mínimo três e máximo de nove, eleitos em Assembleia Geral, ficando autorizada a eleição de Administradores suplentes até um número igual a um terço dos Administradores efectivos.

Para um número de Administradores não excedente a um terço do órgão, proceder-se-à a eleição prévia e isolada, entre pessoas propostas em listas subscritas por grupo de accionistas, contando que nenhum desses grupos possua acções representativas de mais de 20% e de menos de 10% do capital social. Cada lista deve propor, pelo menos, duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher e o mesmo accionista não pode subscrever mais de uma lista. Se numa eleição isolada forem apresentadas listas por mais de um grupo, a votação incide sobre o conjunto dessas listas.

Em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer Administrador, o Conselho de Administração providenciará quanto à sua substituição. Se se tratar de falta definitiva do administrador eleito ao abrigo das regras explicitadas no paragrafo anterior, proceder-se-á a eleição em Assembleia Geral.

17. Composição do Conselho de Administração

A actual composição do Conselho de Administração é de três membros, sendo a Comissão Executiva composta pelo respectivo Presidente e Vice-Presidente. O Conselho de Administração escolherá o seu presidente se este não tiver sido designado pela assembleia geral aquando da sua eleição. O Conselho de Administração pode encarregar especialmente algum ou alguns administradores de se ocuparem de certas matérias de administração. Em 31 de Dezembro de 2016, este órgão é composto pelos seguintes membros:

Presidente – Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

Vice-Presidente – Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

Vogal – Professor Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero de Bonifaz;

Todos os membros foram eleitos na Assembleia Geral realizada no dia 6 de Maio de 2013 e o termo do mandato em curso ocorreu em 31 de Dezembro de 2016, mantendo-se todos os membros no exercício do respectivo cargo até posterior designação eleitoral de novos membros deste órgão.

A data da primeira designação para o exercício do respectivo mandato ocorreu em 1991 (Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa), em 1997 (Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira), e 1999 (Prof. Dr. Juan Carlos Vázquez-Dodero).

A duração estatutária do mandato é de quatro anos, tal como resulta fixado no artigo 27º dos Estatutos societários.

O Conselho de Administração poderá igualmente delegar num ou mais administradores ou numa comissão executiva a gestão corrente da sociedade, nos termos e dentro dos limites legais. Competirá ao Conselho de Administração regular o funcionamento da Comissão Executiva e o modo como exercerá os poderes que lhe forem cometidos.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes

O órgão de administração da Sociedade é composto por três administradores e inclui um membro, Prof. Juan Carlos Vázquez-Dodero de Bonifaz, que é membro não executivo, não estando associado a grupos de interesses específicos, quer da Sociedade, quer dos seus accionistas de referência, não tendo quaisquer interesses relevantes susceptíveis de colidir ou interferir com o livre exercício do seu mandato social, mais se referindo que não foi constituída qualquer comissão de controlo interno. O referido membro é Administrador de sociedades coligadas, nas quais não exerce quaisquer funções executivas. Não exerce quaisquer actividades ou negócios

com a sociedade, no sentido do disposto nos artºs 397º e 398º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), cumprindo os demais requisitos de independência do artº 414 nº 5 do mesmo CSC, designadamente no sentido que vem fixado na Recomendação da Comissão Europeia de 15 de Fevereiro de 2005, visto que a mesma Recomendação determina, quanto ao requisito de independência, no seu ponto 13., que um administrador deve ser considerado independente se não tiver quaisquer relações comerciais, familiares ou outras — com a sociedade, com o accionista que detém o controlo ou com os órgãos de direcção de qualquer um deles — que possam originar um conflito de interesses susceptível de prejudicar a sua capacidade de apreciação – requisitos de independência estes que, plenamente, se verificam em relação ao membro não executivo, Prof. Juan Carlos Vazquez-Dodero - razões pelas quais se considera que esse administrador é independente.

Mais se refere que o indicado Administrador não-executivo, sendo membro de sociedades agrupadas e coligadas do Grupo Ibersol, a nível não executivo dos respectivos Conselhos de Administração, não colabora nem interfere na gestão corrente das mesmas, nem presta a qualquer uma dessas sociedades qualquer outro tipo de colaboração, nem titula qualquer outro tipo de relação comercial (significativa ou não significativa), seja de prestação de serviços ou outra, não sendo beneficiário de qualquer tipo de remuneração para além da auferida anualmente enquanto Administrador não-executivo da Ibersol, SGPS, SA.

19. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração

Conselho de Administração

Presidente - Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira

Formação académica

- Licenciado em Economia – Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Actividade profissional

- Presidente do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA
- Administrador de outras sociedades participadas da Ibersol, SGPS, SA

Data da primeira nomeação e termo do mandato – 1997 / 2016;

Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:

ASUREBI - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

EGGON – SGPS, SA

ANATIR – SGPS, SA

CHARLOTTE DEVELOPS, SL

FIRMOVEN - Restauração, SA

FOODSTATION, SL

GRAVOS 2012, SA

HCI - Imobiliária, SA

IBERAKI - Restauração, SA

IBERGOURMET - Produtos Alimentares, SA

IBER KING - Restauração, SA

IBERSANDE - Restauração, SA

IBERSOL ANGOLA, S.A.

IBERSOL - Hotelaria e Turismo, SA

IBERSOL - Restauração, SA

IBERSOL MADEIRA e AÇORES, Restauração, SA

IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA

IBERUSA - Central de Compras para a Restauração, ACE

IBR – Imobiliária, SA

INVERPENINSULAR, SL

JOSÉ SILVA CARVALHO – Catering, SA

LURCA, S.A.

LUSINVER RESTAURACIÓN, SAU

MAESTRO - Serviços de Gestão Hoteleira, SA

PANSFOOD SA

SEC - EVENTOS E CATERING, SA.

SUGESTÕES E OPÇÕES – Actividades Turísticas, SA.

THE EAT OUT GROUP SL

VIDISCO SL. Y LURCA SA. Unión Temporal de Empresas

VIDISCO, SL

Gerente

FERRO & FERRO, Lda.

RESTMON (Portugal) – Gestão e Exploração de Franquias, Lda.

RESBOAVISTA – Restaurante Internacional, Lda.

Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo Ibersol:

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

ATPS II, SGPS, SA.

MATEIXA Soc. Imobiliária, SA.

ONE TWO TASTE, SA.

DUNBAR – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

CALUM – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

Vice-Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Formação académica

- Licenciado em Direito - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- CEOG – Curso de Gestão – Universidade Católica do Porto

Actividade profissional

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA
- Administrador de outras empresas participadas da Ibersol, SGPS, SA

Data da primeira nomeação e termo do mandato – 1991 / 2016;

Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:

ASUREBI - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

EGGON – SGPS, SA

ANATIR – SGPS, SA

CHARLOTTE DEVELOPS, SL

FIRMOVEN - Restauração, SA

FOODSTATION, SL

GRAVOS 2012, SA

HCI - Imobiliária, SA

IBERAKI - Restauração, SA

IBERGOURMET - Produtos Alimentares, SA

IBER KING - Restauração, SA

IBERSANDE - Restauração, SA

IBERSOL ANGOLA, S.A.

IBERSOL - Hotelaria e Turismo, SA

IBERSOL - Restauração, SA

IBERSOL MADEIRA e AÇORES, RESTAURAÇÃO, SA

IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA

IBERUSA - Central de Compras para a Restauração, ACE

IBR – Imobiliária, SA

INVERPENINSULAR, SL

JOSÉ SILVA CARVALHO – Catering, SA

LURCA, SA

LUSINVER RESTAURACIÓN, SAU

MAESTRO - Serviços de Gestão Hoteleira, SA

PANSFOOD SA

SEC - EVENTOS E CATERING, SA.

SUGESTÕES E OPÇÕES – Actividades Turísticas, SA.

THE EAT OUT GROUP SL

VIDISCO SL. Y LURCA SA. Union Temporal de Empresas

VIDISCO, SL

Gerente

FERRO & FERRO, Lda.

RESTMON (Portugal) - Gestão e Exploração de Franquias, Lda.

RESBOAVISTA – Restaurante Internacional, Lda.

Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo Ibersol:

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.

ATPS II, SGPS, SA.

FLP - Fábrica Leiriense Plásticos e Investimentos Imobiliários, S.A.

INDOFIL, S.A.

MBR, IMOBILIÁRIA, SA.

ONE TWO TASTE, SA.

PLASTEUROPA EMBALAGENS, SA

PLASTEUROPA HOLDING SGPS, SA

POLIATLÂNTICA IMOBILIÁRIA SA

POLIATLÂNTICA SGPS SA

SOPRANO- SGPS, SA

DUNBAR – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

CALUM – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

Vogal – Prof. Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero

Formação académica

- Licenciado em Direito – Universidad Complutense de Madrid
- Licenciado em Ciências Empresariales – I.C.A.D.E. Madrid
- Mestre em Economía y Dirección de Empresas – I.E.S.E. Universidade de Navarra;
- Doutorado em Negócios y Dirección - I.E.S.E. Universidade de Navarra;
- Programas “Managing Corporate Control and Planning” e “Strategic Cost Management” – Harvard University;

Actividade profissional

- Professor Emérito do IESE
- Assessor e consultor em várias empresas Europeias e Americanas
- Vogal do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA
- Administrador de outras empresas participadas pela Ibersol, SGPS, SA

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 1999 / 2016;

Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades

do Grupo Ibersol:

FOODSTATION, SL

IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA

IBERSANDE - Restauração, SA

IBERSOL - Restauração, SA

IBERSOL ANGOLA S.A.

PANSFOOD SA

THE EAT OUT GROUP SL

Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do

Grupo Ibersol:

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

ATPS II, SGPS. SA.

DUNBAR – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

CALUM – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

Fundador y Presidente do Patronato da Fundação Amigos de Rimkieta

Consejero de Jeanologia, S.L.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com accionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Não existem relações familiares, profissionais ou comerciais com detentores de participações qualificadas para além do facto dos Administradores António Alberto Guerra Leal Teixeira e António Carlos Vaz Pinto de Sousa, através das Sociedades Calum-Serviços de Gestão, SA. e Dunbar – Serviços de Gestão, SA., controlarem a sociedade ATPS, à qual é imputada uma participação de 54,92% no capital da Ibersol SGPS, SA, participação essa que lhes é imputada individualmente também.

21. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências

Dois dos membros do Conselho de Administração exercem funções executivas e formam uma Comissão Executiva, a qual foi eleita e cujos poderes lhe foram

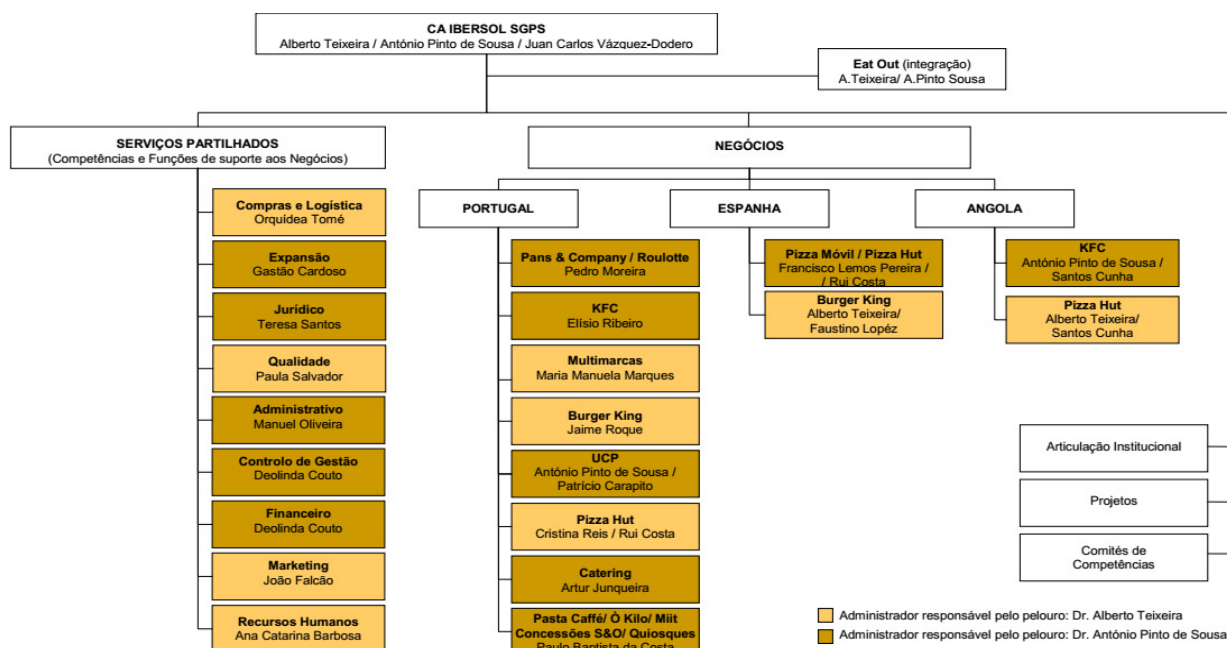
delegados pelo Conselho de Administração nos termos do artº 8º nº 4 dos Estatutos da Sociedade, exercendo o outro Administrador funções não executivas.

A Comissão Executiva coordena operacionalmente as direcções funcionais e os diferentes negócios, reunindo com os respectivos directores numa base periódica. As decisões tomadas pelos Directores Funcionais e de Negócio, que devem respeitar as directrizes globais, emanam da delegação de competências conferida pela Comissão Executiva e são coordenadas nas reuniões periódicas.

Os poderes delegados na Comissão Executiva são, designadamente, os seguintes:

- a) plenos poderes de decisão, gestão e acompanhamento estratégico da actividade societária, dentro dos limites legais do artº 407º nº 4 do CSC;
- b) desenvolver, planear e programar as linhas de actuação do órgão de administração, no plano interno e externo do exercício social, dando plena prossecução aos objectivos sociais afectos aos fins da Sociedade, tendo como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na verificação adequada dos instrumentos de supervisão da situação económico-financeira e no exercício da função de controlo das empresas integradas no Grupo Ibersol.
- c) Competir-lhe-à assistir o Conselho de Administração na actualização das suas estruturas de assessoria e suporte funcional, bem como nos procedimentos das empresas integradas no Grupo Ibersol, com adequação consistente à evolução das necessidades do negócio, actuando na definição dos perfis e características dos seus parceiros estratégicos, clientes, trabalhadores, colaboradores e demais agentes, bem como no desenvolvimento do padrão de comportamento nas relações da sociedade com o exterior, podendo, em concreto, proceder à aquisição, alienação e oneração de bens móveis, estabelecendo ou cessando cooperação com outras empresas.

O organograma e distribuição de pelouros é o seguinte:



b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.

O Regulamento do Conselho de Administração pode ser consultado no sítio da Internet da Sociedade: www.ibersol.pt.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração

Os estatutos da Sociedade estabelecem que o Conselho de Administração deve reunir pelo menos trimestralmente e, além disso, todas as vezes que o Presidente ou dois dos membros o convoquem.

As reuniões do Conselho de Administração são marcadas e preparadas com antecedência e atempadamente é disponibilizada, aos respectivos membros, a documentação referente aos pontos da agenda.

24. Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos, em representação dos accionistas, de acordo com a política de remunerações aprovada pelos accionistas na Assembleia Geral.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos

administradores executivos.

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração não inclui qualquer componente variável. Os Administradores executivos são remunerados pela ATPS, SGPS, SA. que subscreveu um contrato de prestação de serviços com a Ibersol Restauração SA. Não existem critérios pré-determinados para o indicado efeito.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras actividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

A actividade profissional dos actuais membros do Conselho de Administração é descrita do ponto 19. supra.

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados:

27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

No seio do Conselho de Administração está criada apenas a Comissão Executiva, podendo o Regulamento do Conselho de Administração ser consultado no sítio da internet: www.ibersol.pt. O Conselho de Administração, e a Comissão Executiva que o integra, asseguram plenamente que a sociedade desenvolve a sua actuação por forma a prosseguir os fins societários, não delegando a sua competência quanto à definição da estratégia e das políticas de gestão da sociedade, centralizando a definição da estrutura empresarial do Grupo, tomando a seu cargo e competência exclusiva todas as decisões estratégicas relevantes, seja pelo seu valor, seja pelo potencial grau de risco envolvido, seja pela sua caracterização específica.

28. Composição da comissão executiva

Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das actividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

A Ibersol, SGPS, SA. tem um Conselho de Administração composto por três membros: -um Presidente, um Vice-Presidente e um Vogal.

Dois dos seus membros exercem funções executivas e formam uma Comissão Executiva, que foi eleita e cujos poderes foram delegados pelo Conselho de

Administração nos termos do art.º 8.º n.º 4 dos Estatutos da Sociedade, e um outro Administrador exerce funções não executivas.

A Comissão Executiva coordena operacionalmente as direcções funcionais e os diferentes negócios desenvolvidos societariamente reunindo com os respectivos directores numa base periódica. As decisões tomadas pelos Directores Funcionais e de Negócio, que devem respeitar as directrizes globais, emanam da delegação de competências conferida pela Comissão Executiva e são coordenadas nas reuniões referidas.

Os poderes delegados na Comissão Executiva são, designadamente, os seguintes:

- a) Plenos poderes de decisão, gestão e acompanhamento estratégico da actividade societária, dentro dos limites legais do art.º 407.º n.º 4 do CSC, desenvolver, planear e programar as linhas de actuação do órgão de administração, no plano interno e externo do exercício social, dando plena prossecução aos objectivos sociais afectos aos fins da Sociedade, tendo como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na verificação adequada dos instrumentos de supervisão da situação económico-financeira e no exercício da função de controlo das empresas integradas no Grupo Ibersol.
- b) Competir-lhe-à assistir o Conselho de Administração na actualização das suas estruturas de assessoria e suporte funcional, bem como nos procedimentos das empresas integradas no Grupo Ibersol, com adequação consistente à evolução das necessidades do negócio, actuando na definição dos perfis e características dos seus parceiros estratégicos, clientes, trabalhadores, colaboradores e demais agentes, bem como no desenvolvimento do padrão de comportamento nas relações da sociedade com o exterior, podendo, em concreto, proceder à aquisição, alienação e oneração de bens móveis, estabelecendo ou cessando cooperação com outras empresas.

A Comissão Executiva reúne mensalmente e todas as vezes que o Presidente a convoque. Sem prejuízo dos contactos regulares estabelecidos entre os membros da Comissão Executiva nos períodos entre reuniões, durante o ano de 2016, realizaram-se 27 reuniões.

Os membros da Comissão Executiva prestam em tempo útil as informações que lhe sejam solicitadas por outros membros dos órgãos sociais.

III. FISCALIZAÇÃO

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adoptado.

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores

Oficiais de Contas são, no modelo adoptado, os órgãos de fiscalização da Sociedade e ambos são eleitos pela Assembleia Geral de Accionistas. O Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas não são membros do Conselho Fiscal.

31. Composição do Conselho Fiscal

Conselho Fiscal

Presidente - Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva ;

Vice-Presidente – António Maria Borda Cardoso;

Vogal – Eduardo Moutinho Ferreira Santos;

Suplente – Maria Helena Moreira de Araújo;

O Conselho Fiscal é composto por um número mínimo de três membros efectivos, sendo eleito em Assembleia Geral e deverá reunir, pelo menos, trimestralmente. Sendo três os membros efectivos do Conselho Fiscal, deve existir um ou dois suplentes, havendo sempre dois suplentes quando o número de membros for superior. O Revisor Oficial de Contas ou Sociedade Revisora Oficial de Contas são eleitos pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal.

O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 4 anos (artº 27º dos Estatutos societários), tendo o actual Presidente iniciado funções como Vice-Presidente no ano de 2008, tendo sido nomeado Presidente em 2013 para o mandato 2013/2016. O actual Vice-Presidente iniciou funções de Vogal efectivo deste órgão em 2007, e foi nomeado vice-presidente para o mandato 2013/2016. O Vogal efectivo iniciou funções como Vogal suplente em 2007, e foi nomeado Vogal para o mandato 2013/2016.

32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC

Todos os membros efectivos cumprem os critérios fixados no artigo 414º nº 5 do CSC e cumprem com todas as regras de incompatibilidade mencionadas no número1 do artigo 414º-A do CSC.

Os membros do Conselho Fiscal têm o dever de comunicar imediatamente à Sociedade qualquer ocorrência que origine incompatibilidade ou perda de independência.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº21.

Presidente – Dr.Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;

Formação académica

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1970);

Actividade profissional dos últimos cinco anos:

- Docência Universitária;
- Consultoria Fiscal;

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 2008 / 2016.

Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol: não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

Vice-Presidente – Dr. António Maria de Borda Cardoso;

Formação académica

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1966);

Actividade profissional dos últimos cinco anos :

- Reformado desde 25/10/2005;

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 2007 / 2016.

Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol: não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

Vogal – Dr. Eduardo Moutinho Santos;

Formação académica

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1978);

Actividade profissional dos últimos cinco anos:

- Exercício da Advocacia em regime liberal na Comarca do Porto;

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 2007 / 2016.

Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol:

Presidente do Conselho Fiscal da Ibersande Restauração, SA.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal

O Regulamento do Conselho Fiscal pode ser consultado no sítio da internet: - www.ibersol.pt;

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez em cada trimestre. Em 2016, realizaram-se 5 reuniões formais deste órgão e a taxa de assiduidade de todos os membros efectivos foi de 100 %.

36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras actividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício

Cada um dos membros do Conselho Fiscal demonstrou, de forma consistente, a sua disponibilidade no exercício das funções, tendo estado presente em todas as reuniões do órgão e participado nos respectivos trabalhos.

Remete-se para o ponto 33 supra, bem como para o Anexo 2 a este Relatório onde vem explicitada a informação relativa a outros cargos, exercidos noutras sociedades, pelos membros efectivos do Conselho Fiscal.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

O Conselho Fiscal procede à avaliação anual do Auditor Externo e inclui as suas conclusões no seu Relatório e Parecer, emitidos nos termos e para os efeitos da alínea g) do nº 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal analisa e aprova o âmbito de quaisquer serviços adicionais, avaliando se os mesmos colocam em causa a independência do Auditor Externo. Salvaguarda que os serviços de consultoria sejam prestados com elevada qualidade, autonomia e independência relativamente aos executados no âmbito do processo de auditoria.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização

Compete ao Conselho Fiscal, em articulação com o Revisor Oficial de Contas, a fiscalização da sociedade, nomeadamente:

- verificar a adequação das políticas contabilísticas,
- fiscalizar em permanência a eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno,
- fiscalizar, por forma contínua, o processo de preparação e divulgação de informação financeira,
- fiscalizar a revisão de contas ;

Compete-lhe ainda propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas e fiscalizar a sua independência, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

O Relatório anual sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal é objecto de divulgação em conjunto com os documentos de prestação de contas, no sítio da Internet da sociedade.

Para todos os efeitos, o Conselho Fiscal representa a sociedade junto do Auditor Externo zelando para que sejam asseguradas todas as condições à prestação dos serviços, avaliando anualmente o respectivo desempenho, sendo o seu interlocutor e destinatário dos respectivos relatórios, em simultâneo com o Conselho de Administração.

Para o desempenho das suas funções o Conselho Fiscal obtém, do Conselho de Administração, as informações necessárias ao exercício da sua actividade nomeadamente quanto à evolução operacional e financeira do Grupo, às alterações de composição do portfólio de empresas e negócios e ao conteúdo das principais deliberações tomadas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a " PriceWaterHouseCoopers e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.", sendo esta sociedade representada pelo Dr. Hermínio António Paulos Afonso ou pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia;

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

O indicado Revisor Oficial de Contas exerce funções na Sociedade desde 2005 até ao presente.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

O Revisor Oficial de Contas é simultaneamente o Auditor Externo da sociedade.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do Auditor Externo

O Auditor Externo é a PriceWaterHouseCoopers e Associados , SROC, registada sob o nº 9077 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, representada pelo Dr. Hermínio António Paulos Afonso ou pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia.

No ano de 2016, o representante foi o Dr. Hermínio António Paulos Afonso.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respectivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo. O auditor externo foi eleito pela primeira vez em 2005 e está no seu terceiro mandato.

O sócio que o representa exerce funções desde 2011.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respectivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

O auditor externo e o sócio que o representa no cumprimento dessas funções encontram-se, respectivamente, no terceiro e no segundo mandato consecutivo. A eleição para cada mandato é efectuada pela Assembleia Geral mediante proposta do Conselho Fiscal e a periodicidade de rotação dos mesmos será apreciada em função das melhores práticas em matéria de governo corporativo à data da proposta para novo mandato. O Conselho Fiscal adoptou o princípio recomendado de apenas não proceder à rotação do auditor externo no final de dois mandatos de quatro anos em permanência de funções se, após ter efectuado uma avaliação criteriosa, tiver

concluído que a manutenção em funções, para além do referido período, não interfere nem prejudica a necessária independência do auditor externo, nem o nível de qualidade com que as funções devem ser exercidas, assegurando, ao invés, o acompanhamento da sociedade por aquele órgão de fiscalização, com o acentuado nível de experiência e profundidade de conhecimentos já adquiridos – v.d. Proposta do Conselho Fiscal de 5/4/2013 relativa à nomeação do ROC em anexo à Proposta apresentada sobre o ponto 7. da Convocatória da AG. de 6 de Maio de 2013 - in www.ibersol.pt

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

O Conselho Fiscal procede à avaliação anual do Auditor Externo e inclui as suas conclusões no seu Relatório e Parecer, emitidos nos termos e para os efeitos da alínea g) do nº 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação

Os outros serviços prestados pelo auditor externo incluíram essencialmente serviços relacionados com a revisão de processos de documentação fiscal e actualização legislativa de natureza fiscal.

O Conselho Fiscal analisou e aprovou o âmbito dos referidos serviços tendo concluído que os mesmos não punham em causa a independência do Auditor.

Os outros serviços são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, pelo que se considera que a independência e a imparcialidade do auditor são asseguradas.

Em 2016, os honorários facturados pelos outros serviços representaram 20,9% do total da facturação anual da PriceWaterhouseCoopers ao Grupo.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços

A remuneração anual total paga pela sociedade e por outras pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas colectivas pertencentes à mesma rede ascendeu, no ano de 2016, a 415.851 euros, assim discriminado:

	2016	%	2015	%
<u>Sociedade</u>				
Auditoria e revisão	35.500	9%	43.583	25%
Outros serviços				
<u>Entidades que integram o Grupo</u>				
Auditoria e revisão (1)	293.590	71%	126.302	71%
Consultoria Fiscal			3.250	2%
Outros serviços	86.761	21%	3.987	2%
TOTAL	415.851	100%	177.121	100%

(1) no ano de 2016, inclui o valor anual de auditoria ao grupo EOG adquirido só no final de Outubro pela Ibersol.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

As regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da Sociedade são as constantes das disposições dos artigos 85º e segts. e 383º e segts. do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

II. Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

A Sociedade dispõe de uma política instituída para recebimento de comunicações, reclamações ou queixas sobre irregularidades detectadas na empresa. Conforme consta do Regulamento do Conselho Fiscal divulgado no sitio da sociedade, este órgão regista por escrito as comunicações de irregularidades que lhe sejam endereçadas, promovendo, conforme o entender por adequado, as necessárias diligências junto da administração e da auditoria e sobre as mesmas elabora o seu relatório. Assim, tal tipo de irregularidades pode ser comunicada de forma não anónima ao Conselho Fiscal, através de comunicação à Sociedade, dirigida aquele órgão. A sociedade encaminhará as comunicações recebidas ao Presidente daquele órgão, assegurando a sua confidencialidade.

Durante 2016, o Conselho Fiscal não recebeu quaisquer comunicações de irregularidades.

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

A Ibersol não possui serviços autónomos de auditoria interna e de “*compliance*”.

A gestão de risco, sendo uma das componentes da cultura da sociedade, está presente em todos os processos e é responsabilidade de todos os gestores, quadros e demais colaboradores nos diferentes níveis da organização.

A gestão de risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor, através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar as empresas do Grupo, numa perspectiva de continuidade das operações, tendo em vista o aproveitamento das oportunidades de negócio.

No âmbito do planeamento estratégico são identificados e avaliados os riscos do *portfolio* dos negócios existentes bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de cada negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos dos negócios e das unidades funcionais.

No que respeita aos riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas são definidas políticas e *standards* e efectuado o auto-controlo do seu cumprimento, sendo realizadas auditorias externas a todas as unidades e implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados.

De forma a garantir a conformidade dos procedimentos estabelecidos é efectuada regularmente a avaliação dos principais sistemas de controlo interno do grupo. Por especificidades do Negócio existem áreas de risco cuja gestão corrente foi alocada a departamentos funcionais.

O controlo interno e o acompanhamento dos sistemas de controlo interno são conduzidos pela Comissão Executiva.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Não aplicável uma vez que o grupo não dispõe de serviços autónomos.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Existem Funções Centrais – Direcções Qualidade, Recursos Humanos e Financeira – que reportando à Comissão Executiva, promovem, coordenam e facilitam, o desenvolvimento de processos de gestão de risco.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da actividade.

O Conselho de Administração considera que o Grupo se encontra exposto aos riscos normais decorrentes da sua actividade, nomeadamente ao nível dos restaurantes.

Riscos estratégicos e operacionais

O negócio está exposto à evolução dos factores macroeconómicos bem como da evolução das preferências dos consumidores. A gestão dos riscos estratégicos envolve a monitorização dos indicadores macroeconómicos, de estudos de tendências dos consumidores, de estudos do mercado da restauração com auscultação dos consumidores e acompanhamento da actividade da concorrência nos diferentes mercados onde o Grupo opera.

Com a aquisição da Eatout a Ibersol passou a deter uma parte significativa do seu volume de negócios em espaços concessionários em aeroportos. As concessões são atribuídas por concurso por um determinado período pelo que o Grupo poderá ou não garantir a renovação desses contratos, o que poderá afectar o seu volume de negócios e rentabilidade.

Os riscos operacionais estão muito ligados aos processos dos restaurantes: gestão de aprovisionamento (aprovisionamento e logística), gestão de stocks, gestão de fundos e na eficiência e segurança na utilização de recursos e activos. A adequação e alcance dos procedimentos de controlo são acompanhados e revistos sempre que necessário.

Por especificidades do Negócio existem áreas de risco cuja gestão corrente foi alocada a departamentos funcionais, destacando-se:

Qualidade e Segurança Alimentar

No negócio da Restauração o risco associado à Higiene e Segurança Alimentar assume primordial importância.

A gestão desta área de risco é coordenada pela Direcção de Qualidade e tem como principais vertentes uma actuação responsável e pro-activa, segundo os princípios da prevenção, formação, seguimento de indicadores e a procura da melhoria contínua por forma a minimizar os riscos com impactos na saúde dos consumidores.

As principais dimensões de gestão desta área de risco são:

-qualificação e Selecção dos Fornecedores e Produtos na área da qualidade e segurança alimentar e o Programa de Controlos Periódicos aos Fornecedores, Produtos e Serviços;

- garantia da eficácia do Sistema de Rastreabilidade implementado;
- controlo do Processo Produtivo nos restaurantes através de Sistemas de HACCP;
- Sistema de Desenvolvimento de Competências em Segurança Alimentar;
- Manutenção e Monitorização dos dispositivos de medição;
- Sistema de Gestão de Crises Alimentares com a monitorização a todo o momento dos sistemas de alerta alimentar existentes e a actuação imediata quando necessário;
- Sistema de Melhoria Contínua suportado, entre outros instrumentos, por um programa de Auditorias Externas, que abrange todas as unidades do Grupo; um programa de análises microbiológicas dos produtos finais realizado por amostragem por entidade externa acreditada, um Sistema de Tratamento de Reclamações, um programa de Cliente Mistério e um programa de Auditorias Internas no âmbito dos indicadores relacionados com a Segurança Alimentar.
- Processo de certificação do sistema de gestão da segurança alimentar no âmbito da norma ISO 22000, exigente padrão internacional em segurança alimentar.

Segurança e Higiene no Trabalho(SHT)

A coordenação do processo de gestão desta área de risco está a cargo da Direcção de Recursos Humanos que procede à definição, divulgação e monitorização da aplicação das normas e procedimentos definidos no Manual de SHT em vigor na Ibersol e articula os planos de Formação.

Financeiros

A gestão de risco na área financeira é conduzida pela Direcção Financeira, centrando-se no seguimento da volatilidade dos mercados financeiros, especialmente da taxa de juro e de câmbio. A situação actual dos mercados tem conduzido a que o risco de liquidez assuma uma maior relevância. A política do Grupo relativamente à gestão de riscos financeiros é conservadora e prudente, pelo que, quando usa instrumentos derivados para cobertura de riscos, não toma posições que não estejam estritamente relacionadas com a actividade ou que tenham propósitos especulativos. As principais fontes de exposição a risco são:

a) Risco câmbio

O risco cambial aumentou significativamente durante os últimos exercícios, porquanto as subsidiárias localizadas em Angola viram limitado o acesso a divisas, do que

resultou um alargamento dos seus prazos de pagamento aos fornecedores internacionais o que aumentou a sua exposição aos efeitos da desvalorização. Saliente-se que os principais fornecedores são a Yum, proprietária das marcas Kfc e Pizza Hut e a Iberusa ACE.

No que respeita a financiamentos fora da zona Euro o grupo prosseguirá uma política de cobertura natural recorrendo preferencialmente a financiamentos em moeda local.

Por forma a garantir adequada protecção das filiais angolanas ao aumento de valor das obrigações contraídas em moeda estrangeira, procedeu-se à aquisição de instrumentos indexados ao dólar, por forma a garantir o "hedging".

O aumento da actividade em Angola traduzir-se-á num aumento do risco de câmbio - caso se mantenham os actuais constrangimentos de acesso a divisas - o que afectará o valor dos activos e passivos.

b) Risco de taxa de Juro

Como o grupo não tem activos remunerados com juros significativos, para além das obrigações de tesouro emitidas por Angola, para efeitos de "hedging", o lucro e os fluxos de caixa da actividade de financiamento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco da taxa de juro do Grupo advém do passivo, nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, proceder à fixação total ou parcial das taxas de juro.

A Ibersol recorreu a operações de cobertura do risco de taxa de juro para 30% dos empréstimos obtidos, até Outubro de 2016. Para os financiamentos contratados para a aquisição da EOG com maturidades de 6 anos, durante 2017 proceder-se-á a uma cobertura de pelo menos 50%.

c) Risco de crédito

Na principal actividade do Grupo as vendas são pagas a dinheiro ou cartão de débito ou crédito, pelo que o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. Contudo, com o aumento das vendas do negócio de *catering*, em que parte significativa de vendas é efectuada a crédito, o Grupo passou a monitorizar de forma mais regular as contas a receber com o objectivo de:

- i) controlar o crédito concedido a clientes;
- ii) analisar a antiguidade e recuperabilidade dos valores a receber;
- iii) analisar o perfil de risco dos clientes;

d) Risco de liquidez

Como já referido, a recente evolução dos mercados financeiros veio dar uma maior relevância ao risco de liquidez. O planeamento financeiro sistemático com base na previsão de “cash flows” em mais do que um cenário e para períodos mais longos que um ano tornou-se uma exigência. A tesouraria de curto prazo é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Atendendo à dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efectuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento. A política de diálogo aberto com todos os parceiros financeiros tem permitido manter uma relação com elevado grau de confiança. O Grupo em detrimento do custo privilegiou manter contratadas linhas de financiamento ainda que pouco utilizadas.

e) Risco de capital

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) por forma a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / dívida remunerada líquida+capital próprio) com o objectivo de o situar entre 35%-70%.

Ambientais

A gestão desta área de risco é coordenada pela Direcção de Qualidade e tem como principal vertente a implementação da política decorrente dos Princípios de Sustentabilidade Ibersol, que garante que os processos e procedimentos sejam aplicados no âmbito do ambiente.

A adopção das boas práticas de gestão ambiental constitui uma preocupação do Conselho de Administração da Ibersol que se consubstancia na promoção de comportamentos responsáveis e proactivos na gestão dos recursos e dos resíduos.

Os procedimentos vertidos para o Manual de Standards Ibersol no que respeita a esta área assentam principalmente na utilização racional de electricidade e na reciclagem de óleos usados e embalagens.

Jurídicos

A Ibersol e os seus negócios dispõem de uma função de assessoria jurídico-legal permanentemente dedicada à respectiva actividade, que funciona em articulação com as demais funções centrais e de negócio, por forma a assegurar preventivamente a protecção dos interesses do Grupo no respeito estrito pelo cumprimento dos seus deveres e obrigações legais.

A assessoria jurídico-legal é igualmente garantida, a nível nacional e internacional, por profissionais externos de reconhecida competência.

Sectoriais

A recuperação do consumo privado, após as acentuadas quebras verificada nos últimos anos, principalmente em Portugal, continuará a influenciar as vendas de restauração. A sociedade adoptou um rigoroso controlo dos custos com uma monitorização mensal da evolução do mercado e a consequente revisão do planeamento de recursos a utilizar, por forma a minorar o impacto da redução do consumo.

Por outro lado, operando no ramo alimentar, eventuais epidemias ou distorções nos mercados das matérias-primas, bem como eventuais alterações do padrão de consumo podem acarretar importantes impactos nas demonstrações financeiras.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

A gestão de risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar as empresas do Grupo, numa perspectiva de continuidade das operações.

No âmbito do planeamento estratégico são identificados e avaliados os riscos do *portfolio* dos negócios bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de cada negócio e planeadas acções de gestão desses riscos que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos dos negócios e das unidades funcionais.

No que respeita aos riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas são definidas políticas e *standards* e efectuado o auto-controlo do seu cumprimento, sendo realizadas auditorias externas a todas as unidades e implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados.

De forma a garantir a conformidade dos procedimentos estabelecidos é efectuada regularmente a avaliação dos principais sistemas de controlo interno do grupo.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

A Sociedade não tem serviços de auditoria interna, com especificidade funcional e reporte directo ao Conselho Fiscal (atendendo ao modelo latino adoptado), sendo os

referidos *serviços de "compliance"* assegurados pelos respectivos departamentos da empresa. Considerando que, orgânica e funcionalmente, as diferentes Direcções do Grupo encabeçam os serviços de *"compliance"* directamente junto do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, estando esses responsáveis devidamente identificados no organigrama da sociedade, cumpre reafirmar que são efectuados em interacção, quer com o Conselho Fiscal, quer com o Administrador não-Executivo da Sociedade, reportando funcionalmente ao mesmo Administrador, fazendo-o independentemente da relação hierárquica que esses Departamentos mantêm com a Administração Executiva da Sociedade.

A Auditoria Externa avalia e reporta os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira, validando desta forma o sistema de controlo interno estabelecido no Grupo e que se materializa na clara separação entre quem prepara e os seus utilizadores e na realização de diversos procedimentos de validação ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

No âmbito dos Serviços de Auditoria, a SROC reúne com os diferentes Departamentos do Grupo, pelo menos duas vezes por ano, para análise e revisão do sistema de controlo interno que é objecto de Relatório dirigido ao Conselho Fiscal e posterior discussão com o Conselho de Administração, nomeadamente com o Administrador não-Executivo.

Quanto ao risco no processo de divulgação da informação financeira registe-se que apenas um número restrito de colaboradores está envolvido no processo de divulgação. Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade são considerados como tendo acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações.

O sistema de controlo interno no que respeita à contabilidade, preparação e divulgação de informação financeira assenta nos seguintes elementos chave:

- a utilização de princípios contabilísticos, como constam nas notas às contas, constitui uma das bases do sistema de controlo;
- os planos, procedimentos e registos da Sociedade e subsidiárias permitem uma garantia razoável que apenas são registadas transacções devidamente autorizadas e que são registadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
- a informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio (apoiados pelo Departamento de Controlo de Gestão) e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respectivo controlo orçamental;
- durante o processo de preparação e revisão de informação, é estabelecido previamente um calendário, o qual é partilhado com as diferentes áreas envolvidas e todos os documentos são revistos detalhadamente, o que inclui a revisão dos

princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida, e a consistência com os princípios e políticas utilizadas em anos anteriores;

- os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pela função central de Contabilidade. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos técnicos oficiais de contas e revistas pela Direcção Administrativa.

- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pela função central de Consolidação o que constitui um controlo adicional de fiabilidade;

- A informação financeira, Relatório e Demonstrações Financeiras, é revista pela Direcção Financeira e enviada para revisão final e aprovação do Conselho de Administração. Depois de aprovados os documentos são enviados ao auditor externo que emite a sua certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria Externa.

- O Revisor Oficial de Contas executa uma auditoria anual, uma revisão limitada ao semestre das contas individuais e consolidadas. Nos demais trimestres faz um exame sumário à informação do período.

- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração. Trimestralmente, estes órgãos reúnem e analisam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório de gestão.

Entre as causas de risco que podem afectar materialmente o reporte contabilístico, evidenciamos as estimativas contabilísticas que são baseadas na melhor informação disponível e no conhecimento e experiência resultantes de eventos presentes e,ou, passados. Salientamos igualmente os saldos e as transacções com partes relacionadas que são divulgados no anexo às demonstrações financeiras e estão associadas sobretudo a actividades operacionais do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, efectuados a preços de mercado.

IV. Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

O contacto com o Gabinete, está disponibilizado através do Representante para o mercado de capitais, Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa (Telefone: +351 22 6089708; Telefax: +351 22 6089757; E-mail: psousa@ibersol.pt, Morada: Praça do Bom Sucesso, 105/159 – 9º andar, 4150-146 Porto.

57. Representante para as relações com o mercado.

Este Representante é o indicado no site da Ibersol, SGPS, SA. - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

A Ibersol relaciona-se de forma permanente com analistas e investidores, fornecendo-lhes informação actualizada.

Sempre que necessário, o representante das relações com o mercado assegura a prestação de toda a informação relevante da actividade e presta os esclarecimentos solicitados por parte dos investidores num prazo de cinco dias úteis.

No ano de 2016 foram recebidos 35 pedidos de informação, não se encontrando pendentes pedidos de informação de anos anteriores.

V. Sítio de Internet

59. Endereço

A Ibersol tem disponível uma página na internet para divulgação da informação sobre a sociedade. O endereço da página é www.ibersol.pt

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

[www.ibersol.pt\investidores\Governo da Sociedade](http://www.ibersol.pt/investidores/Governo da Sociedade);

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

[www.ibersol.pt\investidores\Estatutos](http://www.ibersol.pt/investidores/Estatutos)

[www.ibersol.pt\investidores\Governo da Sociedade](http://www.ibersol.pt/investidores/Governo da Sociedade)

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respectivas funções e meios de acesso.

[www.ibersol.pt\investidores\Governo da Sociedade](http://www.ibersol.pt/investidores/Governo da Sociedade)

[www.ibersol.pt\investidores\Relação com Investidores](http://www.ibersol.pt/investidores/Relação com Investidores)

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais

[www.ibersol.pt\investidores\Relatório e Contas](http://www.ibersol.pt/investidores/Relatório e Contas)

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

www.ibersol.pt\investidores\Assembleias Gerais

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

www.ibersol.pt\investidores\Assembleias Gerais

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais

Os membros dos órgãos sociais terão as remunerações que forem fixadas de acordo com a política de remunerações proposta pela Comissão de Vencimentos e aprovada na Assembleia Geral de Accionistas.

II. Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou colectivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A Comissão de Vencimentos é composta por três membros, Dr. Vítor Pratas Sevilhano, Dr. Amândio Mendonça da Fonseca e Don Alfonso Munk Pacin.

Os membros que compõem a Comissão de Vencimentos são independentes dos membros do Conselho de Administração, não tendo sido contratada para apoio à Comissão de Vencimentos, seja a que título for, qualquer pessoa singular ou colectiva que, nos últimos três anos, tenha prestado serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade, ou que tenha relação actual como consultora da empresa.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

A experiência e percurso profissionais dos membros da Comissão de Vencimentos permite-lhes exercerem as suas funções de forma rigorosa e eficaz. Todos os

membros se encontram habilitados com a necessária formação académica, técnica e profissional exigível pela função desempenhada, bem como habilitados com a devida experiência funcional necessária ao seu bom desempenho, nomeadamente:

- Dr. Amândio da Fonseca : - Licenciado em Psicologia, ocupando o cargo de *Executive Coach* certificado pelo ICF (International Coach Federation).

- Dr. Vítor Pratas Sevilhano: - Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia, Diplomado em Administração Hospitalar pelo ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública de Lisboa, Certificado pela Manchester Business School - ITP - International Teachers Program. Certificado pelo SBDC – Small Business Development Center de Wisconsin, EUA, Certificado pelo INSEAD (Fontainebleau) – Advanced Management Program e Financial Management Program. Certificado pelo Henley College - Strategic Planning in Practice. Certificado pela Linkage International – GILD e Executive Coaching Master Class. PCC – Professional Certified Coach pela ICF – International Coach Federation. Possui as seguintes Habilitações Profissionais: - Sócio Gerente da Escola Europeia de Coaching e Partner da empresa My Change;

- D. Alfonso Munk Pacin: - Formação em Economia cursando no London School of Economics. Consultor internacional de Hotelaria e Turismo e vice-Presidente do Grupo Melia.

III. Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

A política de remuneração dos órgãos estatutários é aprovada pelos accionistas em Assembleia Geral.

A Assembleia Geral de Accionistas, realizada em 29 de Abril de 2016, dando continuidade à política já anteriormente prosseguida de forma consistente, aprovou a política de remunerações em vigor.

Para a fixação de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não foram tidas, por comparativo, quaisquer políticas e práticas remuneratórias de outros grupos de sociedades, não estando determinada qualquer política sobre pagamentos relativos à destituição ou cessação, por acordo, da função de administradores, conforme declaração da Comissão de Vencimentos anexa ao Relatório de Governo.

Quanto à política de remunerações dos dirigentes, a mesma consta da declaração do Conselho de Administração anexa ao Relatório de Governo, não existindo componentes variáveis importantes, ou significativas, na remuneração desses dirigentes.

Salientamos que os membros do Conselho de Administração Executivos são remunerados pela sociedade Accionista ATPS-SGPS, SA, que subscreveu um contrato de prestação de serviços com a Ibersol Restauração, SA.

O membro não executivo auferiu uma remuneração anual fixa (cfr. Anexo 1) não auferindo este membro quaisquer outras componentes remuneratórias, seja a que título for.

As remunerações dos membros do Conselho Fiscal, no cômputo global do ano de 2016, foram as seguintes: Presidente: 8.785,92 euros; Vice-Presidente: 8.785,92 euros; Vogal: 8.785,92 euros e SROC: 35,500 euros.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A política de remuneração dos Administradores é da competência da Comissão de Vencimentos, a qual a irá submeter à aprovação dos Accionistas da Sociedade na Assembleia Geral Anual de 2017, conforme **Anexo 1**.

Os princípios gerais da política de remunerações dos Órgãos de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral são os seguintes:

a) Funções desempenhadas: - relativamente às funções desempenhadas por cada titular dos órgãos sociais mencionados, a política vai no sentido de tomar em consideração a natureza e a actividade efectivamente exercida, bem como as responsabilidades que lhes estão cometidas. Não estarão, no sentido orgânico-funcional, na mesma posição e por igual todos os membros do Conselho Fiscal ou da Mesa da Assembleia Geral, bem como a Sociedade Revisora. A ponderação destas funções deve observar critérios diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo dispendido, ou o valor que resulta de um determinado tipo de intervenção, e o valor inerente à responsabilidade da representação institucional que desempenham.

b) A situação económica da sociedade.

A dimensão da sociedade e o grau de complexidade funcional, em termos relativos, será um dos aspectos em relevo.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

Não existe componente variável.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com

menção do período de diferimento

Não existe componente variável.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em acções bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas acções, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respectivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total

Não está prevista qualquer forma de remuneração em que haja lugar à atribuição de acções ou qualquer outro sistema de incentivo em acções.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não está prevista qualquer forma de remuneração em que haja lugar à atribuição de direitos sobre opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Não existe qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais

Não existe qualquer regime de pensões ou de reforma antecipada para os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes.

IV. Divulgação das remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem

Os membros do Conselho de Administração Executivos são remunerados pela sociedade Accionista ATPS-SGPS, SA que subscreveu um contrato de prestação de serviços com a Ibersol Restauração SA., tendo recebido por tais serviços, no ano de 2016, a quantia de 800,000 euros. Entre as obrigações da ATPS-Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA., ao abrigo do contrato celebrado com a Ibersol, Restauração, SA., inclui-se a de assegurar que os Administradores da Sociedade, Dr.

António Carlos Vaz Pinto de Sousa e Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. Consequentemente, a sociedade não paga directamente a nenhum dos seus Administradores executivos qualquer remuneração. Dado que a ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é controlada pelos Administradores Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa e Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira, estima-se que da referida importância de 800,000 euros no ano de 2016, corresponderá a cada um desses Administradores, o valor de 400.000 euros. Os referidos Administradores executivos não auferem qualquer remuneração noutras empresas do Grupo, nem têm direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.

O membro não executivo auferiu uma remuneração anual fixa de 6.000 euros, não auferindo este membro quaisquer outras componentes remuneratórias, seja a que título for, designadamente prémios de desempenho, bónus ou quaisquer *fees* complementares de desempenho, complemento de reforma, e, ou, quaisquer pagamentos adicionais à quantia anual de 6.000 euros - que lhe tenham sido prestados pela Sociedade.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

Não existem quaisquer outros montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo, excepto a indicada no n.º 77.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

Não existe.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagos nem são devidos quaisquer montantes relativos a indemnizações a administradores cujas funções tenham cessado.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade

A remuneração auferida pelos membros do Conselho Fiscal no ano de 2016 foi de 26.357,76 euros, assim individualizada:

Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva: 8.785,92 euros;

Vice-Presidente – Dr. António Maria de Borda Cardoso: 8.785,92 euros;

Vogal - Dr. Eduardo Moutinho do Santos: 8.785,92 euros;

82. Indicação da remuneração no ano de referência da Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Presidente da Mesa – Dr.^a Alice de Assunção Castanho Amado: 1.333,44 euros;

V. Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existe qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador, não existindo igualmente a indicada relação com componente variável da remuneração (esta componente variável não está estipulada contratualmente).

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares de administração ou outros dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

VI. Planos de atribuição de acções ou opções sobre acções ('stock options')

85. Identificação do plano e dos respectivos destinatários

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e de opções de aquisição de acções, em vigor.

86. Caracterização do plano

A Sociedade não possui qualquer plano de atribuição de acções ou de opções sobre acções.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Não existem quaisquer direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções de que sejam beneficiários trabalhadores e colaboradores da empresa.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes

Não aplicável.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transacções com partes relacionadas

O Conselho Fiscal aprovou os critérios aplicáveis à sua intervenção para efeitos de avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam relacionados nos termos do Art.º 20ª do Código de Valores Mobiliários, tendo fixado como critério qualificante um valor da transacção igual ou superior a cinco por cento do activo líquido consolidado da Ibersol SGPS, SA.

90. Indicação das transacções que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Não foram realizados negócios ou operações que implicassem sujeição a esse controlo.-

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação

Em 2016 não foi necessário o Conselho Fiscal emitir qualquer parecer dado que não ocorreram transacções passíveis de serem apreciadas por aquele órgão.

Os procedimentos aplicáveis à intervenção do Conselho Fiscal na avaliação prévia de eventuais negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas segue os normativos do respectivo Regulamento do Conselho Fiscal, publicado in www.ibersol.pt

II. Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação

A informação sobre os negócios com partes relacionadas consta do Anexo às demonstrações financeiras individuais e do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de Governo das sociedades adoptado

O presente Relatório de Governo foi elaborado em conformidade com o Regulamento da CMVM nº 4/2013 de 1 de Agosto, e com o Código de Governo das Sociedades. Face ao disposto no artigo 4º nº 2 do mesmo Regulamento, segue, consequentemente, tais normativos pela respectiva adequação à prestação da necessária e indispensável informação a público, pelo que não se verificam pressupostos de qualquer divergência substancial ou formal na respectiva aplicação.

O relatório cumpre as normas do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários bem como divulga, à luz do princípio "*comply or explain*", o grau de observância das Recomendações da CMVM integradas no Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2013.

São igualmente cumpridos os deveres de informação exigidos pela Lei 28/2009, de 19 de Junho, pelos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais e pelo Regulamento da CMVM nº5/2008, de 2 de Outubro de 2008.

Todos os normativos legais e regulamentares evocados neste relatório estão disponíveis em www.cmvm.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adoptado

Nos termos do art. 245.º-A n.º 1, al. o) deverá ser incluída declaração sobre o acolhimento do código de governo das sociedades ao qual o emitente se sujeite especificando as eventuais partes desse código de que diverge e as razões da divergência.

A Ibersol, SGPS, SA. na generalidade cumpre com as recomendações da CMVM relativas ao Governo das Sociedades, como segue:

RECOMENDAÇÕES (Código de Governo das Sociedades 18 Julho 2013 <i>in</i> www.cmvm.pt)	CUMPRIMENTO	
I – VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE		
I.1. As sociedades devem incentivar os seus accionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de acções necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via electrónica.	Adoptada	Ver Parte I Ponto 12. deste Relatório de Governo
I.2. As sociedades não devem adoptar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus accionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto na lei.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 13. e 14. deste Relatório de Governo
I.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores e o direito de voto de cada acção ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos accionistas.	Adoptada	Não se encontram estabelecidos, estatutariamente, os indicados mecanismos.

I.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	Os Estatutos da Sociedade não estabelecem qualquer limitação ao número de votos a emitir por um accionista.
I.5. Não devem ser adoptadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem susceptíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Adoptada	. Não se encontram estabelecidas ou adoptadas quaisquer das indicadas medidas
II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO		

II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 15. 16. 17. deste Relatório de Governo
II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 21 a 29. deste Relatório de Governo
II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.	Não aplicável	O modelo de Governo adoptado não inclui Conselho Geral e de Supervisão

II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; b) Reflectir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Não aplicável	Não existem Comissões especializadas integrantes do Conselho de Administração. Ver Parte I Pontos 25 e 27. deste Relatório de Governo.
II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objectivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efectivamente incorridos são consistentes com aqueles objectivos.	Adoptada	Ver Parte I Ponto 50. deste Relatório de Governo.
II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da actividade dos restantes membros do órgão de administração.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 17. e 18. deste Relatório de Governo

II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adoptado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista e o respectivo free float. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma directa ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa colectiva; c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha recta e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares directa ou indirectamente de participação qualificada; e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um accionista titular de participações qualificadas.	Adoptada	Ver Parte I Ponto 18. deste Relatório de Governo
--	-----------------	---

II.1.8 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Adoptada	A Comissão Executiva disponibiliza contínua e permanentemente toda a informação aos demais membros dos órgãos sociais.
II.1.9 O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respectivas reuniões.	Adoptada	O Presidente da Comissão Executiva disponibiliza a todos os demais membros do Conselho de Administração e do Conselho fiscal toda a informação relativa às reuniões realizadas.
II.1.10 Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Adoptada	Ver Parte I Ponto 18 deste Relatório de Governo
II. 2. FISCALIZAÇÃO		

Relatório Governo Societário

II.2.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 32. e 33. deste Relatório de Governo
II.2.2 O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respectiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 37. e 38. deste Relatório de Governo
II.2.3 O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 37. 38. e 45. deste Relatório de Governo.
II.2.4 O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 38, 49, 50, 54 e 55. deste Relatório de Governo.

II.2.5 A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afectos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a detenção de potenciais ilegalidades.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 38, 49. 50, 54. e 55. deste Relatório de Governo.
II.3 FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES		
II.3.1 Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 67. e 68. deste Relatório de Governo.
II.3.2 Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação actual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Adoptada	Ver Parte I Ponto 67. deste Relatório de Governo.

II.3.3 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente: a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.	Adoptada	Ver Parte I Ponto 69. deste Relatório de Governo.
II.3.4. Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano.	Não Aplicável	Ver Parte I Pontos 70. a 73. e 85. deste Relatório de Governo.

II.3.5 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do sistema.	Não aplicável	Não existem aprovados ou submetidos a aprovação pela Assembleia Geral quaisquer sistemas de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais
III . REMUNERAÇÕES		
III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efectivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 69 a 79 deste Relatório de Governo.
III.2 A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 69. 70.e 71. deste Relatório de Governo.
III.3 A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes	Não aplicável	Ver Parte I Pontos 69. a 76. deste Relatório de Governo.

III.4 Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Não aplicável	Ver Parte I Pontos 69. a 76. deste Relatório de Governo.
III.5 Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Não aplicável	Os referidos contratos não têm existência . v.d. Parte I Pontos 69. a 76. deste Relatório de Governo.
III.6 Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as suas acções da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções.	Não aplicável	Não estão fixadas remunerações variáveis aos Administradores executivos. v.d. Parte I Pontos 69. a 76. deste Relatório de Governo.
III.7 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	Não estão fixadas remunerações variáveis aos Administradores . v.d. Parte I Pontos 69. a 76. deste Relatório de Governo.

III. 8 Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respectivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Adoptada	Na situação considerada, aplicar-se-ão os critérios legais.
IV. AUDITORIA		
IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Adoptada	Ver Parte I, pontos 37 e 38. O Revisor Oficial de Contas pronuncia-se sobre a actividade por si desenvolvida no exercício societário em causa, no seu Relatório anual de auditoria.

IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Adoptada	Ver Parte I Ponto 46 deste Relatório de Governo.
IV.3 As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 44. e 45. deste Relatório de Governo.
V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		
V.1. Os negócios da sociedade com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art.º 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 10., 90 e 91. deste Relatório de Governo.

V.2 O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com accionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no nº 1 do art.º 20º do Código dos Valores Mobiliários - ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 89. a 92. do Anexo I deste Relatório de Governo.
V.I. INFORMAÇÃO		
V.I.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade actual em termos económicos, financeiros e de governo.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 56. a 65. deste Relatório de Governo.
VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 56 a 65. deste Relatório de Governo.

3. Outras informações

A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adoptadas.

Não se afiguram quaisquer outros elementos relevantes para além dos descritos.

Anexo 1

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

**DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS
SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS
DA IBERSOL, SGPS, S.A. A SUBMETER À APRECIACÃO DA ASSEMBLEIA GERAL
DE 26 de Maio de 2017**

1. Nos termos da competência que está atribuída a esta Comissão pela Assembleia Geral de Accionistas da Ibersol SGPS, SA. e nos termos do artigo 26.º n.º 2 dos Estatutos da Sociedade, está cometida a esta Comissão de Vencimentos a função de fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais.

2. Nos termos estatutários aplicáveis, a Comissão de Vencimentos foi designada pela Assembleia Geral de Accionistas em 6 de Maio de 2013, sendo composta por três membros, independentes em relação aos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade.

3. A Comissão de Vencimentos submete, pois, à apreciação desta Assembleia Geral e para efeitos de adopção da Recomendação II.3.3 do Código de Governo das Sociedades da CMVM, a presente declaração contendo as orientações observadas por esta Comissão na fixação da remuneração dos membros dos órgãos sociais de Fiscalização e Mesa da Assembleia Geral, nos seguintes termos:

a) A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral foi fixada, para o ano de 2016, em montante fixo anual, pagável doze vezes por ano, tendo os respectivos membros auferido a seguinte remuneração anual:

Presidente da Mesa – Dr.ª Alice de Assunção Castanho Amado: 1.333,44 euros;

Vice-Presidente da Mesa – Dr.ª Anabela Nogueira de Matos: 667,92 euros;

Secretária da Mesa – Dr.ª Maria Leonor Moreira Pires Cabral Campello: 333,36 euros;

b) A sociedade Accionista ATPS-SGPS, SA. prestou serviços de administração e gestão ao Grupo, tendo recebido da Participada Ibersol, Restauração, SA., por tais serviços a quantia de 800.000 euros no ano de 2016. Entre as obrigações da ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA., ao abrigo do contrato com a Ibersol, Restauração, SA., inclui-se a de assegurar que os Administradores da Sociedade, Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira e Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus Administradores executivos qualquer remuneração. Dado que a ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é controlada, em partes iguais, pelos Administradores Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira e Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa, da referida importância de

800.000 euros, no ano de 2016, corresponderá a cada um desses Administradores, o valor de 400.000 euros. O membro não executivo auferiu uma remuneração anual de 6.000 euros.

Face ao exposto, não é possível emitir declaração sobre a política de remuneração dos membros do órgão de administração da sociedade, designadamente contendo a informação referida no art.º 2º nº 3 da Lei 28/2009 na sua actual redacção.

c) A remuneração dos membros do Conselho Fiscal foi fixada, para o ano de 2016, em montante fixo anual, pagável doze vezes por ano, tendo os respectivos membros auferido a seguinte remuneração anual:

Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva: 8.785,92 euros;

Vice-Presidente – Dr. António Maria de Borda Cardoso: 8.785,92 euros;

Vogal – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos: 8.785,92 euros;

Os princípios gerais observados são essencialmente aqueles que resultam da lei, tendo em conta as actividades efectivamente exercidas pelos membros indicados, tomando ainda no devido relevo a situação económica da sociedade e as condições que se observam genericamente para situações equivalentes. Foram tidas em consideração as funções desempenhadas por cada titular dos órgãos sociais enumerados, no sentido mais abrangente da actividade efectivamente concretizada, tendo por parâmetro avaliativo o grau das responsabilidades que lhes estão afectas. A ponderação das funções é, pois, considerada num sentido amplo e atende a factores diversos, designadamente o nível da responsabilidade, o tempo dispendido e a mais-valia que resulta para o Grupo do respectivo desempenho institucional. A dimensão da sociedade e o grau de complexidade, que, em termos relativos, está associado às funções designadas, é também um aspecto relevante. A conjugação dos factores que vão enumerados e a valoração que lhes foi dada, permite assegurar não só os interesses dos próprios titulares, mas essencialmente os da sociedade.

A política de remuneração que submetemos à apreciação dos accionistas da sociedade, é, pois, a que se traduz na observação dos parâmetros acima enunciados, consistindo na remuneração dos membros dos indicados órgãos por uma quantia fixa ilíquida, anualmente prestada em doze parcelas mensais, até final do exercício. Na fixação de todas as remunerações foram observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da sociedade e critérios comparativos para graus de desempenho equivalentes.

Porto, 28 de Abril de 2017.

A Comissão de Vencimentos,

Vítor Pratas Sevilhano, Dr.

Amândio Mendonça da Fonseca, Dr.

Don Alfonso Munk Pacin.

ANEXO II

**DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS DIRIGENTES
DA IBERSOL, SGPS, S.A.**

1. Em face da competência prevista no corpo do artigo 11º dos Estatutos da IBERSOL, SGPS, S.A. (IBERSOL), na mesma está compreendida e afecta ao Conselho de Administração a responsabilidade pela definição da política geral de retribuições e incentivos para os cargos Dirigentes da Sociedade, bem como para todo o pessoal técnico e administrativo da mesma.
2. São considerados Dirigentes, nos termos da acepção do nº 3 do art. 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, para além dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, os responsáveis que, não sendo membros daqueles órgãos, possuem um acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da sociedade.
3. Em benefício da transparência e em cumprimento das Recomendações relativas ao governo das sociedades cotadas apresentadas pela Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários, o Conselho de Administração submete à apreciação desta Assembleia Geral, a presente declaração contendo as orientações por si observadas na fixação das mencionadas remunerações, nos seguintes termos:
 - a) A política adoptada na fixação da remuneração dos Dirigentes da IBERSOL coincide com aquela que está definida para a generalidade trabalhadores da Sociedade;
 - b) No entanto, a remuneração dos Dirigentes da Sociedade compreende uma remuneração fixa e um eventual prémio de desempenho;
 - c) A avaliação do desempenho, em termos qualitativos, bem como o prémio de desempenho são estabelecidos de acordo com critérios que foram previamente definidos pelo Conselho de Administração;
 - d) Neste termos, ter-se-ão em conta, para a definição do eventual prémio por desempenho dos dirigentes, não só os factores comportamentais de cada quadro do Grupo, designadamente valorando-se as suas competências específicas para a função, o grau de responsabilidade inerente ao desempenho da mesma, quer ainda a sua capacidade própria de adaptação à gestão da sociedade e aos seus procedimentos específicos, ponderando-se igualmente o grau de autonomia do respectivo desempenho individual, mais se considerando a performance técnica e/ou económico-financeira da área de negócio em que os quadros dirigentes se inserem, bem como a performance económico-financeira da IBERSOL.

Porto, 28 de Abril de 2017.

O Conselho de Administração.

Anexo 2

**Lista de Cargos exercidos noutras empresas pelos Membros do Conselho Fiscal e pelos
Membros da Mesa da Assembleia Geral**

CONSELHO FISCAL:

Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva

Além do cargo de Presidente do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, S.A. exerce o seguinte cargo numa Sociedade fora do Grupo Ibersol:

Sócio-Gerente

Alexandre Silva, Lda.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Fastil, Fechos de Correr, S.A.

Klick, Fechos de Correr, S.A.

Jualtex, Moda e Acessórios, S.A.

Engenharia de Prototipagem, Alves & Alves, S.A.

Vice – Presidente – Dr. António Maria de Borda Cardoso

Não desempenha quaisquer outros cargos em Sociedades além do cargo de Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, S.A.

Vogal Efectivo – Dr. Eduardo Moutinho Santos

Além do cargo de Vogal Efectivo do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, S.A. exerce o seguinte cargo numa Sociedade do Grupo Ibersol:

Presidente do Conselho Fiscal

Ibersande Restauração, S.A.

Vogal Suplente – Dr.^a Maria Helena Moreira de Araújo

Além do cargo de Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, S.A. exerce os seguintes cargos:

Em outras Sociedade do Grupo Ibersol:

Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

Gravos 2012, S.A.

Em Sociedades fora do Grupo Ibersol:

Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

Dunbar – Serviços e Gestão, S.A.

Calum - Serviços e Gestão, S.A.

Regulsucesso – Imobiliária, S.A.

Volare - Equipamentos, S.A.

Volare – Gestão de Projectos, S.A.

Volare II – Manutenção e Serviços de Hotelaria, SA

Secretária da Mesa da Assembleia Geral:

ATPS II, SGPS, S.A.

Daytime – Serviços e Gestão Imobiliária, S.A.

Tenancy – Gestão de Projectos e Imobiliária, S.A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente – Dr.ª Alice da Assunção Castanho Amado

Além do cargo de Presidente da Assembleia Geral da Ibersol, SGPS, S.A. exerce os seguintes cargos em Sociedades fora do Grupo Ibersol:

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Asprela – Sociedade Imobiliária, SA

Azulino – Imobiliária, S.A.

BB Food Service, S.A.

Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.

Bom Momento – Restauração, S.A.

Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A.

Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.

Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.

Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.

Continente Hipermercados, S.A.

Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.

Discovery Sports, S.A.

Farmácia Selecção, S.A.

Fashion Division, S.A.

Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.

Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A.

Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.

Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, S.A.

Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.

Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.

Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A.

Infocfield – Informática, S.A.

MCCARE, Serviços de Saúde, S.A.

MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A.

Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.

Modalloop – Vestuário e Calçado, S.A.

Modelo Continente Hipermercados, S.A.

Modelo Hiper Imobiliária, S.A.

Pharmaconcept - Actividades em Saúde, S.A.

Pharmacontinente - Saúde e Higiene, S.A.

Ponto de Chegada - Sociedade Imobiliária, S.A.

Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.

Predilugar - Sociedade Imobiliária, S.A.

Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, S.A.

Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.

Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.

SFS – Serviços de Gestão e de Marketing, S.A.

Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.

Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.

Sonae Center Serviços II, S.A.

Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA

Sonaerp - Retail Properties, S.A.

Sondis Imobiliária, S.A.

SDSR - Sports Division SR, S.A.

Sohi Meat Solutions – Distribuição de Carnes, SA

Sonaesr - Serviços e Logística, S.A.

Têxtil do Marco, S.A.

Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, S.A.

Valor N, S.A.

Worten - Equipamentos Para o Lar, S.A.

Zippy - Comércio e Distribuição, S.A.

Zyevolution - Investigação e Desenvolvimento, S.A.

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Insco - Insular de Hipermercados, S.A.

Modelo – Distribuição de Materiais de Construção, S.A.

Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.

Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

Secretária da Sociedade

Sonae Investimentos, S.G.P.S., S.A.

Vice - Presidente – Dr.ª Anabela Nogueira de Matos

Além do cargo de Vice-Presidente da Assembleia Geral da Ibersol, SGPS, S.A. exerce os seguintes cargos em Sociedades fora do Grupo Ibersol:

Membro do Conselho de Administração

Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.
Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Casa da Ribeira – Sociedade Imobiliária, S.A.
Centro Residencial da Maia – Urbanismo, S.A.
Cinclus Imobiliária, S.A.
Country Club da Maia – Imobiliária, S.A.
Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Empreendimentos Imobiliários Quinta da Azenha, S.A.
Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imohotel – Empreendimentos Turísticos Imobiliários, S.A.
Imoponte - Sociedade Imobiliária, S.A.
Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
Implantação – Imobiliária, S.A.
Inparvi – SGPS, S.A.
Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.
Praedium – Serviços, S.A.
Praedium II – Imobiliária, S.A.
Prédios Privados – Imobiliária, S.A.
Predisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.
Promessa - Sociedade Imobiliária, S.A.
SC Assets, SGPS, S.A.
SC – Sociedade de Consultadoria, S.A.
SC Engenharia e Promoção Imobiliária, SGPS, S.A.
Sete e Meio Herdades – Investimentos Agrícolas e Turismo, S.A.
Sociedade Construções do Chile, S.A.
Soira - Sociedade Imobiliária de Ramalde, S.A.
Sotáqua – Sociedade de Empreendimentos Turísticos de Quarteira, S.A.
Spinveste – Gestão Imobiliária, SGII, S.A.
Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.

Vastgoed One – Promoção Imobiliária, S.A.

Vastgoed Sun – Promoção Imobiliária, S.A.

Vistas do Freixo – Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.

Membro da Gerência

SC For – Serviços de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Unipessoal, Lda.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Acrobatic Title, S.A.

Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.

Aqualuz Tróia – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.

Atlantic Ferries – Tráfego Local, Fluvial e Marítimo, S.A.

Capwatt, SGPS, S.A.

Capwatt Brainpower, S.A.

Capwatt, A.C.E, S.A.

Capwatt Colombo – Heat Power, S.A.

Capwatt Engenho Novo – Heat Power, S.A.

Capwatt Martim Longo – Solar Power, S.A.

Capwatt Vale do Caima – Heat Power, S.A.

Capwatt Vale do Tejo – Heat Power, S.A.

Capwatt II – Heat Power, S.A.

Capwatt III – Heat Power, S.A.

Capwatt Maia – Heat Power, S.A.

Golf Time - Golfe e Investimentos Turísticos, S.A.

Imopeninsula – Sociedade Imobiliária, S.A.

Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A..

Marina de Tróia, S.A.

Marmagno – Exploração Hoteleira, S.A.

Marvero – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.

SC, SGPS, S.A.

S.I.I. – Soberana – Investimentos Imobiliários, S.A.

Sistavac, S.A.

Sistavac – SGPS, S.A.

Sociedade Construções do Chile, S.A.

Solinca – Health and Fitness, S.A.

Porto Palácio Hotel – Exploração Hoteleira, S.A.

QCE – Desenvolvimento e Fabrico de Equipamentos, S.A.

Soltróia – Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo de Tróia, S.A.

Spred – SGPS, S.A.

The Artist Porto Hotel & Bistro – Actividades Hoteleiras, S.A.

The Artist Ribeira – Actividades Hoteleiras, S.A.

Tróia Market – Supermercados, S.A.

Tróia Natura, S.A.

TroiareSORT – Investimentos Turísticos, S.A.

TroiareSORT, SGPS, S.A.

Tulipamar – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.

UP Invest, SGPS, S.A.

Vastgoed One – Promoção imobiliária, S.A.

Vastgoed Sun – Promoção Imobiliária, S.A.

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Interlog - SGPS, S.A.

NET – Novas Empresas e Tecnologias, S.A.

Secretária – Dr.^a Maria Leonor Moreira Pires Cabral Campello

Não desempenha quaisquer outros cargos em Sociedades além do cargo de Secretária da Mesa da Assembleia Geral da Ibersol, SGPS, S.A.

Ibersol S.G.P.S., S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 de Dezembro de 2016

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015
(valores em euros)

ACTIVO	Notas	31-12-2016	31-12-2015
Não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	2.5 e 8	179.388.621	141.633.142
Goodwill	2.6 e 9	111.156.658	40.509.009
Activos Intangíveis	2.6 e 9	14.990.885	11.431.871
Impostos diferidos activos	2.14 e 18	8.555.186	3.294.546
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas	2.2 e 10	2.417.631	2.417.891
Activos financeiros disponíveis para venda	2.8 e 10	440.541	402.591
Outros activos financeiros	2.8 e 11	10.438.768	7.098.836
Outros activos não correntes	2.10 e 12	6.574.793	1.408.996
Total de activos não correntes	6	333.963.083	208.196.882
Corrente			
Existências	2.9 e 13	11.547.211	7.711.071
Caixa e depósitos bancários	2.11 e 14	39.588.532	14.471.082
Imposto s/ rendimento a recuperar	18	2.332.391	144.108
Outros activos financeiros	2.8 e 11	7.041.574	-
Outros activos correntes	2.10 e 15	28.584.565	10.793.400
Total de activos correntes	6	89.094.273	33.119.661
Total do Activo		423.057.355	241.316.543
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital			
Capital Social	2.12	24.000.000	20.000.000
Acções próprias	2.12	-11.179.348	-11.179.644
Reservas de conversão cambial		-2.002.180	-850.439
Reserva legal		-	4.000.001
Outras reservas e resultados transitados		117.522.486	107.372.132
Resultado líquido do exercício		23.387.471	10.582.266
		151.728.429	129.924.316
Interesses que não controlam		333.399	5.121.687
Total do Capital Próprio	16	152.061.828	135.046.003
PASSIVO			
Não corrente			
Empréstimos	2.13 e 17	130.457.713	25.309.774
Impostos diferidos passivos	2.14 e 18	10.187.932	10.046.125
Provisões	2.15 e 19	3.412.128	861.962
Instrumentos financeiros derivados	2.20 e 20	114.935	181.602
Outros passivos não correntes	21	208.040	239.713
Total de passivos não correntes		144.380.748	36.639.176
Corrente			
Empréstimos	2.13 e 17	36.333.949	18.125.529
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	22	69.304.753	41.398.168
Imposto s/ rendimento a pagar	18	2.349.654	1.390.543
Outros passivos correntes	23	18.626.423	8.717.124
Total de passivos correntes		126.614.779	69.631.364
Total do Passivo	6	270.995.527	106.270.540
Total do Capital Próprio e Passivo		423.057.355	241.316.543

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO de 2016 E 2015
(valores em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Proveitos operacionais			
Vendas	2.16 e 6	268.831.784	213.062.852
Prestações de serviços	2.16 e 6	1.000.611	644.751
Outros proveitos operacionais	26	9.089.970	2.231.774
Total de proveitos operacionais		<u>278.922.365</u>	<u>215.939.377</u>
Custos Operacionais			
Custo das vendas		64.546.632	51.220.642
Fornecimentos e serviços externos	24	83.879.682	66.161.210
Custos com o pessoal	25	79.968.121	64.478.374
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de AFT e AI	6, 8 e 9	16.594.900	14.373.786
Outros custos operacionais	26	3.418.918	1.383.370
Total de custos operacionais		<u>248.408.253</u>	<u>197.617.382</u>
Resultados Operacionais	6	<u>30.514.112</u>	<u>18.321.995</u>
Custo de Financiamento líquido	27	1.195.425	4.279.751
Ganhos (perdas) em empreend.conjuntos - MEP	10	-261	-30.962
Resultados antes de impostos		<u>29.318.426</u>	<u>14.011.282</u>
Imposto sobre o rendimento	28	5.883.386	3.284.216
Resultado líquido consolidado		<u>23.435.040</u>	<u>10.727.066</u>
Outro rendimento integral:			
Varição da reserva de conversão cambial (líquida de imposto e passível de ser reciclada por resultados)		-1.151.741	-919.070
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO		<u>22.283.299</u>	<u>9.807.996</u>
Resultado líquido consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		23.387.471	10.582.266
Interesses não controlados	16	47.569	144.800
		<u>23.435.040</u>	<u>10.727.066</u>
Rendimento integral consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		22.235.730	9.663.196
Interesses não controlados	16	47.569	144.800
		<u>22.283.299</u>	<u>9.807.996</u>
Resultado por acção:	29		
Básico		<u>1,17</u>	<u>0,59</u>
Diluído		<u>1,17</u>	<u>0,59</u>

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA O QUARTO TRIMESTRE DOS ANOS DE 2016 E 2015
(valores em euros)

	Notas	4º TRIMESTRE (não auditado)	
		2016	2015
Proveitos operacionais			
Vendas		91.803.603	58.022.540
Prestações de serviços		551.283	142.393
Outros proveitos operacionais	26	3.837.745	587.639
Total de proveitos operacionais		96.192.631	58.752.572
Custos Operacionais			
Custo das vendas		21.621.041	14.135.643
Fornecimentos e serviços externos	24	30.562.465	17.872.287
Custos com o pessoal	25	27.636.371	17.136.998
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de AFT e AI	6, 8 e 9	8.239.439	6.669.993
Outros custos operacionais	26	1.322.393	559.596
Total de custos operacionais		89.381.709	56.374.517
Resultados Operacionais		6.810.922	2.378.055
Custo de Financiamento Líquido	27	1.117.922	425.659
Ganhos em empreend.conjuntos - MEP		-4.666	-50.580
Resultados antes de impostos		5.688.334	1.901.816
Imposto sobre o rendimento	28	278.223	440.460
Resultado líquido consolidado		5.410.111	1.461.356
Outro rendimento integral:			
Variação da reserva de conversão cambial (líquida de imposto e passível de ser reciclada por resultados)		15.727	63.792
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO		5.425.838	1.525.148
Resultado líquido consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		5.300.773	1.275.217
Interesses não controlados		109.338	186.140
		5.410.111	1.461.357
Rendimento integral consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		5.316.500	1.339.009
Interesses não controlados		109.338	186.140
		5.425.838	1.525.149
Resultado por acção:	29		
Básico		0,26	0,07
Diluído		0,26	0,07

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstrações Consolidadas das alterações no Capital Próprio
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(valores em euros)

Nota	Atribuível a detentores do capital							Interesses Não Controlados	Total Capital Próprio
	Capital Social	Ações Próprias	Reservas de conversão cambial	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total		
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	20.000.000	-11.179.644	68.631	4.000.001	100.691.623	7.756.088	121.336.699	4.976.886	126.313.585
Alterações do período:									
Aplicação do resultado consolidado de 2014:									
Transferência para reservas e resultados transitados					6.766.088	-6.766.088	-		-
Reclassificação Goodwill Gravos 2012, S.A.					-85.579		-85.579		-85.579
Reservas de conversão - Angola			-919.070				-919.070		-919.070
Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015						10.582.266	10.582.266	144.800	10.727.066
Total alterações do período	-	-	-919.070	-	6.680.509	3.816.178	9.577.617	144.800	9.722.417
Resultado líquido consolidado						10.582.266	10.582.266	144.800	10.727.066
Rendimento consolidado integral							9.663.196	144.800	9.807.996
Operações com detentores de capital no período									
Aplicação do resultado consolidado de 2014:									
Dividendos distribuídos						-990.000	-990.000		-990.000
	-	-	-	-	-	-990.000	-990.000	-	-990.000
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	20.000.000	-11.179.644	-850.439	4.000.001	107.372.132	10.582.266	129.924.316	5.121.687	135.046.003
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	20.000.000	-11.179.644	-850.439	4.000.001	107.372.132	10.582.266	129.924.316	5.121.687	135.046.003
Alterações do período:									
Aplicação do resultado consolidado de 2015:									
Transferência para reservas e resultados transitados					10.582.266	-10.582.266	-		-
Aumento capital	4.000.000			-4.000.001			-		-
Efeito variação de minoritários (IBR e Gravos)					260.522		260.522	-260.522	-
Efeito variação de minoritários (Ibersande)					1.106.941		1.106.941	-1.106.941	-
Efeito compra gupo EatOut (Dehesa, minoritários)							-	868.839	868.839
Reservas de conversão - Angola			-1.151.741				-1.151.741		-1.151.741
(Aquisição)/alienação de ações próprias		296			626		922		922
Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016						23.387.471	23.387.471	47.569	23.435.040
Total alterações do período	4.000.000	296	-1.151.741	-4.000.001	11.950.355	12.805.205	23.604.115	-451.055	23.153.060
Resultado líquido consolidado						23.387.471	23.387.471	47.569	23.435.040
Rendimento consolidado integral							22.235.730	47.569	22.283.299
Operações com detentores de capital no período									
Aplicação do resultado consolidado de 2015:									
Dividendos distribuídos					-1.800.000		-1.800.000	-4.337.233	-6.137.233
	-	-	-	-	-1.800.000	-	-1.800.000	-4.337.233	-6.137.233
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	24.000.000	-11.179.348	-2.002.180	-	117.522.487	23.387.471	151.728.430	333.399	152.061.829

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(valores em euros)

		Exercícios findos em 31 de Dezembro	
	Nota	2016	2015
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		269.844.982	214.457.896
Pagamentos a fornecedores		-157.562.500	-116.662.018
Pagamentos ao pessoal		-61.060.481	-49.361.408
Pagamentos/recebimento imposto s/ rendimento		-3.885.008	-2.874.222
Outros receb/pagam. rel. à activ.operacional	14	-6.369.069	-19.481.672
Fluxos das actividades operacionais (1)		40.967.924	26.078.576
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		14.661	
Activos fixos tangíveis		57.670	39.007
Activos intangíveis			
Subsidios de Investimento		55.850	84.525
Juros recebidos	16	2.534.337	73.979
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	5	73.512.271	147.246
Outros activos financeiros	11	8.972.023	7.098.836
Activos fixos tangíveis		26.220.493	18.116.090
Activos intangíveis		1.568.864	2.905.016
Outros			
Fluxos das actividades de investimento (2)		-107.611.133	-28.069.677
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	14	111.767.637	9.132.850
Venda de acções próprias	16	1.675	
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		10.941.309	4.937.537
Amortizações de contratos locação financeira		416.228	57.016
Juros e custos similares		3.799.777	2.006.994
Dividendos pagos	31	6.137.233	990.000
Reduções capital e prest.suplementares			
Aquisição de acções próprias	16	752	
Outros			
Fluxos das actividades de financiamento (3)		90.474.013	1.141.303
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		23.830.804	-849.798
Efeito da variação perímetro		60.000	
Efeito das diferenças de cambio		-533.122	1.803.392
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		14.425.207	13.471.613
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	14	37.782.889	14.425.207

O Conselho de Administração,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A IBERSOL, SGPS, SA (“Empresa” ou “Ibersol”), tem sede na Praça do Bom Sucesso, Edifício Península n.º 105 a 159 – 9º, 4150-146 Porto, Portugal, e as suas subsidiárias (conjuntamente, o Grupo), exploram uma rede de 393 unidades no ramo da restauração através das marcas Pizza Hut, Pasta Caffé, Pans & Company, Ribs, FrescoCo, SantaMaría, Kentucky Fried Chicken, Burger King, O’ Kilo, Roulotte, Quiosques, Pizza Móvil, Miit, Sol, Sugestões e Opções, Silva Carvalho Catering e Palace Catering, cafetarias e outras concessões. O Grupo possui 504 unidades de exploração própria e 163 em regime de franquia. Deste universo, 340 estão sediadas em Espanha, repartindo-se por 188 estabelecimentos próprios e 152 franquizados, e 10 em Angola.

As demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 não são comparáveis, em resultado da compra do grupo Eat Out (nota 5.2.1).

A Empresa é uma sociedade anónima e está cotada na Euronext de Lisboa.

A Empresa-mãe da Ibersol SGPS é a sociedade ATPS – SGPS, S.A..

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia e em vigor em 01 de Janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, alterado para o justo valor no caso dos instrumentos financeiros derivados.

As políticas contabilísticas adoptadas a 31 de Dezembro de 2016 são idênticas às adoptadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2015, com excepção da apresentação das diferenças de câmbio pela sua inclusão em outros proveitos/outros custos operacionais e exclusão de custo de financiamento líquido.

A preparação das demonstrações financeiras requer estimativas e julgamentos da gestão, sendo os principais divulgados na Nota 4.

2.2 Consolidação

(a) Subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo esteja exposto ou tenha direitos, a retornos variáveis, em consequência do seu envolvimento nessas empresas, e tenha a capacidade de influenciar esses retornos, através do poder sobre essas empresas (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas, nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente na demonstração da posição financeira e demonstração do rendimento integral consolidados, na rubrica interesses que não controlam. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, os interesses que não controlam absorvem esse excesso.

Para as concentrações empresariais anteriores a 2010 foi utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial corresponderão ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses que não controlam. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos activos líquidos identificáveis adquiridos, é registada como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na Demonstração consolidada do rendimento integral consolidado (ver Nota 2.5).

Para as concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2010 o Grupo aplicou a IFRS 3 revista. Segunda esta norma revista o método da compra continua a ser aplicado nas concentrações de actividades, com algumas alterações significativas:

- (i) os montantes que integram o preço de compra são valorizados ao justo valor, existindo a opção de, transacção a transacção, mensurar os “interesses que não controlam” pela proporção do valor dos activos líquidos da entidade adquirida ou ao justo valor dos activos e passivos adquiridos.
- (ii) os custos associados à aquisição são registados como gastos

Igualmente foi aplicada desde 1 de Janeiro de 2010 a IAS 27 revista, a qual exige que todas as transacções com os interesses que não controlam sejam registadas no Capital Próprio, quando não há alteração no controlo sobre a Entidade, não havendo lugar ao registo de goodwill ou ganhos ou perdas. Quando há perda do controlo exercido sobre a entidade, qualquer interesse remanescente sobre a entidade é mensurado ao justo valor e um ganho ou perda é reconhecido nos resultados do exercício.

Os saldos e ganhos decorrentes de transacções entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido. As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, por forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

(b) Empresas controladas conjuntamente

Os interesses do Grupo nas entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, pela aplicação da IFRS 11, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. O Grupo integra a sua parte nos activos e passivos numa linha da Demonstração Consolidada da Posição Financeira e os custos e proveitos do empreendimento conjunto numa linha das Demonstrações Consolidadas do Rendimento Integral. Os saldos e transacções entre empresas do Grupo e entidades conjuntamente controladas não são eliminados na proporção do controlo atribuível ao Grupo. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da entidade conjuntamente controlada, na data de aquisição, é reconhecido como investimento financeiro.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhadas na Nota 5.

2.3 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade que desenvolve actividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transacções com outros componentes da mesma entidade), cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho e relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A sede do Grupo – onde está também localizada a maior empresa operacional é em Portugal. A área de actividade é a restauração.

O grupo opera em três grandes segmentos de actividade:

- Restaurantes, que integra as unidades com oferta de restauração de serviço à mesa e de entrega ao domicílio;
- Counters, que compreende as unidades de venda ao balcão;
- Concessões e catering, que engloba todos os outros negócios, nomeadamente a actividade de catering e as unidades situadas em espaços concessionados;
- Grupo Eat Out, que compreende as 5 subsidiárias adquiridas no 4º trimestre do exercício de 2016, conforme Nota 5.2.1, cuja afetação à segmentação pré-existente do Grupo Ibersol, no que se refere aos activos e passivos, supra mencionada (restaurantes, counters, concessões e catering), não está concluída.

Os activos dos segmentos incluem, principalmente, activos fixos tangíveis, activos intangíveis, existências, contas a receber e disponibilidades. São excluídos impostos diferidos, investimentos financeiros e derivados detidos para negociação ou designados como coberturas de empréstimos.

Os passivos dos segmentos correspondem a passivos operacionais. Excluem elementos como impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos), empréstimos e derivados de cobertura relacionados.

Os investimentos compreendem adições aos activos fixos tangíveis (Nota 8) e activos intangíveis (Nota 9).

Os investimentos estão alocados, em termos de segmentos, de acordo com esta tipologia de negócio.

2.4 Conversão cambial

(a) Moeda Funcional e de Apresentação

As Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são elaboradas utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("A moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

(b) Transacções e Saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transacções e da conversão pela taxa à data da demonstração consolidada da posição financeira dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, excepto se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa ou como cobertura de investimento líquido, casos em que são registados em capital próprio.

(c) Demonstrações Financeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica de Reservas de Conversão Cambial.

O "goodwill" e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para Euro de acordo com a taxa de câmbio, à data do balanço.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda da alienação.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transacções e saldos expressos em Kwanzas em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foram respectivamente de:

Dez-16

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 31 de Dezembro de 2016	Taxa média do ano 2016
 Kwanza de Angola (AOA)	184,468	181,554

Dez-15

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 31 de Dezembro de 2015	Taxa média do ano 2015
 Kwanza de Angola (AOA)	147,842	134,409

2.5 Activos Fixos Tangíveis

Os edifícios e outras construções compreendem imóveis próprios afectos à actividade de restauração, bem como despesas com obras em propriedade alheia nomeadamente resultantes da instalação de lojas de restauração.

Os activos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

O custo histórico inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos com empréstimos incorridos e com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.

Os custos subsequentes são acrescidos às quantias pelo qual o bem está escriturado ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos inerentes fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

A depreciação dos activos é calculada pelo método das quotas constantes, de forma a alocar o seu custo ao seu valor residual, em função da sua vida útil estimada, como segue:

- Edifícios e outras construções:	12-20 anos
- Equipamentos:	10 anos
- Ferramentas e utensílios:	4 anos
- Viaturas:	5 anos
- Equipamento administrativo	10 anos
- Outras imobilizações corpóreas	5 anos

Os valores depreciables dos activos, as vidas úteis e o método de depreciação são revistos e ajustados, se necessário, na data da demonstração consolidada da posição financeira.

Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado (Nota 2.6).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo e são reconhecidos como outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais na demonstração dos resultados.

2.6 Activos Intangíveis

a) Goodwill

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos, passivos, incluindo os contingentes, identificáveis da subsidiária, associada ou empreendimento conjunto na data de aquisição. O Goodwill resultante da aquisição de subsidiárias está incluído em rubrica autónoma. O Goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual (ou em cada período de relato, em que se verifique a existência de indícios de imparidade) e é apresentado ao custo,

deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Eventuais perdas de imparidade não são objecto de reversão. Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o Goodwill referente à mesma.

O Goodwill é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa para realização dos testes de imparidade.

b) Propriedade industrial

b.1) Concessões e direitos territoriais

As concessões e direitos territoriais são apresentados ao custo histórico. As concessões e direitos territoriais têm uma vida útil finita associada aos períodos contratuais e são apresentadas ao custo deduzido das amortizações acumuladas

b.2) Software

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (que não excederá 5 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de software são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos directamente associados à produção de software identificável e único controlado pelo Grupo e que irá, provavelmente, gerar benefícios económicos futuros superiores aos custos, para além de um ano, são reconhecidos como activos intangíveis. Os custos directos incluem os custos com pessoal no desenvolvimento do software e a quota-parte de gastos gerais relevantes.

Custos de desenvolvimento de software reconhecidos como activos são amortizados durante a sua vida útil estimada (que não excederá 5 anos).

b.3) Marcas

As marcas adquiridas em concentrações empresariais são reflectidas ao seu justo valor.

c) Outros activos intangíveis

Pesquisa e desenvolvimento

Os dispêndios com pesquisas são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos incorridos em projectos de desenvolvimento (relativos ao design e teste de novos produtos ou melhoramentos de produtos existentes) são reconhecidos como activos intangíveis quando for provável que o projecto seja um sucesso, considerando a sua viabilidade comercial e tecnológica e os custos possam ser mensurados com fiabilidade. Os demais dispêndios com desenvolvimento são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos não são reconhecidos como um activo em períodos subsequentes. Os custos de desenvolvimento com vida útil finita que tenham sido capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto de acordo com o método das quotas constantes pelo período do seu benefício esperado, que não excederá cinco anos.

2.7 Imparidade de activos de activos fixos tangíveis e intangíveis

Os activos intangíveis que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização mas são objecto de testes de imparidade anuais (ou em cada período de relato em que se verifique a existência de indícios de imparidade). Os activos sujeitos a amortização são reavaliados para determinação de eventuais imparidades sempre que ocorram eventos ou alterações nas circunstâncias que originem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração do rendimento integral consolidado pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo menos os gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os

activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

Uma unidade geradora de caixa (UGC) é o grupo mais pequeno de activos que inclui o activo e que gera influxos de caixa provenientes do uso continuado que sejam em larga medida independentes dos influxos de caixa de outros activos ou grupos de activos. No caso dos activos corpóreos, cada restaurante foi identificado como sendo uma unidade geradora de caixa. São considerados para realização de testes de imparidade os restaurantes que tendo pelo menos 2 anos de actividade, apresentem Ebitda negativo.

O Goodwill é distribuído pelas unidades geradoras de fluxos (UGCs) do Grupo, identificadas de acordo com o segmento de negócio.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base nos cálculos do valor de uso. Esses cálculos utilizam projecções de fluxos de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 5 anos.

O Conselho de Administração determina a margem bruta orçada com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. As taxas de desconto são aplicadas após impostos e reflectem riscos específicos relacionados com os activos da UGC.

2.8 Activos Financeiros

2.8.1 Classificação

O Grupo classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos concedidos e contas a receber, investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objectivo da aquisição do investimento. O Conselho de Administração determina a classificação no momento do registo inicial dos investimentos e reavalia essa classificação em cada data de relato.

A 31 de Dezembro de 2016, a Ibersol apenas detinha activos financeiros da categoria B e D.

a) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria é subdividida em duas: activos financeiros detidos para negociação e aqueles que são designados ao justo valor através de resultados desde a sua aquisição. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelo Conselho de Administração. Os derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se forem designados para cobertura. Os activos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período de 12 meses após a data de demonstração consolidada da posição financeira.

b) Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e outros créditos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. Estes activos são originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar o prazo de recebimentos. São incluídos nos activos correntes, excepto quando tiverem maturidades superiores a 12 meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira, sendo nesse caso classificados como activos não correntes.

c) Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Conselho de Administração do grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Estão incluídos nos activos não correntes, excepto aqueles cujo vencimento seja inferior a 12 meses desde a data da demonstração consolidada da posição financeira, os quais são classificados como activos correntes.

d) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em activos não correntes, excepto se o conselho de Administração entender alienar o investimento no prazo de 12 meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira.

2.8.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidos à data da transação – a data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Os investimentos em “Empréstimos concedidos e contas a receber” são inicialmente reconhecidos ao justo valor, adicionados dos custos de transação, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando a taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais imparidades.

Os investimentos em “Ativos financeiros disponíveis para venda” são inicialmente reconhecidos ao justo valor, adicionados dos custos de transação, e são subsequentemente mensurados ao justo valor, exceto quando se tratem de investimentos em instrumentos de capital para os quais o justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, sendo mantida a valorização ao custo inicial deduzido de perdas de imparidade. As variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas no capital próprio. Quando os ativos financeiros disponíveis para venda são vendidos ou se encontram em imparidade, os ajustamentos acumulados de variações de justo valor são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral, como ganhos ou perdas em ativos financeiros.

Os investimentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber dinheiro dos mesmos expiram ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse.

2.8.3 Imparidade

O Grupo verifica em cada data de demonstração consolidada da posição financeira se existe evidência objectiva de imparidade de um ou de um grupo de activos financeiros. No caso de títulos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do custo é determinante para saber se existe imparidade. Se existir tal evidência para activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse activo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração consolidada do rendimento integral. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis.

O grupo segue a orientação da IAS 39 (revista em 2004) na determinação da imparidade permanente dos investimentos que requer que o grupo avalie, entre outros factores, a duração e em que medida o justo valor de um investimento é inferior ao seu custo e a saúde financeira e perspectivas de negócio para a participada, incluindo factores tais como a performance da indústria e do sector, alterações tecnológicas e fluxos de caixa operacionais e de financiamento.

O ajustamento de imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. O valor do ajustamento de imparidade é a diferença entre o valor apresentado e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros descontado à taxa de juro efectiva. O valor do ajustamento de imparidade é reconhecido na demonstração consolidada do rendimento integral.

2.9 Existências

As existências são apresentadas ao mais baixo entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é calculado utilizando o custo médio ponderado.

Os custos com alimentação de pessoal são reflectidos em gastos com pessoal, por contrapartida de regularização de existências.

O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos de venda.

2.10 Contas a receber de clientes e outros devedores e contas a pagar a fornecedores e outros credores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, no caso de dívidas de médio e longo prazo, subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, deduzido do ajustamento de imparidade.

As dívidas a fornecedores e a terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo amortizado para que as mesmas reflitam o seu valor presente líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa inclui os valores em caixa, depósitos bancários e outros investimentos até 3 meses que possam ser imediatamente imobilizáveis, com baixo risco de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração de Fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e na Demonstração consolidada da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos Obtidos.

2.12 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, dos ingressos.

Quando alguma empresa do Grupo adquire acções da empresa-mãe (acções próprias), o valor pago, incluindo os custos directamente atribuíveis (líquidos de impostos), é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas. Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, após dedução dos custos de transacção directamente imputáveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa.

2.13 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo os custos de transacção incorridos. Os empréstimos de médio e longo prazo são subsequentemente apresentados ao custo deduzido das amortizações efectuadas; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração consolidada do rendimento integral ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira.

2.14 Impostos correntes e impostos diferidos

A estimativa de imposto (IRC) foi apurada ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), no segmento de Portugal, tendo o Grupo decidido que o gasto/rendimento a reconhecer nas subsidiárias com sede em Portugal (excepto Restmon e Iberusa ACE) será reflectido em outros passivos/activos correntes com a empresa-mãe, sendo a economia de imposto reflectida nas contas da empresa-mãe. No segmento de Espanha, o imposto corrente das subsidiárias com sede em Vigo – Espanha foi calculado ao abrigo do regime especial de tributação de grupos económicos. As restantes subsidiárias, com sede em Barcelona - Espanha

e Luanda - Angola, efectuem o cálculo do seu imposto corrente individualmente, à luz dos normativos em vigor no país da sua sede social (Nota 5).

Os impostos diferidos são reconhecidos na globalidade usando o método do passivo e calculados sobre diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, se o imposto diferido surge pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial ou que à data da transacção não afecte nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, este não é contabilizado. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e legais) decretadas ou substancialmente decretadas na data da demonstração consolidada da posição financeira e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido activo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização da diferença temporária.

2.15 Provisões e activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras quando é provável a existência de benefício económico futuro..

2.16 Reconhecimento do rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. O rédito é reconhecido como segue:

a) Venda de bens – retalho

A venda de bens é reconhecida quando o produto é vendido ao cliente. As vendas a retalho são normalmente efectuadas a dinheiro ou com pagamentos efectuados por cartão de débito ou crédito. As vendas de bens a clientes, associadas a eventos ou congressos, são reconhecidas no momento em que tais acontecimentos ocorrem.

b) Prestação de serviços

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência ao momento em que a transacção fica concluída, à data da demonstração consolidada da posição financeira.

c) Royalties

Os royalties são reconhecidos segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos acordos relevantes.

2.17 Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são reflectidos na demonstração consolidada do rendimento integral pelo método das quotas constantes, pelo período da locação.

Locações de activos tangíveis onde o Grupo tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros, são incluídas em outros passivos não correntes, excepto a respectiva componente de curto prazo. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação, de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. Os activos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciadas pelo menor entre o período de vida útil do activo e o prazo da locação.

2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no momento em que os dividendos são aprovados pelos accionistas.

2.19 Resultado por acção

Básico

O resultado básico por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas, pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas durante o período, excluindo as acções ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como acções próprias (Nota 16).

Diluído

O resultado diluído por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas, ajustado pelos dividendos de acções preferenciais convertíveis, juros de dívida convertível e ganhos e despesas resultantes da conversão, pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas durante o período acrescido do número médio de acções ordinárias emitíveis na conversão de acções ordinárias potenciais diluidoras.

2.20 Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos de opções e swaps, somente para cobertura dos riscos financeiros a que está exposta. A empresa não utiliza instrumentos financeiros derivados para especulação. A empresa adopta a contabilização de acordo com a contabilidade de cobertura (hedge accounting), respeitando integralmente o disposto nos normativos respectivos. A negociação dos instrumentos financeiros derivados é realizada pela Ibersol, em nome das empresas individuais, pelo departamento de tesouraria central, obedecendo a normas aprovadas pela respectiva Administração. Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira ao seu custo inicial e depois reajustados ao seu justo valor. No que diz respeito ao reconhecimento, a contabilização faz-se da seguinte forma:

Cobertura de Justo Valor

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor e que são determinadas como pertencentes a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas resultantes de reajustar o instrumento de cobertura ao justo valor são reconhecidos em resultados juntamente com variações no justo valor do item coberto que são atribuíveis ao risco coberto.

Cobertura de Fluxos de Caixa

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa e que são determinadas como pertencentes a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas no justo valor do

instrumento de cobertura são reconhecidas no capital próprio; a parte ineficaz será reconhecida directamente nos resultados.

Cobertura de Investimento Líquido

Actualmente, a empresa não considera a realização de coberturas cambiais sobre investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras (subsidiárias), dado não ter investimentos significativos denominados em moeda diferente do euro.

A empresa tem bem identificada a natureza dos riscos envolvidos, documenta exaustiva e formalmente as relações de cobertura, garantindo através dos seus sistemas de informação, que cada relação de cobertura seja acompanhada pela descrição da política de risco da empresa, objectivo e estratégia para a cobertura, classificação da relação de cobertura, descrição da natureza do risco que está a ser coberto, identificação do instrumento de cobertura e item coberto, descrição da mensuração inicial e futura da eficácia e identificação da parte do instrumento de cobertura, se houver, que será excluída da avaliação da eficácia.

A empresa considera o desreconhecimento nas situações em que o instrumento de cobertura expirar, for vendido, terminar ou for exercido; a cobertura deixar de preencher os critérios para a contabilidade de cobertura; para a cobertura de fluxos de caixa, a transacção prevista deixar de ser altamente provável ou deixar de ser esperada; por razões de gestão a empresa decidir cancelar a designação de cobertura.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

3.1 Factores de risco financeiro

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores do risco financeiro: risco de mercado (inclui risco cambial, risco do justo valor associado à taxa de juro e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira do Grupo.

A gestão do risco financeiro é conduzida pelo Departamento Financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamentos em moeda local. Uma vez que o Grupo está essencialmente presente no mercado ibérico, os empréstimos bancários estão maioritariamente denominados em euros e o volume de compras, fora da zona Euro, não assume proporções relevantes.

A principal fonte de exposição do Grupo advém do investimento fora da zona euro da operação que desenvolve em Angola, que embora seja ainda de pequena dimensão está em fase de crescimento e por consequência a ganhar peso na atividade do grupo. A redução do preço do barril de petróleo está a acarretar uma escassez de moeda estrangeira em Angola pelo que a desvalorização do Kwanza é um risco a considerar. O financiamento da filial angolana em moeda estrangeira, no montante de 1.500.000 USD, não apresenta grande exposição em função do reduzido montante. Os restantes financiamentos contraídos pelas filiais angolanas estão denominados na moeda local, a mesma em que são gerados os proveitos. Face às atuais limitações de pagamentos ao exterior, o grupo adotou uma política de monitorização mensal dos saldos credores em moeda estrangeira w a sua cobertura integral com a aquisição de Obrigações do Tesouro da República de Angola, indexadas ao USD.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição cambial do grupo era a seguinte:

ANO 2016				
Activos Financeiros	Kwanzas	Equivalente EUR	USD	Equivalente EUR
Caixa e depósitos bancários	1.301.850.100	7.057.329	6.128	5.705
Obrigações do tesouro	3.224.560.292	17.480.341	-	-
Outros	70.347.511	381.354	989	920
	4.596.757.903	24.919.025	7.117	6.625
Passivos Financeiros				
Empréstimos	2.931.708.332	15.892.791	1.500.000	1.396.422
Fornecedores	206.301.398	1.118.360	3.568.393	3.321.990
Outros	5.054.977	27.403	106.613	99.251
	3.143.064.707	17.038.554	5.175.006	4.817.663
ANO 2015				
Activos Financeiros	Kwanzas	Equivalente EUR	USD	Equivalente EUR
Caixa e depósitos bancários	203.488.292	1.376.395	6.754	6.212
Obrigações do tesouro	1.049.502.607	7.098.836	-	-
Outros	36.965.132	250.032	400	368
	1.289.956.031	8.725.263	7.154	6.580
Passivos Financeiros				
Empréstimos	1.747.708.332	11.821.499	2.000.000	1.839.646
Fornecedores	431.519.912	2.918.801	2.019.561	1.857.638
Outros	33.405.550	225.955	109.006	100.266
	2.212.633.793	14.966.255	4.128.567	3.797.550

Adicionalmente, nas subsidiárias angolanas existem dívidas a fornecedores - maioritariamente empresas do grupo - denominadas em EUR que, após conversão, geram diferenças de câmbio nas demonstrações financeiras consolidadas (outros custos operacionais). Por outro lado, as mesmas subsidiárias detêm ativos financeiros indexados ao USD num montante equivalente a cerca de 96% do passivo em moeda estrangeira.

Simulando, com base nos valores referentes a 31 de Dezembro de 2016, uma desvalorização do AKZ face ao USD e ao EUR na ordem dos 10% ou 15%, mantendo tudo o resto constante, o impacto negativo no resultado do Grupo (custo financiamento líquido) seria 79 mil euros e 119 mil euros, respetivamente.

Uma idêntica simulação de depreciação cambial aplicada ao investimento líquido teria um impacto negativo no Capital Próprio do Grupo de 369 e 529 mil euros, respetivamente.

ii) Risco de preço

O Grupo não está significativamente exposto ao risco de preço das mercadorias.

iii) Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Com excepção das Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o grupo não tem activos remunerados com juros significativos. Assim sendo, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de investimento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado. No que diz respeito às Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o juro é fixo, pelo que também não existe risco.

O risco principal de taxa de juro do Grupo advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, de proceder à fixação das taxas de juro de pelo menos 50% do montante em dívida.

A dívida remunerada vence juros a taxa variável tendo sido uma parte objecto de fixação de taxa de juro através de um derivado swap taxa de juro. A swap de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro do empréstimo (papel comercial) de 7,5 milhões de euros tem subjacente o prazo de vencimento dos juros e plano de reembolso idênticos às condições do empréstimo. Os financiamentos contratados no final do ano serão objeto de operações de fixação durante o ano de 2017.

Baseado em simulações realizadas a 31 de Dezembro de 2016, uma subida de mais 100 pontos base na taxa de juro, mantendo tudo o resto constante, teria um impacto negativo no resultado líquido do período de 390 mil euros.

b) Risco de crédito

A principal actividade do Grupo é realizada com vendas pagas a dinheiro ou cartão de débito ou crédito, pelo que o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. Em relação a clientes o risco está circunscrito aos negócios de Catering e vendas de mercadorias a franquizados que representam menos de 4% do volume de negócios consolidado. O Grupo tem políticas que asseguram que as vendas a crédito são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que os clientes têm acesso.

As disponibilidades do Grupo incluem, essencialmente depósitos decorrentes do caixa gerado pelas operações e respetivos depósitos nas contas à ordem. Excluídos esses montantes, é reduzido o valor das aplicações financeiras a 31 de Dezembro de 2016, com excepção das já mencionadas OT's da República de Angola no montante de 17,5 milhões de euros, sujeitas ao risco país.

Os depósitos e outras aplicações financeiras encontram-se dispersos por várias instituições de crédito, não existindo, por conseguinte, concentração destes ativos financeiros.

Os ratings das principais instituições de crédito onde o grupo Ibersol tem depósitos a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, apresentam-se como segue:

Agência	Ano 2016		Ano 2015	
	Depósitos	Rating	Depósitos	Rating
Standard & Poor's	243.424	A-		
Standard & Poor's	6.026.676	BBB+	536.022	BBB+
Standard & Poor's	10.979.707	BB+	621.658	BB+
Standard & Poor's	756.940	B	6.192.649	B+
Standard & Poor's	3.909.284	BB-		
Moody's	932.315	Caa1	809.708	Caa1
Moody's	3.880.101	Baa2		
Moody's	1.968.656	Baa3		
Não disponível (Angola)	8.334.192	n/a	3.115.250	n/a

Os depósitos em Angola estão distribuídos por três dos maiores bancos comerciais em Angola – BFA, BCGA e BAI – mas que não têm notação de rating. Acresce ainda que uma parte dos depósitos de cerca de 2,5 milhões de euros, estão à ordem do Banco Nacional de Angola.

A qualidade do crédito de ativos financeiros não vencidos nem em imparidade encontra-se detalhada na Nota 15.

c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Em conformidade com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efectuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento.

Para o efeito consideram-se que os empréstimos bancários de curto prazo vencem na data de renovação e que os contratos de papel comercial vencem nas datas de denúncia.

A 31 de Dezembro de 2016, o passivo corrente ascende a 127 milhões de euros, face aos 89 milhões de activo corrente. Este desequilíbrio é, em parte uma característica financeira deste negócio, noutra deve-se a alguns programas de Papel Comercial, com cláusulas de denúncia, em que se considera o reembolso na data de denúncia independentemente dos prazos pelos quais estão contratados. Durante o ano de 2017 prevê-se a manutenção da emissão do Papel Comercial considerado em dívida de curto prazo (7.250.000 euros). No entanto, os fluxos de caixa operacionais previstos e, em caso de necessidade, as linhas de crédito contratadas, cujos montantes ainda não foram utilizados, são suficientes para liquidar o passivo corrente.

Mesmo com reduzida utilização, o grupo tem contratadas um montante significativo de linhas de curto prazo. Em 31 de Dezembro de 2016, a utilização das linhas de curto prazo de apoio à tesouraria era cerca de 14%. Os excedentes de disponibilidade e outras aplicações de 37,5 milhões de euros correspondem a 22% do passivo remunerado.

Na tabela seguinte são apresentados os passivos financeiros (grupos relevantes) considerando os cash-flows contratuais não descontados:

	<u>até Dezembro 2017</u>	<u>de Dezembro de 2017 a 2028</u>
Empréstimos	36.333.949	130.457.712
Outros passivos não correntes	-	208.040
Contas a pagar a fornecedores e		
acréscimos de custos	59.919.162	-
Outros passivos correntes	10.933.132	-
Juros a liquidar (Nota 17)	4.691.240	8.060.785
Total	<u>111.877.484</u>	<u>138.726.537</u>

d) Risco de capital

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar no intervalo 35%-70%.

O rácio de alavancagem financeira em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foi de 42% e 14%, respectivamente, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	<u>Dez-16</u>	<u>Dez-15</u>
Empréstimos	166.791.662	43.435.303
Outros activos financeiros	-17.480.341	-7.098.836
Caixa e depósitos bancários	-39.588.532	-14.471.082
Endividamento líquido	109.722.788	21.865.385
Capital próprio	152.061.828	135.046.003
Capital total	261.784.616	156.911.388
Rácio de alavancagem financeira	42%	14%

O aumento do rácio de alavancagem decorre do esforço financeiro, para aquisição do grupo Eat Out (Nota 5.2).

3.2 Estimativa de justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados activos (por exemplo derivados negociados publicamente, títulos para negociação e disponíveis para venda) é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de demonstração consolidada da posição financeira. O preço do mercado usado para os activos financeiros do Grupo é o preço

recebido pelos accionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal de contas a receber (deduzido de ajustamentos de imparidade) e a pagar é assumido como aproximado do seu justo valor. O justo valor dos passivos financeiros é estimado actualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS IMPORTANTES E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

O grupo efectua estimativas e premissas sobre o futuro. A contabilização resultante das estimativas raramente irá, por definição, corresponder aos resultados reais relatados. As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são:

a) Estimativa de imparidade do Goodwill

O Grupo testa anualmente se existe ou não imparidade do Goodwill (ou em cada período de relato, em que se verifique a existência de indícios de imparidade), de acordo com a política contabilística indicada na Nota 2.5. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas (Nota 9).

Se a margem bruta real for inferior ou a taxa de desconto, após impostos, superior às estimativas dos gestores, as perdas de imparidade do Goodwill poderão ser superiores às registadas.

b) Impostos sobre o Rendimento

O Grupo está sujeito a Impostos sobre o Rendimento em Portugal (ao abrigo do RETGS), Espanha (consolidado fiscal) e Angola. É necessário julgamento significativo para determinar a estimativa de imposto sobre o rendimento, dado existirem inúmeras transacções e cálculos, para as quais, a determinação final dos impostos é incerta durante o curso normal dos negócios. O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efectuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

c) Provisões

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

d) Activos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas do sector ao nível internacional.

5. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS

5.1. As empresas do Grupo incluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 são as seguintes:

Firma	Sede	% Participação	
		Dez-16	Dez-15
<u>Empresa mãe</u>			
Ibersol SGPS, S.A.	Porto	mãe	mãe
<u>Empresas filiais</u>			
Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Ibersol Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
(e) Ibersande Restauração, S.A.	Porto	100%	80%
Ibersol Madeira e Açores Restauração, S.A.	Funchal	100%	100%
Ibersol - Hotelaria e Turismo, S.A.	Porto	100%	100%
Iberking Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Iberaki Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Restmon Portugal, Lda	Porto	61%	61%
Vidisco, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
Inverpeninsular, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
Ibergourmet Produtos Alimentares, S.A.	Porto	100%	100%
Ferro & Ferro, Lda.	Porto	100%	100%
Asurebi SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Charlotte Develops, SL	Madrid-Espanha	100%	100%
Firmoven Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
(c) IBR - Sociedade Imobiliária, S.A.	Porto	100%	98%
Eggon SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Anatir SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Lurca, SA	Madrid-Espanha	100%	100%
(d) Q.R.M.- Projectos Turísticos, S.A	Porto	-	100%
Sugestões e Opções-Actividades Turísticas, S.A	Porto	100%	100%
Resboavista- Restauração Internacional, Lda	Porto	100%	100%
José Silva Carvalho Catering, S.A	Porto	100%	100%
(a) Iberusa Central de Compras para Restauração ACE	Porto	100%	100%
(b) Vidisco, Pasta Café Union Temporal de Empresas	Vigo - Espanha	100%	100%
Maestro - Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.	Porto	100%	100%
SEC - Eventos e Catering, S.A.	Porto	100%	100%
IBERSOL - Angola, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%
HCl - Imobiliária, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%
(c) Gravos 2012, S.A.	Porto	100%	98%
Lusinver Restauracion, S.A.	Vigo - Espanha	100%	
The Eat Out Group S.L.U.	Barcelona - Espanha	100%	-
Pansfood, S.A.U.	Barcelona - Espanha	100%	-
Foodstation, S.L.U	Barcelona - Espanha	100%	-
Dehesa de Santa Maria Franquicias, S.L.	Barcelona - Espanha	50%	-
Pansfood Italia, S.R.L.	Barcelona - Espanha	100%	-
<u>Empresas controladas conjuntamente</u>			
UQ Consult - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Porto	50%	50%

(a) Agrupamento Complementar de Empresas que actua como Central de Compras e de Logística e assegura o aprovisionamento dos respectivos restaurantes em matérias-primas e serviços de manutenção.

(b) Union Temporal de Empresas constituída em 2005 e que ao longo do ano funcionou como Central de Compras em Espanha, assegurando o aprovisionamento de matérias-primas dos respectivos restaurantes.

(c) Variação resultante da venda intra-grupo de 10% da participada IBR Imobiliária, pela subsidiária Ibersande à subsidiária Asurebi.

(d) Empresa incorporada por fusão na filial José Silva Carvalho Catering, S.A. em Julho de 2016, com efeitos a 01 de Janeiro de 2016.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. À entidade conjuntamente controlada UQ Consult foi aplicado o método de equivalência patrimonial em função da percentagem de participação detida pelo grupo (Nota 2.2).

As percentagens de participação nas sociedades referidas consubstanciam-se em idêntica percentagem de direitos de voto.

5.2. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

5.2.1. Aquisição de novas sociedades

Firma	Data entrada	Sede	% Participação	
			2016	2015
The Eat Out Group S.L.U.	31-Out-16	Barcelona - Espanha	100,00%	-
Pansfood, S.A.U.	31-Out-16	Barcelona - Espanha	100,00%	-
Foodstation, S.L.U	31-Out-16	Barcelona - Espanha	100,00%	-
Dehesa de Santa Maria Franquicias, S.L.	31-Out-16	Barcelona - Espanha	50,00%	-
Pansfood Italia, S.R.L.	31-Out-16	Barcelona - Espanha	100,00%	-

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de Dezembro de 2016:

	Data da aquisição	Dez-16
Activos líquidos adquiridos		
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	32.360.743	32.654.939
Existências	2.706.371	2.646.062
Impostos diferidos activos (Nota 18)	5.941.376	5.601.456
Outros activos	18.937.159	19.012.245
Caixa e equivalentes a caixa	3.640.340	5.523.047
Provisões (Nota 19)	-1.000.000	-1.000.000
Empréstimos	-16.982.720	-25.794.395
Impostos diferidos passivos (Nota 18)	-679.372	-863.895
Outros passivos	-37.602.707	-31.153.618
	<u>7.321.190</u>	<u>6.625.841</u>
Goodwill (Nota 9)	70.647.649	
Interesses minoritários	-868.839	
	<u>77.100.000</u>	
Preço de aquisição	<u>77.100.000</u>	
Pagamentos efectuados	77.100.000	
Montantes a pagar no futuro	-	
	<u>77.100.000</u>	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição		
Pagamentos efectuados	77.100.000	
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	3.640.340	
	<u>73.459.660</u>	

O goodwill do Grupo Eat Out no montante de 70.647.64 euros, foi apurada com base em valores provisórios dos activos líquidos adquiridos.

Os impactos das aquisições na demonstração de resultados foram os seguintes:

	Dez-16
Proveitos operacionais	25.894.108
Custos operacionais	-25.428.187
Resultado financeiro	-350.142
Resultado relativos a investimentos	-
Resultado antes impostos	115.779
Imposto sobre o rendimento	-272.157
Resultado líquido	<u>-156.378</u>

5.2.2. Alienações

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 não ocorreram alienações de subsidiárias.

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Administração da Ibersol monitoriza o negócio com base na seguinte segmentação (Nota 2.3):

SEGMENTO	MARCAS					
Restaurantes	Pizza Hut	Pasta Caffè	Pizza Movil			
Counters	KFC	O'Kilo	Miit	Burguer King	Pans	Quiosques
Concessões e Catering	Sol (AS)	Concessões	Catering	Lojas conveniência		
Grupo Eat Out	Pans &C. ^a	FresCo	Ribs	Concessões		

Os resultados por segmento nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 são:

	Restaurantes	Counters	Concessões e Catering	Outros, eliminações e ajustamentos	Total Grupo
31 DE DEZEMBRO 2016					
Cliente Inter-segmento	-	-	-	-	-
Cliente externo	80.649.482	150.079.074	38.751.162	352.677	269.832.395
Volume de Negócios	80.649.482	150.079.074	38.751.162	352.677	269.832.395
Royalties	3.530.661	6.755.681	469.108	-	10.755.451
Rendas e Condomínios	8.581.986	12.801.982	8.606.111	8.970	29.999.049
CEVC	15.695.921	39.746.131	9.104.580	-	64.546.632
Cash-flow operacional (EBITDA)	12.794.147	26.494.025	7.820.840	-	47.109.012
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	4.287.708	8.890.830	3.091.451	324.911	16.594.900
Resultado operacional (EBIT)	8.506.440	17.603.194	4.729.389	-324.911	30.514.112
31 DE DEZEMBRO 2015					
Cliente Inter-segmento	-	-	-	-	-
Cliente externo	69.141.017	119.125.556	25.052.360	388.670	213.707.603
Volume de Negócios	69.141.017	119.125.556	25.052.360	388.670	213.707.603
Royalties	3.030.938	5.399.306	230.784	-	8.661.029
Rendas e Condomínios	7.736.852	10.142.657	3.885.387	289.066	22.053.962
CEVC	14.202.277	30.656.777	6.361.587	-	51.220.642
Cash-flow operacional (EBITDA)	8.691.986	20.775.364	3.228.431	-	32.695.781
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	3.216.009	6.031.808	4.879.339	246.629	14.373.786
Resultado operacional (EBIT)	5.475.977	14.743.556	-1.650.908	-246.629	18.321.995

Outros elementos dos segmentos incluídos na demonstração do rendimento integral consolidado são:

	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016					
	Restaurantes	Counters	Concessões e Catering	Outros, eliminações e ajustamentos	Grupo EatOut	Grupo
Depreciações (Nota 8)	3.364.395	7.389.103	1.578.534	301.270	1.558.087	14.191.390
Amortizações (Nota 9)	330.568	591.713	400.701	23.445	211.958	1.558.385
Imparidade dos activos fixos tangíveis (Nota 8)	288.167	342.185	-	-	187.392	817.744
Imparidade dos activos intangíveis (Nota 9)	-	-	-	-	-	-
Imparidade das contas a receber (Nota 15)	-69.421	-	-14.882	-	-38.280	-122.583

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015					
	Restaurantes	Counters	Concessões e Catering	Outros, eliminações e ajustamentos	Grupo
Depreciações (Nota 8)	2.484.312	4.889.933	1.276.421	233.115	8.883.781
Amortizações (Nota 9)	362.056	565.119	503.715	13.514	1.444.404
Imparidade dos activos fixos tangíveis (Nota 8)	369.641	463.867	1.948.056	-	2.781.564
Imparidade dos activos intangíveis (Nota 9)	-	-	1.151.148	-	1.151.148
Imparidade das contas a receber (Nota 15)	-32.442	-13.958	78.189	-	31.789

Os activos, passivos e investimentos alocados aos segmentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são conforme segue:

31 DE DEZEMBRO 2016	Outros, Concessões e eliminações e ajustamentos					Total Grupo
	Restaurantes	Counters	Catering	Grupo Eat Out		
Activos	72.123.560	151.223.555	31.230.603	9.042.803	128.210.754	391.831.274
Passivos	17.950.264	36.546.849	8.051.455	49.442	26.924.467	89.522.477
Investimento líquido (Notas 8 e 9)	3.497.907	19.232.756	3.255.823	1.071.626	2.283.394	29.341.507

31 DE DEZEMBRO 2015	Outros, Concessões e eliminações e ajustamentos				Total Grupo
	Restaurantes	Counters	Catering		
Activos	62.722.766	127.693.545	28.924.042	8.618.218	227.958.572
Passivos	13.350.216	28.521.294	8.464.307	52.457	50.388.274
Investimento líquido (Notas 8 e 9)	3.816.583	21.300.336	1.308.856	-	26.425.775

Os activos e passivos não alocados aos segmentos são:

	ANO 2016		ANO 2015	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Impostos diferidos	8.555.186	10.187.932	3.294.546	10.046.125
Imposto corrente	2.332.391	2.349.654	144.108	1.390.543
Empréstimos de curto prazo	-	36.333.949	-	18.125.529
Empréstimos de médio e longo prazo	-	130.457.712	-	25.309.774
Instrumentos financeiros derivados	-	114.935	-	181.602
Investimentos financeiros	440.541	-	402.591	-
Investimentos financeiros - MEP UQ	2.417.631	-	2.417.891	-
Outros activos financeiros	17.480.341	-	7.098.836	-
Provisões	-	2.028.871	-	828.705
Total	31.226.090	181.473.054	13.357.972	55.882.278

Em resumo, os activos e passivos apresentam-se conforme segue:

	ANO 2016		ANO 2015	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Alocados por segmento	391.831.274	89.522.477	227.958.572	50.388.274
Não alocados	31.226.090	181.473.054	13.357.972	55.882.278
	<u>423.057.364</u>	<u>270.995.531</u>	<u>241.316.544</u>	<u>106.270.552</u>

O detalhe de créditos e activos não correntes por geografia a 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, apresenta-se como segue:

31 DE DEZEMBRO 2016	Portugal (1)	Espanha	Grupo
Restauração	195.087.253	71.713.959	266.801.212
Mercadorias	523.348	1.507.224	2.030.572
Prestação de Serviços	249.683	750.928	1.000.611
Volume de Negócio	195.860.284	73.972.111	269.832.395
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	144.632.521	49.746.985	194.379.506
Goodwill	7.605.482	103.551.176	111.156.658
Impostos diferidos activos	2.574.551	5.980.635	8.555.186
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas	2.417.631	-	2.417.631
Outros Investimentos financeiros	440.541	-	440.541
Outros activos financeiros	10.438.768	-	10.438.768
Outros activos não correntes	-	6.574.793	6.574.793
Total de activos não correntes	168.109.494	165.853.589	333.963.083
31 DE DEZEMBRO 2015	Portugal (1)	Espanha	Grupo
Restauração	164.017.917	46.811.097	210.829.014
Mercadorias	619.490	1.614.348	2.233.838
Prestação de Serviços	285.793	358.958	644.751
Volume de Negócio	164.923.200	48.784.403	213.707.603
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	134.313.368	18.751.645	153.065.013
Goodwill	7.605.482	32.903.527	40.509.009
Impostos diferidos activos	2.869.377	425.169	3.294.546
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas	2.417.891	-	2.417.891
Outros Investimentos financeiros	402.591	-	402.591
Outros activos financeiros	7.098.836	-	7.098.836
Outros activos não correntes	-	1.408.996	1.408.996
Total de activos não correntes	154.707.545	53.489.337	208.196.882

(1) Angola incluída no segmento de Portugal, pela ainda reduzida dimensão das suas operações.

7. FACTOS NÃO USUAIS E NÃO RECORRENTES

Nos exercícios de 2016 e 2015 não se registaram quaisquer factos não usuais e não recorrentes, para além de 2.397.758 eur em proveitos operacionais (Nota 26) que correspondem a uma compensação pela perda de tráfego com a cobrança de portagens nas ex-scuts. Também foi acordada não instalar as Áreas de Serviço de Guimarães, Fafe e Paredes tendo sido devolvidos os valores pagos pelos respetivos direitos de concessão que originou o recebimento dos juros contratuais no montante de 1.570.323 eur (Nota 27). Adicionalmente, a aquisição do grupo Eat Out (Nota 5) têm um carácter não recorrente.

8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos	Outros Activos fixos tangíveis	Activos Tangíveis em curso (1)	Total
01 de Janeiro de 2015						
Custo	7.444.433	138.429.980	70.718.503	17.057.427	9.564.864	243.215.209
Depreciação acumulada	-	34.496.057	54.791.463	13.348.258	-	102.635.777
Imparidade Acumulada	-	7.844.284	562.633	62.515	-	8.469.432
Valor líquido	7.444.433	96.089.640	15.364.408	3.646.655	9.564.864	132.110.000
31 de Dezembro de 2015						
Valor líquido inicial	7.444.433	96.089.640	15.364.408	3.646.655	9.564.864	132.110.000
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Conversão cambial	-455.293	-993.314	-319.677	-73.998	-779.806	-2.622.088
Adições	833.571	14.095.614	6.587.413	2.520.021	131.654	24.168.273
Diminuições	-	275.933	169.302	13.776	-	459.012
Transferências	4.140.938	2.453.987	1.375.694	635.587	-8.504.897	101.310
Depreciação exercício	-	3.845.385	4.181.118	857.312	-	8.883.815
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Imparidade exercício	-	2.929.579	-	-	-	2.929.579
Reversão de imparidade	-	-148.054	-	-	-	-148.054
Valor líquido final	11.963.649	104.743.084	18.657.418	5.857.177	411.815	141.633.142
31 de Dezembro de 2016						
Custo	11.963.649	150.435.664	76.028.676	19.707.381	411.815	258.547.187
Depreciação acumulada	-	36.522.989	56.954.512	13.802.872	-	107.280.372
Imparidade Acumulada	-	9.169.591	416.747	47.333	-	9.633.671
Valor líquido	11.963.649	104.743.084	18.657.418	5.857.177	411.815	141.633.142
31 de Dezembro de 2016						
Valor líquido inicial	11.963.649	104.743.084	18.657.418	5.857.177	411.815	141.633.142
Variações do perímetro de consolidação	-	61.509.602	37.914.100	956.299	239.525	100.619.526
Conversão cambial	-756.850	-1.723.366	-756.531	-224.851	-19.440	-3.481.038
Adições	135.242	16.405.428	8.187.617	2.615.018	1.215.586	28.558.891
Diminuições	-	863.164	236.294	47.292	105.686	1.252.436
Transferências	-	100.636	5.806	11.681	-234.617	-116.494
Depreciação exercício	74.637	8.041.000	5.062.093	1.082.763	-	14.260.493
Deprec. pelas variações do perímetro	-	38.817.273	28.953.945	1.042.245	-	68.813.463
Imparidade exercício	-	751.562	41.432	24.750	-	817.744
Imparid. pelas variações do perímetro	-	2.080.269	687.570	4.407	-	2.772.246
Reversão de imparidade	-	-90.976	-	-	-	-90.976
Valor líquido final	11.267.404	130.573.092	29.027.076	7.013.867	1.507.183	179.388.621
31 de Dezembro de 2016						
Custo	11.342.041	222.786.283	118.519.498	22.193.978	1.507.183	376.348.985
Depreciação acumulada	74.637	81.893.238	88.409.796	15.115.597	-	185.493.267
Imparidade Acumulada	-	10.319.953	1.082.628	64.515	-	11.467.096
Valor líquido	11.267.404	130.573.092	29.027.075	7.013.867	1.507.183	179.388.621

(1) os movimentos no exercício 2015 dizem, fundamentalmente, respeito aos restaurantes KFC em Angola e Burguer King em Portugal, cuja abertura ocorreu neste exercício.

Em 2015, as adições no montante de cerca de 24 milhões de euros, referem-se fundamentalmente a aberturas de restaurantes KFC em Angola e Burguer King e Pizza Hut em Portugal.

Os investimentos do ano 2016 em imobilizado firme, no montante de cerca 28,6 milhões, dizem respeito a abertura de novas unidades e remodelação das existentes, em Portugal e em Espanha

Em 2016 e 2015 foram efetuados testes de imparidade para os restantes restaurantes do grupo Ibersol com indícios de imparidade. Adicionalmente foram efetuados testes de imparidade, em

2015, para as unidades SOL, um conjunto de restaurantes localizados em diferentes auto-estradas e ex-scuts, dado existirem indícios.

Decorrente da evolução ocorrida no ano de 2015, nomeadamente nas unidades SOL, nas quais as expectativas de contexto formuladas em 2014 não se concretizaram, dos testes efetuados aos restaurantes do grupo Ibersol com indícios de imparidade, resultou a necessidade de registar imparidade no montante de 4.080.727 euros, dos quais 2.929.579 euros referentes a ativos tangíveis e 1.151.148 euros relativos a ativos intangíveis, conforme segue:

Ano 2015			
Unidade	Valor recuperável (valor de uso)	Valor contabilístico dos ativos	Perda por imparidade
Unidades Sol (7 unidades)	914.105	4.013.310	3.099.204
Pizza Hut (1 unidade)	-	125.786	125.786
Pasta Caffè (1 unidade)	-	110.348	110.348
Miit (2 unidades)	125.406	589.234	463.827
Pizza Movil (2 unidades)	71.074	352.635	281.561
TOTAL	1.110.585	5.191.312	4.080.727

Nos testes de imparidade em 2015 foram usados os seguintes pressupostos:

Taxa de crescimento na perpetuidade	
Portugal	3,00% (1% real + 2% inflação)
Espanha	3,00% (1% real + 2% inflação)

Taxa de desconto	
Portugal	6,80%
Espanha	6,00%

Em 2016, dos testes efetuados resultou a necessidade de registar uma imparidade no montante de 817.744 euros, relativos a ativos tangíveis, conforme segue:

Ano 2016			
Unidade	Valor recuperável (valor de uso)	Valor contabilístico dos ativos	Perda por imparidade
Pans (1 unidade)	-	169.966	169.966
Pasta Caffè (1 unidade)	-	110.000	110.000
Okilo (1 unidade)	-	172.219	172.219
Pizza Movil (3 unidades)	173.077	351.244	178.167
Pans & C. ^a (10 unidades)	584.154	770.366	187.392
TOTAL	757.231	1.573.795	817.744

Nos testes de imparidade em 2016 foram usados os seguintes pressupostos:

Taxa de crescimento na perpetuidade	
Portugal	2,00% (1% real + 1% inflação)
Espanha	2,00% (1% real + 1% inflação)

Taxa de desconto	
Portugal	6,70%
Espanha	6,20%

A taxa de desconto apresentada é líquida de imposto e foi calculada com base na metodologia WACC (Weighted Average Cost of Capital).

Pressupostos utilizados nos testes de imparidade unidades Sol

A taxa de crescimento das vendas de cada unidade depende da evolução prevista para o tráfego nos diferentes troços das auto-estradas e da taxa de captação das áreas de serviço e especialmente das unidades de restauração. A decisão de iniciar a cobrança de portagens nas auto-estradas (ex-Scuts) afetou muito negativamente a exploração das áreas de serviço (gasolineiras e restauração) devido à queda acentuada do tráfego e simultaneamente à alteração de hábitos de consumo. Nos últimos dois anos iniciou-se uma recuperação do tráfego, ainda que a um ritmo lento e muito diferenciado de troço para troço.

As variáveis críticas deste negócios (unidades SOL) são idênticas às das demais unidades de restauração: n.º transações e receita por transação.

A receita por transação que tinha sofrido uma quebra substancial em 2012 tem vindo a recuperar com tendência a estabilizar. A evolução do n.º de transações não tem, em algumas localizações, evoluído de forma idêntica à dos outros negócios de restauração porque está dependente de circunstâncias específicas:

- evolução do tráfego e condições alternativas nos diferentes troços;
- captação do tráfego das unidades localizadas nesses troços.

A captação parece ter vindo a ser influenciada por fatores difíceis de mensurar:

- peso das “low costs” na oferta de venda de combustíveis;
- alargamento nas lojas de conveniência das bombas da gama de restauração
- ritmo de recuperação dos hábitos de consumo de restauração nas áreas de serviço.

Com o decorrer do tempo a evolução do tráfego, em cada troço, começa a apresentar uma tendência consistente, porém a evolução da taxa de captação de clientes é, pelo exposto, uma variável que tem evoluído de forma menos consistente em função de fatores cujo impacto se tem revelado difícil de antecipar com razoável grau de segurança, já que nem sempre o comportamento do ano anterior permite perspectivar adequadamente a evolução futura

Atendendo às flutuações referidas, o cenário de partida de cada ano, que é traduzido no orçamento anual, tem sofrido ajustamentos que se têm refletido nas imparidades evidenciadas, apesar de se procurar adotar uma perspetiva realista para a projeção a muito longo prazo.

Em 2015, a análise da sensibilidade à taxa de desconto apresenta-se como segue:

Taxa de desconto	Imparidade	Imparidade adicional	Observações
5,80%	3.791.703		
6,30%	3.922.192		
6,80%	4.080.721		Valor da imparidade registada
7,30%	4.130.080	49.359	(1)
7,80%	4.224.054	143.333	(1)

(1) para uma variação da taxa de desconto da perpetuidade de 0,5% e 1% resultaria numa perda adicional de 49.000 euros e 143.000 euros, respectivamente.

Em 2015, a análise da sensibilidade à taxa de crescimento das vendas apresenta-se como segue:

Crescimento das vendas no período	Imparidade	Imparidade adicional	Observações
mais 2% que a base	2.492.664		
mais 1% que a base	3.343.331		
base: entre 2% e 6% (*)	4.080.721		imparidade registada
menos 1% que a base	4.747.327	666.606	
menos 2% que a base	5.556.998	1.476.277	

* função da localização e tendência de evolução do tráfego do ano de 2015

Em 2016, a análise da sensibilidade à taxa de desconto apresenta-se como segue:

Taxa de desconto	Imparidade	Imparidade adicional	Observações
5,70%	598.521		
6,20%	623.519		
6,70%	630.352		Valor da imparidade registada (*)
7,20%	671.682	41.330	(1)
7,70%	741.790	111.439	(1)

(1) para uma variação da taxa de desconto da perpetuidade de 0,5% e 1% resultaria numa perda adicional de 41.330 euros e 111.439 euros, respectivamente.

Em 2016, a análise da sensibilidade à taxa de crescimento das vendas apresenta-se como segue:

Crescimento das vendas no período	Imparidade	Imparidade adicional	Observações
mais 2% que a base	517.152		
mais 1% que a base	570.612		
base: entre 1% e 6% (*)	630.352		imparidade registada (*)
menos 1% que a base	804.223	173.872	
menos 2% que a base	1.033.032	402.681	

* exceptuando o montante de 187.392 eur, que resulta do adicional de dois meses da imparidade das unidades do grupo Eat Out.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os bens utilizados em regime de locação financeira são os seguintes:

	2016		2015	
	Valor Buto	A. Acumuladas	Valor Buto	A. Acumuladas
Terrenos e edifícios	12.750.801	6.443.402	4.168	104
Equipamentos	3.655.812	2.033.638	638.400	44.459
Outros activos fixos tangíveis	69.200	20.755	53.517	3.345
	16.475.814	8.497.795	696.086	47.908

A variação do exercício deve-se, fundamentalmente, à incorporação da Eat Out no perímetro de consolidação.

No exercício de 2016, foram capitalizados cerca de 126 mil euros relativos ao custo dos empréstimos para financiar o investimento em Angola, sendo o valor acumulado a 31 de Dezembro de 2016 cerca de 628 mil euros.

As amortizações do exercício Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de AFT e AI, apresentam-se conforme segue:

	<u>Activos Fixos tangíveis</u>	<u>Activos intangíveis</u>	<u>TOTAL</u>
Amortizações do exercício	14.260.493	1.579.794	15.840.287
Imparidade do exercício	817.744	-	817.744
Outros	-63.131	-	-63.131
			<u>16.594.900</u>

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS E GOODWILL

Os activos intangíveis e o goodwill decompõem-se como se segue:

	<u>Dez-16</u>	<u>Dez-15</u>
Goodwill	111.156.658	40.509.009
Activos intangíveis	<u>14.990.885</u>	<u>11.431.871</u>
	<u>126.147.543</u>	<u>51.940.880</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis e goodwill, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Goodwill	Propriedade Industrial	Outros Activos intangíveis	Activos Intangíveis em curso (1)	Total
31 de Dezembro de 2015					
Custo	42.456.266	21.231.044	5.969.250	2.487.970	72.144.530
Amortização acumulada	-	8.322.510	5.290.418	-	13.612.928
Imparidade acumulada	1.861.678	2.511.522	70.110	-	4.443.310
Valor líquido	40.594.588	10.397.012	608.722	2.487.970	54.088.293
31 de Dezembro de 2015					
Valor líquido inicial	40.594.588	10.397.012	608.722	2.487.970	54.088.293
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-
Conversão cambial	-	-77.506	-	-37.454	-114.960
Adições	-	2.242.182	109.736	442.757	2.794.675
Diminuições	-	7.075	71.086	-	78.161
Transferências	-85.579	66.401	-	-2.134.239	-2.153.417
Amortização do exercício	-	1.141.796	302.608	-	1.444.404
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	-	1.151.148	-	-	1.151.148
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-
Valor líquido final	40.509.009	10.328.070	344.764	759.034	51.940.880
31 de Dezembro de 2015					
Custo	42.370.687	23.375.701	5.918.825	759.034	72.424.247
Amortização acumulada	-	9.386.529	5.534.246	-	14.920.775
Imparidade acumulada	1.861.678	3.661.102	39.815	-	5.562.594
Valor líquido	40.509.009	10.328.070	344.764	759.034	51.940.880

	Goodwill	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em curso	Total
31 de Dezembro de 2016					
Valor líquido inicial	40.509.009	10.328.070	344.764	759.034	51.940.880
Variações do perímetro de consolidação	-	12.915.831	9.314.758	-	22.230.589
Conversão cambial	-	-94.715	-	-127.949	-222.664
Adições	70.647.649	1.914.708	54.868	132.476	72.749.701
Diminuições	-	-49.950	50.066	66.883	66.999
Transferências	-	3.150	-	-3.150	-
Amortização do exercício	-	1.291.011	288.783	-	1.579.794
Deprec. pelas variações do perímetro	-	12.108.385	6.754.442	-	18.862.827
Imparidade exercício	-	-	-	-	-
Imparid. pelas variações do perímetro	-	7.562	33.274	-	40.836
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-
Valor líquido final	111.156.658	11.710.036	2.587.825	693.528	126.148.050
31 de Dezembro de 2016					
Custo	113.018.336	37.987.818	14.894.091	693.528	166.593.773
Amortização acumulada	-	22.609.624	12.264.391	-	34.874.015
Imparidade acumulada	1.861.678	3.668.664	41.875	-	5.572.216
Valor líquido	111.156.658	11.709.530	2.587.825	693.528	126.147.543

(1) as adições do ano 2015 referem-se, essencialmente, ao alargamento do prazo do contrato de franquia celebrado com a Burger King .

A propriedade industrial inclui as concessões e os direitos territoriais do grupo.

A 31 de Dezembro de 2016, as concessões e os direitos territoriais do grupo, incluídas na rubrica Propriedade industrial, e a respectiva vida útil associada, são apresentados como segue:

Direitos Territoriais	N.º anos	Ano limite de utilização
Pans & Company	10	2021 (1)
Burger King	20	2035
Direitos de Concessão	N.º anos	Ano limite de utilização
Área Serviços da Lusoponte	33	2032
Marina Expo	28	2026
Área Serviço Repsol 2ª Circular	18	2017
Marina de Portimão	60	2061
Área de serviço A8 Torres Vedras	20	2021
Área Serviço Aeroporto	20	2021
Pizza Hut Setúbal	14	2017
Pizza Hut Foz	10	2020
Pizza Hut e Pasta Caffé Cais Gaia	20	2024
Área Serviço Modivas	28	2031
Áreas Serviço Barcelos	30	2036
Áreas Serviço Alvão	30	2036
Áreas Serviço Lousada (Felgueiras)	24	2030
Áreas Serviço Vagos	24	2030
Áreas Serviço Aveiro	24	2030
Áreas Serviço Ovar	24	2030
Áreas Serviço Gulpilhares (Vilar do Paraíso)	24	2030
Áreas Serviço Talhada (Vouzela)	25	2031
Áreas Serviço Viseu	25	2031
Áreas Serviço Matosinhos	24	2030
Áreas Serviço Maia	26	2032

(1) contrato renovado em 01 de Março 2016, com termo em 31 de Dezembro de 2021.

Com os mesmos pressupostos da taxa de desconto e crescimento enunciada na nota 8, concluiu-se da inexistência de imparidades adicionais para os activos intangíveis, para além dos montantes referidos na nota de activos fixos tangíveis.

A distribuição do Goodwill alocado aos segmentos apresenta-se como segue:

	Dez-16	Dez-15
Eat Out	70.647.649	-
Restaurantes	11.104.988	11.104.988
Counters	25.349.831	25.349.831
Concessões e Catering	3.874.469	3.874.469
Outros, eliminações e ajustamentos	179.721	179.721
	111.156.658	40.509.009

Foram efectuadas avaliações com base no valor de uso calculado com base no método de Discounted Cash Flow (DCF) e que sustentam a recuperabilidade dos valores de goodwill.

Nos testes de imparidade efectuados, com os mesmos pressupostos da taxa de desconto e crescimento enunciada na nota 8, os valores a que se chegou são sustentados pelo desempenho histórico, pelas expectativas de desenvolvimento dos mercados e pelos planos estratégicos de desenvolvimento de cada negócio.

Apesar da imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis no montante de 817.744 eur, isso não se traduziu numa imparidade ao nível das unidades geradoras de caixa a que o Goodwill está alocado.

Não foram efectuadas análises de sensibilidade para o goodwill devido ao facto dos testes de imparidade realizados revelarem que o valor recuperável é superior em mais de 20% do valor contabilístico, caso se verificasse uma alteração razoável dos pressupostos chave.

10. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

10.1. Investimentos em entidades conjuntamente controladas

	Dez-16	Dez-15
Participações em entidades conjuntamente controladas	2.417.631	2.417.891
	2.417.631	2.417.891
Perdas de imparidade acumuladas	-	-
	2.417.631	2.417.891

Investimento referente ao empreendimento conjunto UQ Consult (Nota 5), cujo detalhe é o seguinte:

	Dez-16	Dez-15
Goodwill (1)	2.168.982	2.168.982
Capital Próprio (2)	248.649	248.909
	2.417.631	2.417.891

(1) foi efectuado teste de imparidade da participação na UQ Consult, SA dado existir indícios de imparidade, conforme segue:

Goodwill	2.168.982
Outros activos líquidos	248.649
Total	2.417.631
Valor recuperável	2.999.691

Com a taxa de desconto utilizada de 7,4%, concluiu-se da inexistência de imparidade.

Dado que o valor recuperável é superior ao valor contabilístico em mais de 20%, não efectuada análise de sensibilidade.

(2) a reconciliação do capital próprio e resultado líquido do empreendimento conjunto UQ Consult, apresenta-se como segue:

	Dez-16	Dez-15
Capital próprio	497.297	497.819
	50%	50%
	248.649	248.913
Resultado líquido	-521	-61.924
	50%	50%
	-261	-30.963

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e a Demonstração de Fluxos de Caixa do empreendimento conjunto UQ Consult, incluído no grupo Ibersol, pelo método de equivalência patrimonial, apresenta-se como segue:

Balanço	Dez-16	Dez-15
Activos fixos tangíveis e intangíveis	498.954	637.820
Dívidas de terceiros	965.383	875.158
Caixa e depósitos bancários	54.520	76.278
Acréscimos e diferimentos	192.433	163.980
Total do activo	1.711.290	1.753.236
Capital Próprio	497.297	497.819
Dívidas a terceiros médio e longo prazo	127.719	127.811
Dívidas a terceiros curto prazo	929.922	858.310
Acréscimos e diferimentos	156.352	269.296
Total do passivo	1.213.993	1.255.417
Total do capital próprio e passivo	1.711.290	1.753.236

Demonstração de Resultados	Dez-16	Dez-15
Proveitos operacionais	2.704.418	2.445.317
Custos operacionais	-2.638.189	-2.459.029
Custo de financiamento líquido	-28.230	-29.678
Resultado antes impostos	37.999	-43.390
Imposto sobre o rendimento	-38.520	-18.534
Resultado líquido	-521	-61.924

Demonstração de Fluxos de Caixa	2016	2015
Fluxo das actividades operacionais	129.369	154.519
Fluxo das actividades de investimento	-330.613	-38.155
Fluxo das actividades de financiamento	99.487	-109.258
Variação de caixa e seus equivalentes	-101.757	7.106

As operações entre o empreendimento conjunto e o grupo Ibersol foram efectuadas a preços de mercado.

10.2. Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda dizem respeito a participações financeiras (inferiores a 20%) em entidades não cotadas.

	Dez-16	Dez-15
Activos financeiros disponíveis para venda	440.541	402.591
	440.541	402.591
Perdas de imparidade acumuladas	-	-
	440.541	402.591

11. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

O montante de activos financeiros, refere-se à aquisição de Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, reajustáveis em conformidade com a variação da taxa de câmbio, de referência do Banco Nacional de Angola para a compra de Dólares dos Estados Unidos da América, com taxas de juro do cupão predefinidas por maturidade, conforme segue:

11.1. Não Corrente

	Dez-16	Dez-15
Obrigações de tesouro	10.438.768	7.098.836
	10.438.768	7.098.836

Emissão	22-01-2016	16-02-2016	17-03-2016	11-04-2016	11-04-2016
Vencimento	16-09-2022	19-02-2019	15-03-2021	16-12-2019	13-02-2020
Câmbio BNA	154,84	157,092	158,155	162,082	162,082
Quantidade	975	1.659	857	777	812
Valor a 31/12/2016	891.844 €	1.755.575 €	961.709 €	804.129 €	837.667 €
Rentabilidade anual bruta	5%	5%	7,75%	5%	5%
Emissão	24-05-2016	10-06-2016	12-07-2016	09-08-2016	27-09-2016
Vencimento	17-05-2018	07-06-2018	12-07-2018	09-08-2018	27-09-2018
Câmbio BNA	165,057	165,059	165,061	165,063	165,067
Quantidade	1135	1400	608	830	650
Valor a 31/12/2016	1.273.676 €	1.571.054 €	682.286 €	931.410 €	729.418 €
Rentabilidade anual bruta	7%	7%	7%	7%	7%

11.2. Corrente

	<u>Dez-16</u>	<u>Dez-15</u>
Obrigações de tesouro	7.041.574	-
	<u>7.041.574</u>	<u>-</u>

Emissão	04-11-2015	24-11-2015	02-12-2015	25-05-2016	25-05-2016
Vencimento	27-10-2017	01-12-2017	24-11-2017	17-11-2017	15-12-2017
Câmbio BNA	134,634	134,642	134,638	165,058	165,058
Quantidade	2.073	2.070	2.073	47	12
Preço compra	2.326.169 €	2.322.915 €	2.326.281 €	52.743 €	13.466 €
Rentabilidade anual bruta	7%	7%	7%	7%	7%

12. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

A decomposição dos outros activos não correntes apresenta-se como segue:

	<u>Dez-16</u>	<u>Dez-15</u>
Outros devedores:		
Depósitos e cauções (1)	5.933.467	693.974
Créditos concedidos a terceiros (2)	641.326	849.364
Outros activos não correntes	<u>6.574.793</u>	<u>1.543.338</u>
Perdas de imparidade acumuladas	-	134.342
	<u>6.574.793</u>	<u>1.408.996</u>

(1) este saldo é maioritariamente constituído por depósitos e cauções constituídos em Espanha, resultantes de contratos de arrendamento.

(2) dívidas resultantes do financiamento concedido a um franquiado, na filial Vidisco, com o qual existe um acordo de pagamento.

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados à dívida deste franquiado, por arrendamento financeiro e empréstimo, em 31 de Dezembro 2016, detalham-se como segue:

	FC 2018	FC 2019	FC 2020	FC 2021	FC 2022/24	FC 2025
Empréstimo	29.475	31.371	33.388	35.536	110.587	8.762
Arrendamento financeiro	44.763	56.308	55.462	59.030	176.645	-

Não existe histórico de não pagamento do franquiado da Vidisco, ao qual é atribuído uma classificação de "cumprimento com dificuldades", dado o prazo de pagamento ser superior a 60 dias e de ter existido uma renegociação das condições de pagamento em 2014.

13. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o detalhe das existências do grupo era o seguinte:

	Dez-16	Dez-15
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11.422.624	7.602.010
Mercadorias	199.568	184.042
	11.622.192	7.786.052
Perdas de imparidade acumuladas	74.981	74.981
Existências líquidas	11.547.211	7.711.071

O aumento do valor das existências resulta, essencialmente, da necessidade de aumentar a quantidade de produtos para abastecer os restaurantes em Angola e da entrada do grupo Eat Out (Nota 5).

14. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	Dez-16	Dez-15
Numerário	2.556.736	694.890
Depósitos bancários	37.031.296	13.775.286
Aplicações de tesouraria	500	906
Caixa e depósitos bancários no balanço	39.588.532	14.471.082
Descobertos bancários	-1.805.643	-45.875
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa (1)	37.782.889	14.425.207

(1) não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes indisponíveis para uso do grupo Ibersol. Deste montante 7.692.042 eur estão depositados em Angola existindo restrições ao seu uso fora do país, nomeadamente autorização do BNA e acesso à compra de divisas.

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários (Nota 17).

O montante de outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional na demonstração consolidada de fluxos de caixa, inclui, essencialmente, pagamentos à Segurança Social, IVA e relacionados com outros devedores e credores.

15. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é o seguinte:

	Dez-16	Dez-15
Clientes (1)	11.933.322	3.688.266
Estado e outros entes públicos (2)	1.542.489	203.710
Outros devedores (3)	5.206.424	4.876.466
Adiantamentos a fornecedores c/c	236.513	-
Adiantamentos a fornecedores imobilizado	2.900.000	94.089
Acréscimos de proveitos (4)	6.677.919	1.591.708
Custos diferidos (5)	2.841.775	1.781.688
Outros activos correntes	31.338.442	12.235.927
 Perdas de imparidade acumuladas	 2.753.877	 1.442.527
	28.584.565	10.793.400

(1) Saldos decorrentes, essencialmente, da actividade de Catering e Franquias desenvolvida pelo grupo Ibersol no montante, respetivamente, de cerca de 3 milhões eur e 8,5 milhões de eur .

(2) Saldo decorrente, essencialmente, dos valores de IVA a recuperar (1.538.802 euros em 2016).

(3) Saldo diz respeito, fundamentalmente, a vales de refeição (entregues pelos clientes), adiantamentos diversos, saldos devedores de fornecedores c/c, débitos a fornecedores, pela recuperação de encargos e pelas participações de marketing e rappel. Adicionalmente, em 2015, inclui o valor reclassificado de activos intangíveis em curso (Nota 9), no montante de 2.071.479 eur correspondente aos valores pagos pelas concessões cujas aberturas não se verificaram e que foram devolvidos em 2016.

(4) Detalhe da rubrica acréscimos de proveitos:

	Dez-16	Dez-15
Juros a receber	316.740	129.080
Contratos com fornecedores	5.391.744	1.089.404
Reembolso Ascendi	415.595	-
Outros	553.840	373.224
	6.677.919	1.591.708

(5) Detalhe da rubrica custos diferidos:

	Dez-16	Dez-15
Rendas e condomínios	1.332.440	1.112.940
Fornecimento e serviços externos	260.517	249.786
Encargos com matérias primas	80.449	121.209
Comissões de financiamento	394.311	-
Outros	774.059	297.753
	2.841.775	1.781.688

As dívidas de Terceiros podem ser decompostas da seguinte forma em termos de imparidade:

	Dez-16		Dez-15	
	c/ Imparidade	s/ Imparidade	c/ Imparidade	s/ Imparidade
Clientes c/c	2.506.302	9.427.020	1.023.033	2.665.233
Outros devedores	247.575	4.958.849	419.493	4.456.973
	2.753.877	14.385.869	1.442.527	7.122.205

No que diz respeito às dívidas sem imparidade a sua antiguidade apresenta-se como segue:

	Dez-16	Dez-15
dívida não vencida	5.787.739	3.131.152
dívida vencida:		
há menos de 1 mês	1.664.297	952.865
entre um e três meses	3.429.685	742.384
há mais de três meses	3.504.148	2.295.803
	14.385.869	7.122.205

A principal actividade do Grupo é realizada com vendas pagas a dinheiro ou cartão de débito ou crédito (Nota 3.b), não sendo a mensuração da qualidade de crédito dos ativos não vencidos, nem em imparidade, relevante.

No catering, geralmente os clientes pagam por adiantamento, na contratação do evento. O montante de outros clientes corresponde essencialmente a companhias aéreas das concessões do aeroporto de Lisboa e ao contrato de prestação de serviços de catering a um concedente. E em Outros devedores, o saldo é constituído fundamentalmente por saldos devedores de fornecedores c/c, débitos a fornecedores pela recuperação de encargos e pelas participações de marketing e rappel e que não apresentam risco em virtude de estarem cobertos por créditos sobre os mesmos fornecedores.

Assim sendo, a 31 de Dezembro de 2016 as contas a receber, sem valores não vencidos e sem imparidade, apresenta-se como segue:

	montante	Histórico incumprimento
Clientes c/c franqueados	247.392	c/ histórico de incumprimento
Clientes c/c franqueados	4.289.251	s/ histórico de incumprimento
Clientes c/c catering	457.285	s/ histórico de incumprimento
Outros clientes c/c	53.813	s/ histórico de incumprimento
Outros clientes c/c	3.953	c/ histórico de incumprimento
Outros devedores c/c	73.695	c/ histórico de incumprimento
Outros devedores c/c	662.349	
	5.787.739	

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2016 e de 2015 na rubrica perdas de imparidade das dívidas de terceiros foram os seguintes:

	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016					Saldo final
	Saldo inicial	Variação do perímetro	Anulação	Imparidade do ano (Nota 26)	Reversão imparidade (Nota 26)	
Clientes c/c	1.023.033	2.038.061	-432.209	33.885	-156.468	2.506.302
Outros devedores corrente	419.494	-15.155	-156.764	-	-	247.575
Outros devedores não corrente(Nota 12)	134.342	-	-134.342	-	-	-
	1.576.869	2.022.906	-723.315	33.885	-156.468	2.753.876

16. CAPITAL PRÓPRIO

16.1. Capital Social

Em 29 de Abril de 2016, o grupo realizou um aumento de capital, por incorporação de reserva legal no montante de 4.000.000 eur, determinando-se a criação de 4.000.000 de novas acções, distribuídas gratuitamente aos accionistas na proporção de uma nova acção por cada grupo de 5 acções já detidas.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o capital social da Ibersol, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por, respetivamente, 24.000.000 e 20.000.000 acções ao portador com o valor nominal de 1 euro cada.

16.2. Acções próprias

Com o aumento de capital a Ibersol aumenta o número de acções próprias em 399.980, adicionalmente vendeu 100 acções e adquiriu 25 no ano de 2015. No exercício de 2015 a empresa não efectuou qualquer transacção com acções próprias.

As acções estão subordinadas ao regime fixado para as acções próprias que determina que os respectivos direitos de voto e patrimoniais estão suspensos enquanto se mantiverem na titularidade do grupo, sem prejuízo de poderem ser objecto de venda.

No final do ano a sociedade detinha 2.399.905 acções próprias adquiridas por 11.179.347 euros.

16.3. Outras reservas e resultados transitados

O montante de reservas indisponíveis do grupo, ascende a 11.179.347 e dizem respeito às acções próprias detidas pelo grupo (11.179.347 euros).

Os valores a distribuir aos accionistas são apurados, com base nas contas individuais da sociedade, as quais apresentam disponível o montante de 131.370.831 euros.

Não existem limitações à capacidade da Ibersol de aceder ou usar ativos e liquidar passivos do grupo, para além das que eventualmente resultem da lei.

16.4. Interesses que não controlam

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os interesses que não controlam detalham-se como segue:

	%		Dez-16	Dez-15
	Dez-16	Dez-15		
Ibersande	0%	20%	-	4.905.211
IBR Imobiliária, S.A.	0%	2%	-	244.783
Gravos 2012	0%	2%	-	16.548
Restmon	39%	39%	-33.038	-26.307
Dehesa	50%	-	384.175	-
Outros			-17.738	-18.548
			333.399	5.121.687

Os movimentos do ano 2016 e 2015 nos interesses que não controlam decompõe-se como segue:

	2016	2015
A 1 de Janeiro	5.121.687	4.976.886
Aumentos (1)	916.408	144.800
Reduções (2)	-5.704.696	-
A 31 de Dezembro	333.400	5.121.686

- (1) os movimentos no ano 2016 dizem respeito aos resultados do ano dos interesses que não controlam (47.569 eur), e do efeito em minoritários da compra do grupo Eat Out (868.839 eur), conforme nota 5.2.1. O movimento no ano 2015 diz respeito aos resultados do ano dos interesses que não controlam

- (2) diminuição em 2016 resultante da distribuição de dividendos por minoritários (4.337.233 eur), da compra de 10% da subsidiária IBR Imobiliária, S.A. aos interesses que não controlam (260.522 eur) e da incorporação dos 20% da Ibersande no grupo, pela aquisição do grupo Eat Out, conforme nota 5.2.1.

A 31 de Dezembro de 2016 o Balanço, a Demonstração dos Resultados e a Demonstração de Fluxos de Caixa da Dehesa, integrada no grupo Ibersol, apresenta-se como segue:

Balanço	dez-16
Activos não correntes	943.835
Activos correntes	1.717.682
Total do activo	2.661.517
Capital Próprio (1)	768.349
Passivos não correntes	0
Passivos correntes	1.893.168
Total do passivo	1.893.168
Total do capital próprio e passivo	2.661.517

Demonstração de Resultados	dez-16
Proveitos operacionais	540.687
Custos operacionais	-400.935
Custo de financiamento líquido	-1.379
Resultado antes impostos	138.373
Imposto sobre o rendimento	-29.775
Resultado líquido (1)	108.598

Demonstração de Fluxos de Caixa	2016
Fluxo das actividades operacionais	176.397
Fluxo das actividades de investimento	-168.120
Fluxo das actividades de financiamento	-540.410
Variação de caixa e seus equivalentes	-532.133

(1) A reconciliação do capital próprio e resultado líquido do interesse não controlado Dehesa, apresenta-se como segue:

	dez-16
Capital próprio	768.349
	50%
	384.175
Resultado líquido	108.598
	50%
	54.299

17. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os empréstimos correntes e não correntes tinham o seguinte detalhe:

Não corrente	Dez-16	Dez-15
Empréstimos bancários	36.240.663	16.572.686
Papel Comercial	90.500.000	8.250.000
Locação Financeira	3.717.050	487.088
	130.457.712	25.309.774

Corrente	Dez-16	Dez-15
Descobertos bancários	1.805.643	45.875
Empréstimos bancários	25.456.275	6.677.673
Papel Comercial	7.250.000	11.250.000
Locação Financeira	1.822.031	151.981
	36.333.949	18.125.529

Total empréstimos	166.791.662	43.435.303
--------------------------	--------------------	-------------------

Taxa de juro média	3,5%	4,3%
---------------------------	-------------	-------------

O justo valor dos empréstimos correntes e não correntes não difere significativamente do valor contabilístico.

A maturidade dos empréstimos bancários e papel comercial, não correntes, é a seguinte:

	Dez-16	Dez-15
entre 1 e 2 anos	32.323.409	12.277.387
entre 2 e 5 anos	94.287.504	12.427.096
> 5 anos	129.749	118.203
	126.740.662	24.822.686

Para os Programas de Papel Comercial quando existe data de denúncia consideramos o reembolso integral nessa data, independentemente dos prazos pelos quais estão contratados.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 o total dos empréstimos em dívida na moeda funcional em que foram contraídos, decompõem-se como segue:

	Dez-16	Dez-15
EUR	142.862.965	29.089.215
USD	1.500.000	2.000.000
AOA	2.931.708.333	1.747.708.332

O Grupo a 31 de Dezembro de 2016 tinha 22,3 milhões de euros relativos a papel comercial não emitido e linhas de crédito contratadas mas não utilizadas.

Os empréstimos com maturidades longas contratadas no âmbito da aquisição da Eat Out Group incluem cláusulas com os seguintes covenants financeiros:

Covenants Financeiros	ESPANHA (Sociedade)	PORTUGAL (Consolidado)
Divida/EBITDA	2,5x até 1,5x <i>de 2017 a 2021</i> <i>c/reduções de 0,25/ano</i>	3,5x ou 4,5x
EBITDA/Custos Financ.	5x	-
Capital Próprio/Activo	-	30%

Os Passivos de Locações Financeiras podem ser apresentados da seguinte forma:

	Dez-16	Dez-15
Capital em dívida:		
Até 1 ano	1.822.031	151.981
Mais de 1 ano e até 5 anos	3.717.050	487.088
	<u>5.539.081</u>	<u>639.069</u>

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados a estes passivos em 31 de Dezembro 2016 detalham-se como segue:

	FC 2017	FC 2018	FC 2019	FC 2020	FC 2021	FC 2022/28
Empréstimos bancários	25.456.275	8.573.409	8.606.109	5.364.934	5.400.988	8.295.222
Papel comercial	7.250.000	23.750.000	18.750.000	15.000.000	15.000.000	18.000.000
Locação financeira	1.822.031	1.388.010	1.359.166	714.151	255.724	-
Juros	4.691.240	3.146.246	2.232.301	1.425.487	875.253	381.498

18. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

18.1. Imposto corrente

18.1.1 Imposto s/ o rendimento a recuperar

Em 31 de Dezembro de 2016 o montante de imposto s/ o rendimento a recuperar no montante de 2.332.391 (144.108 euros em 2015), apresenta-se conforme segue:

	Dez-16	Dez-15
Grupo Eat Out	2.246.990	-
Grupo Inverpeninsular (1)	77.883	-
Outras retenções na fonte	-	141.588
IRC (Restmon)	7.518	2.519
	<u>2.332.391</u>	<u>144.108</u>

(1) grupo fiscal de subsidiárias com sede em Espanha.

18.1.2 Imposto s/ o rendimento a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o montante de imposto a pagar decompõem-se como segue:

	Dez-16	Dez-15
RETGS (1)	1.541.182	1.099.991
Grupo Inverpeninsular (2)	-	217.498
Ibersol Angola	618.265	72.141
Dehesa	189.328	-
Outras (3)	878	913
	2.349.654	1.390.543

(1) montantes detalham-se conforme segue:

	2016	2015
Pagamento especial por conta	-31.896	-101.355
Pagamento por conta	-2.498.358	-1.652.622
Retenções	-653.430	-
Estimativa de IRC - empresa-mãe	198.720	24.154
Estimativa de IRC - Grupo Fiscal (RETGS)	4.526.147	2.829.814
Total	1.541.182	1.099.991

(2) grupo fiscal de subsidiárias com sede em Espanha;

(3) por exclusão do RETGS, IRC a pagar da subsidiária Iberusa ACE.

18.2. Imposto diferido

Os movimentos ocorridos no período nas rubricas de impostos diferidos são:

	Activo	Passivo	Impacto em Resultados (Nota 28)
Saldo Inicial	3.294.546	10.046.125	
Diferenças temporárias no exercício	-600.095	-473.053	
Variação perímetro consolidação	5.941.376	614.860	
Reversão de impostos diferidos	-67.474	-	
Alteração taxa imposto no exercício (Espanha)	-13.167	-	
Saldo final	8.555.186	10.187.932	-207.683

18.2.1 Impostos diferidos activos

O detalhe dos impostos diferidos activos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte

Impostos diferidos activos	Dez-16	Dez-15
Prejuízos fiscais reportáveis	1.359.554	122.890
Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis	4.520.447	3.019.368
Outras diferenças temporárias (1)	2.675.185	152.288
	8.555.186	3.294.546

(1) montante referente, essencialmente, ao valor da mais valia gerada na venda de uma participada em 2015, e outras diferenças temporárias, pelo grupo grupo Eat Out.

O Grupo não reconheceu, por razões de prudência, impostos diferidos activos no valor de 56.856 euros referentes a prejuízos fiscais de 262.328 euros que podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros.

Os prejuízos fiscais reportáveis, e respectivos impostos diferidos activos, por jurisdição são:

Ano limite de utilização	2017	2018	2021	2026	2027	s/ limite	Total
Ano de origem	2012	2013	2016	2014	2015		
<u>Portugal</u>							
com imposto diferido associado (21%)							-
sem imposto diferido associado	84.121	66.878	16.546	28.523	22.080		218.148
<u>Espanha</u>							
com imposto diferido associado (25%)						5.438.217	5.438.217
sem imposto diferido associado	84.121	66.878	16.546	28.523	22.080	5.438.217	5.656.365
<u>Imposto diferido ativo</u>							
Portugal							-
Espanha						1.359.554	1.359.554
						1.359.554	1.359.554

A 31 de Dezembro de 2016 existem 7.483 euros de benefícios fiscais (CFEI) para utilizar em exercícios seguintes, até 2018, data limite para a sua utilização.

As taxas de imposto das jurisdições em que o Grupo se encontra presente são:

Portugal	21%
Espanha	25%
Angola	30%

Por não se verificarem ou não serem significativas, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos referentes a:

- utilização de ativo por impostos diferidos dependentes de lucros tributáveis futuros superiores a lucros provenientes da reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes;
- entidade sofreu um prejuízo fiscal, quer no período corrente quer no período precedente, na jurisdição fiscal com a qual se relaciona o ativo por impostos diferidos.

18.2.2 Impostos diferidos passivos

O detalhe dos impostos diferidos passivos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

Impostos diferidos passivos	Dez-16	Dez-15
Homogeneização de amortizações (1)	8.204.190	9.159.985
Diferenças temporárias tributáveis Espanha (2)	1.653.385	718.378
Outras diferenças temporárias	330.357	167.762
	10.187.932	10.046.125

- impostos diferidos por homogeneização de amortizações correspondem ao diferencial de amortizações, entre as contas individuais e consolidadas que até 2010 eram elaboradas com critérios diferentes. Este valor reduzir-se-á ao longo dos anos.
- dizem respeito, essencialmente aos resultados do ano da central de compras Vidisco UTE, cuja incorporação nas suas participadas é efectuada com o diferimento de um ano, dando cumprimento ao normativo em vigor em Espanha.

19. PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o detalhe das provisões apresenta-se como segue:

	<u>Dez-16</u>	<u>Dez-15</u>
Litígios judiciais	5.257	5.257
Impostos (1)	2.028.871	828.705
Indemnizações (2)	1.350.000	-
Outros	28.000	28.000
Provisões	<u>3.412.128</u>	<u>861.962</u>

- (1) provisão referente a benefícios fiscais decorrente do cálculo do IRC do exercício de 2014 e 2015, respetivamente, em fase de confirmação da respetiva concretização.
- (2) provisão de 350.000 referente ao processo dos trabalhadores do antigo concessionário do Aeroporto da Madeira e de 1.000.000 referente a investimentos contratuais não efetuados nos Aeroportos operados pela EOG e que podem vir a ser reclamados pela Concessionária a título de indemnização.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o detalhe dos instrumentos financeiros derivados apresenta-se como segue:

	<u>Dez-16</u>	<u>Dez-15</u>
Swap	114.935	181.602
Instrumentos financeiros derivados	<u>114.935</u>	<u>181.602</u>

Em 2012 a filial Asurebi contratou um derivado de cobertura para um Swap de taxa de juro com o objectivo de cobertura do risco de fluxos de caixa futuros. Em 2014, tendo sido alteradas as condições do financiamento a que está associado o swap foi ajustado ficando nas seguintes condições:

- Data início : 5 Setembro de 2015
- Data de vencimento: 15 Julho de 2019
- Taxa de juro fixa : 0,78%
- Taxa de juro variável: Euribor 1M
- Montante: 10 milhões de euros, a reduzir conforme plano de reembolso da dívida associada.

O referido derivado insere-se na categoria do nível 2, sendo a técnica de avaliação baseada numa abordagem de mercado (MTM).

A variação do justo valor do derivado encontra-se reflectida em resultado do exercício (66.666 euros, Nota 27) em virtude desta operação não ter sido registada nos termos da contabilidade de cobertura.

21. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	<u>Dez-16</u>	<u>Dez-15</u>
Outros credores (1)	208.040	239.713
Fornecedores de imobilizado	-	-
Outros passivos não correntes	<u>208.040</u>	<u>239.713</u>

- (1) inclui um valor de 197.128 euros, referente à dívida pela compra da subsidiária Vidisco, S.L..

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados a estes passivos em 31 de Dezembro 2016 detalham-se como segue:

	FC 2017	FC 2018	FC 2019	FC 2020	FC 2021	FC 2022/2023
Outros credores	39.760	28.848	28.848	28.848	28.848	52.888
Fornecedores de imobilizado	-	-	-	-	-	-

22. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

A decomposição das contas a pagar e acréscimos de custos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, apresenta-se como segue:

	<u>Dez-16</u>	<u>Dez-15</u>
Fornecedores c/c	31.059.882	18.294.882
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	5.662.335	2.503.411
Fornecedores de imobilizado c/c	15.521.698	11.033.651
Total contas a pagar a fornecedores	<u>52.243.915</u>	<u>31.831.944</u>
	<u>Dez-16</u>	<u>Dez-15</u>
Acréscimos de custos - Seguros a liquidar	127.157	74.294
Acréscimos de custos - Remunerações a liquidar	6.108.273	4.712.230
Acréscimos de custos - Prémios	1.986.314	927.286
Acréscimos de custos - Juros a liquidar	384.271	148.443
Acréscimos de custos - Fornec.Serviços Externos	7.437.232	3.076.374
Acréscimos de custos - Outros	1.017.591	627.597
Total acréscimos de custos	<u>17.060.838</u>	<u>9.566.224</u>
Total contas a pagar a fornec. e acréscimos de custos	<u>69.304.753</u>	<u>41.398.168</u>

23. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E IMPOSTO S/ RENDIMENTO A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

	<u>Dez-16</u>	<u>Dez-15</u>
Outros credores (1)	10.933.132	1.986.777
Estado e outros entes públicos (2)	7.035.937	6.020.854
Proveitos diferidos (3)	657.354	709.493
Outros passivos correntes	<u>18.626.423</u>	<u>8.717.124</u>

(1) montante diz fundamentalmente respeito a serviços prestados por terceiros e à dívida à Aena, relativa à concessão do Aeroporto de Barcelona, e contas a pagar ao pessoal.

(2) saldo decorrente, essencialmente, dos valores de IVA a pagar (2.562.493 euros) e Segurança Social (3.022.622 euros).

(3) Na rubrica Proveitos Diferidos estão incluídos os seguintes valores:

	<u>Dez-16</u>	<u>Dez-15</u>
Contratos com fornecedores (1)	325.633	547.603
Direitos de franquias	5.211	9.811
Subsidio para investimento	318.441	144.610
Outros	8.069	7.469
	<u>657.354</u>	<u>709.493</u>

(1) O valor dos contratos com fornecedores corresponde a receitas obtidas dos fornecedores até 31 de Dezembro e respeitantes a períodos seguintes.

24. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços Externos em 2016 e 2015 podem ser decompostos como segue:

	2016	2015
Electricidade, água, combustíveis e outros fluídos	10.399.741	9.360.805
Rendas e alugueres	26.408.792	18.365.141
Condomínios	3.873.759	3.691.778
Comunicação	596.727	448.419
Seguros	544.080	421.776
Ferramentas e utensílios desgaste rápido e mat.escritório	1.516.094	1.275.435
Royalties	10.755.451	8.661.029
Deslocações e estadas e transporte mercadorias	1.917.857	1.341.904
Honorários	1.045.655	1.474.513
Conservação e reparação	5.752.461	4.541.013
Publicidade e propaganda	9.236.340	8.194.284
Limpeza, higiene e conforto	2.540.421	2.048.343
Trabalhos especializados	6.797.765	4.389.196
Outros FSE's	2.494.539	1.947.575
	83.879.682	66.161.210

O aumento destes custos está essencialmente associado ao aumento da atividade. O aumento do preço da energia e um maior esforço de campanhas de marketing justificam os incrementos adicionais das rubricas “Eletricidade, água, combustíveis e outros fluídos” e “Publicidade e propaganda”. O aumento das rendas decorre, essencialmente, da abertura das novas unidades.

25. CUSTOS COM PESSOAL

Os Custos com o Pessoal em 2016 e 2015 podem ser decompostos como segue:

	2016	2015
Salários e ordenados	60.823.862	49.390.502
Contribuições para a Segurança Social	15.072.140	11.610.747
Seguros de acidentes de trabalho	554.241	538.865
Custos acção social	8.523	7.932
Alimentação pessoal	2.902.329	2.353.961
Outros custos com pessoal (1)	607.026	576.367
	79.968.121	64.478.374
N.º medio de empregados	6.609	5.624

(1) outros custos com pessoal englobam, nomeadamente, indemnizações, recrutamento e formação do pessoal e medicina no trabalho.

26. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Em Outros Custos Operacionais estão incluídos os seguintes custos:

Outros Custos Operacionais	2016	2015
Impostos directos/indirectos não afectos à actividade operacional	1.300.700	635.363
Perdas em imobilizado	1.167.528	497.424
Diferenças cambio	383.510	-
Quotizações	35.390	31.601
Ajustamentos de imparidade (de dívidas a receber)	33.885	116.279
Donativos	63.242	35.693
Ofertas e amostras inventário	34.287	37.329
Indemnizações	350.000	21.537
Outros custos operacionais	50.375	8.144
	3.418.918	1.383.370

Por sua vez, a decomposição de Outros Proveitos Operacionais em 2016 e 2015 apresenta-se como segue:

Outros Proveitos Operacionais	2016	2015
Proveitos suplementares (1)	6.292.268	1.962.398
Indemnizações (2)	2.397.758	-
Subsídios à exploração	154.367	155.530
Ajustamentos de imparidade (de dívidas a receber)	156.468	70.532
Subsídios para investimento	79.507	34.317
Ganhos em imobilizado	1.752	250
Outros ganhos operacionais	7.850	8.747
	9.089.970	2.231.774

(1) decorrem essencialmente de receitas relativas a contratos com fornecedores e de serviços prestados a terceiros, de consultoria, no montante de 951 mil euros que têm um carácter não recorrente.

(2) em virtude da formalização do acordo celebrado com a Ascendi foram registados proveitos não recorrentes de 2.397.758 eur em proveitos operacionais que correspondem a uma compensação pela perda de tráfego com a cobrança de portagens nas ex-scuts.

27. CUSTO DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

Nesta rubrica incluem-se em 2016 e 2015 os seguintes custos:

	2016	2015
Juros suportados	2.786.616	1.261.542
Juros obtidos (1)	-2.554.156	-72.663
Diferenças de câmbio (2)	-95.540	2.366.406
Descontos de pronto pagamento obtidos	-10.625	-9.321
Outros custos e proveitos financeiros	1.069.130	733.787
	1.195.425	4.279.751

(1) em 2016, montante referente essencialmente:

a) a juros de compensação da Aenor. Foi acordado não instalar as Áreas de Serviço de Guimarães, Fafe e Paredes tendo sido devolvidos os respetivos direitos de concessão que originou o recebimento dos juros contratuais no montante de 1.570.323 eur;

b) juros de obrigações do tesouro.

(2) em 2015, a desvalorização do AKZ face às principais moedas, com especial destaque para o USD, originou diferenças de cambio desfavoráveis potenciais em Angola pela atualização dos ativos e passivos

em moeda estrangeira. Em 2016, essa actualização cambial foi reconhecida em outros custos operacionais (cerca de 0,4 milhões de euros).

O detalhe de outros custos e proveitos financeiros, apresenta-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviços bancários	790.990	313.533
Derivados (Nota 20)	-66.666	-35.418
Comissões PPC	325.608	238.408
Outras comissões (1)	96.830	218.320
Outros custos e proveitos financeiros	<u>-77.632</u>	<u>-1.056</u>
	<u>1.069.130</u>	<u>733.787</u>

(1) montante referente, essencialmente, a comissões bancárias de garantias e de organização de financiamentos da subsidiária Ibersol Angola.

28. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são detalhados como segue:

	<u>Dez-16</u>	<u>Dez-15</u>
Imposto corrente (1)	5.675.703	3.704.062
Imposto diferido (Nota 18)	<u>207.683</u>	<u>-419.846</u>
	<u>5.883.386</u>	<u>3.284.216</u>

(1) inclui provisão de imposto no montante de 1.200.166 eur (Nota 19) e excesso de estimativa de imposto no montante de 1.254.493 eur.

O imposto sobre o lucro do Grupo antes de impostos difere do montante teórico que resultaria da aplicação ao lucro consolidado da taxa média ponderada de impostos sobre lucros como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucros antes de impostos	<u>29.318.426</u>	<u>14.011.282</u>
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal (22,5%)	6.596.646	3.152.538
Efeito fiscal gerado por:		
Alteração taxa imposto - efeito impostos diferidos	-	-81.492
Efeito Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI)	-20.365	-249.182
Outros Benefícios fiscais (grupo Eat Out e RETGS)	-1.215.057	-
Tributação autónoma	136.934	123.870
Derrama estadual	275.580	130.622
Desreconhecimento de impostos diferidos	8.237	116.534
Outros efeitos	101.411	91.325
Gastos de Imposto sobre o Rendimento	<u>5.883.386</u>	<u>3.284.216</u>

A taxa efectiva de impostos sobre lucros foi de 20% em 2016, sendo inferior à taxa nominal devido, essencialmente, aos benefícios fiscais obtidos. Em 2015, a taxa efectiva de imposto foi de 23%.

29. RESULTADO POR ACÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o resultado básico e diluído por acção foi calculado como segue:

	Dez-16	Dez-15
Lucro atribuível aos detentores do capital	23.387.471	10.582.266
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas	22.098.361	20.000.000
Número médio ponderado de acções próprias	-2.055.703	-2.000.000
	20.042.658	18.000.000
Resultado básico por acção (€ por acção)	1,17	0,59
Resultado diluído por acção (€ por acção)	1,17	0,59
Número acções próprias no final do período	2.399.905	2.000.000

Dado não haver direitos de voto potenciais, o resultado básico por acção é igual ao resultado diluído por acção.

30. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os activos e passivos financeiros detalham-se como segue:

Activos Financeiros	Categoria	Valor Contabilístico		Método Valorização
		Ano 2016	Ano 2015	
Outros activos não correntes	empréstimos e contas a receber	6.574.793	1.408.996	custo amortizado
Outros activos financeiros	empréstimos e contas a receber	17.480.341	7.098.836	custo amortizado
Activos financeiros disponíveis p/ venda	disponível para venda	440.541	402.591	custo
Caixa e equivalentes de caixa	empréstimos e contas a receber	39.588.532	14.471.082	custo amortizado
Clientes	empréstimos e contas a receber	11.933.322	3.688.266	custo amortizado
Outros devedores	empréstimos e contas a receber	5.206.424	4.876.466	custo amortizado
		81.223.953	31.946.237	

Passivos Financeiros	Categoria	Valor Contabilístico		Método Valorização
		Ano 2016	Ano 2015	
Empréstimos	outros passivos	161.252.580	42.796.234	custo amortizado
Locação financeira	outros passivos	5.539.081	639.069	custo amortizado
Fornecedores	outros passivos	52.243.915	31.831.944	custo amortizado
Acréscimos de custos	outros passivos	8.966.251	3.926.708	custo amortizado
Outros credores	outros passivos	11.141.172	2.226.490	custo amortizado
		239.143.000	81.420.445	

Apenas os Activos Financeiros (Clientes e Outros Devedores) apresentam perdas de imparidade, conforme evidenciado na Nota 15. Os ganhos e perdas em activos e passivos financeiros em 2016 e 2015 foram os seguintes:

	Ganho/ (Perda)	
	Dez-16	Dez-15
Contas a receber	122.583	-31.789
Activos disponíveis para venda	-	-
Activos a custo amortizado	-	-
	122.583	-31.789

Os juros de activos e passivos financeiros em 2016 e 2015 foram os seguintes:

	Juros	
	Dez-16	Dez-15
Contas a receber	-	-
Activos disponíveis para venda	-	-
Passivos a custo amortizado	2.786.616	1.261.542
	2.786.616	1.261.542

As diferenças de câmbio de activos e passivos financeiros em 2016 e 2015 foram os seguintes:

	Diferenças de câmbio	
	Dez-16	Dez-15
Contas a receber	-	-
Activos disponíveis para venda	-	-
Passivos a custo amortizado	-95.540	2.366.406
	-95.540	2.366.406

31. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 29 de Abril de 2016 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,10 euros por acção (0,055 euros em 2015), correspondendo a um valor total de 1.800.000 euros para as acções em circulação (990.000 euros em 2015), tendo sido efectuado o pagamento em 27 de Maio de 2016.

Foram igualmente pagos no ano 2016 3.798.270 eur de dividendos a um accionista minoritário da subsidiária Ibersande e 538.963 eur a um accionista minoritário da subsidiária Dehesa.

32. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

O Grupo possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e de outra natureza e outras contingências relacionadas com o seu negócio (relativas a licenciamentos, taxas de publicidade, higiene e segurança alimentar e colaboradores, sendo a taxa de sucesso da Ibersol nestes processos historicamente elevada). Não se espera que existam passivos significativos decorrentes dos passivos contingentes.

A 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, as responsabilidades não registadas pelas empresas incluídas na consolidação são constituídas principalmente por garantias bancárias prestadas por sua conta, conforme segue:

	Dez-16	Dez-15
Garantias bancárias	2.188.430	1.875.027

As garantias bancárias detalham-se, por tipo de cobertura, como segue:

<u>Concessões e rendas</u>	<u>Direcção Geral de Finanças e Recl. Processos Judiciais</u>	<u>Reclamações outros processos judiciais</u>	<u>Outros contratos fornecimento</u>
2.042.520	105.239	8.731	31.940

O montante relevante decorre das garantias exigidas pelos proprietários dos espaços em concessão (Ana Aeroportos) ou arrendados (alguns Shoppings).

Adicionalmente a Ibersol SGPS prestou garantias a financiamentos às participadas no montante de 2.750.000 USD.

33. COMPROMISSOS

Não existem compromissos relativos a investimentos contratados na data de aprovação destas Demonstrações Financeiras.

34. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas no grupo são:

- Accionistas

- Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa – 1.680 acções (*)
- Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira – 1.680 acções (*)
- ATPS - SGPS, SA – 13.178.040 acções

(*) os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Carlos Vaz Pinto de Sousa e a António Alberto Guerra Leal Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indirectamente, em partes iguais, através, respectivamente, das sociedades CALUM - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.

- Empreendimento conjunto - UQ Consult, S.A.

No que diz respeito aos saldos e transacções com entidades relacionadas, o valor global dos saldos e transacções do Grupo com o empreendimento conjunto UQ Consult diz essencialmente respeito a serviços de apoio e gestão de sistemas de informação e foi de, respectivamente, 777.509 e 2.498.053 euros.

- Administradores:

A sociedade accionista ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. presta serviços de administração e gestão do grupo, ao abrigo dum contrato de prestação de serviços com a participada Ibersol, Restauração, S.A., tendo recebido da participada Ibersol Restauração, S.A., por tais serviços, a quantia de 800.000 euros no ano de 2016 (800.000 em 2015) Entre as obrigações da ATPS -Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. inclui-se a de assegurar que os administradores da sociedade, António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus administradores qualquer remuneração.

35. IMPARIDADES

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2016 e 2015, na rubrica perdas de imparidade de activos foram os seguintes:

	Dez-16						
	Saldo inicial	Variação perímetro	Anulação	Abates bens c/ imparidade	Imparidade do ano	Reversão imparidade	Saldo final
Activos Fixos Tangíveis	9.633.672	2.772.246	-	-1.665.589	817.744	-90.976	11.467.097
Goodwill	1.861.678	-	-	-	-	-	1.861.678
Activos Intangíveis	3.700.917	40.836	-	-31.215	-	-	3.710.538
Existências	74.981	-	-	-	-	-	74.981
Outros activos correntes	1.442.527	2.022.906	-588.973	-	33.885	-156.467	2.753.877
Outros activos não correntes	134.342	-	-134.342	-	-	-	-
	16.848.116	4.835.988	-723.315	-1.696.804	851.629	-247.443	19.868.171

Dez-15						
	Abates bens					Saldo final
	Saldo inicial	Anulação	c/ imparidade	Imparidade do ano	Reversão imparidade	
Activos Fixos Tangíveis	8.469.432	-	-1.617.285	2.929.579	-148.054	9.633.672
Goodwill	1.861.678	-	-	-	-	1.861.678
Activos Intangíveis	2.581.631	-	-31.862	1.151.148	-	3.700.917
Existências	74.981	-	-	-	-	74.981
Outros activos correntes	1.386.567	24.170	-	102.321	-70.532	1.442.527
Outros activos não correntes	158.512	-24.170	-	-	-	134.342
	<u>14.532.802</u>	<u>-</u>	<u>-1.649.147</u>	<u>4.183.048</u>	<u>-218.586</u>	<u>16.848.116</u>

As perdas de imparidade, de activos fixos tangíveis e intangíveis, detalham-se como segue:

Ano 2016			
	<u>Ativos fixos tangíveis</u>	<u>Ativos intangíveis</u>	<u>Total</u>
Pasta caffè (1 unidade)	110.000	-	110.000
Pans (1 unidade)	169.966	-	169.966
Pizza Móvil (3 unidades)	178.167	-	178.167
Okilo (1 unidade)	172.219	-	172.219
Pans & C. ^a (10 unidades)	187.392	-	187.392
	<u>817.743</u>	<u>-</u>	<u>817.743</u>

Ano 2015			
	<u>Ativos fixos tangíveis</u>	<u>Ativos intangíveis</u>	<u>Total</u>
Pizza Hut (1 unidade)	125.786	-	125.786
Pasta caffè (1 unidade)	110.348	-	110.348
Sol (7 unidades)	1.948.056	1.151.148	3.099.204
Pizza Móvil (2 unidades)	281.561	-	281.561
Miit (2 unidades)	463.827	-	463.827
	<u>2.929.578</u>	<u>1.151.148</u>	<u>4.080.726</u>

Os abates de bens com perdas de imparidade associadas detalham-se como segue:

	<u>Ano 2015</u>		<u>Ano 2016</u>
Pizza Hut (2 unidades)	334.131	Pizza Hut (1 unidade)	192.921
Pans (2 unidades)	397.675	Pans (2 unidades)	127.174
Pasta Caffè (2 unidades)	196.159	Pasta Caffè (1 unidades)	301.204
Pizza Móvil (1 unidade)	196.669	Miit (1 unidade)	119.873
Okilo (2 unidades)	343.062	Multimarca (2 unidades)	676.834
KFC (1 unidade)	181.235	Sol (1 unidade)	<u>278.798</u>
Flor d'Oliveira (1 unidade)	<u>216</u>		
	<u>1.649.147</u>		<u>1.696.803</u>

36. NORMAS IFRS JÁ EMITIDAS OU REVISTAS E DE APLICAÇÃO FUTURA

1. Os impactos da adopção das normas e interpretações que se tornaram efectivas a 1 de Janeiro de 2016, são os seguintes:

Normas:

a) IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações'. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial. Esta norma não teve impacto na entidade.

b) IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos'. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Esta norma não teve impacto na entidade.

c) IAS 16 e IAS 41 (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis'. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Ativos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. Esta norma não é aplicável à entidade.

d) IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados'. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço. Esta norma não é aplicável à entidade, que não tem planos de benefícios definidos

e) IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas'. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Esta norma não é aplicável à entidade.

f) Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar'. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". Esta norma não teve impacto na entidade.

g) IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta'. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. Esta norma não teve impacto na entidade.

h) Melhorias às normas 2010 - 2012. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24. Esta norma não teve impacto na entidade.

i) Melhorias às normas 2012 - 2014. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Esta norma não teve impacto na entidade.

2. Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, que a União Europeia já endossou.

a) IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos

para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. O impacto desta norma está a ser avaliado pela gestão.

b) IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". O impacto desta norma está a ser avaliado pela gestão.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:

a) IAS 7 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

b) IAS 12 (alteração), 'Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

c) IAS 40 (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Não se aplica.

d) IFRS 2 (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("Cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

e) IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

f) Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

g) IFRS 16 (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". O impacto desta norma está a ser avaliado pela gestão.

h) Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem acontecimentos subsequentes a 31 de Dezembro de 2016 que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresentadas.

38. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 28 de Abril de 2017.

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Ibersol, S.G.P.S., S.A., que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 423.057.355 euros e um total de capital próprio de 152.061.828 euros, incluindo um resultado líquido de 23.387.471 euros), a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Ibersol, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Matérias de auditoria relevantes	Abordagem de Auditoria
Recuperabilidade dos ativos fixos Tangíveis e intangíveis e do Goodwill; Divulgações relacionadas com os ativos fixos tangíveis e intangíveis e com o goodwill apresentadas nas notas 8, 9 e 35 das demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2016 os Ativos fixos tangíveis e os ativos intangíveis (excluindo goodwill) reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo ascendem a 179,4 e 14,9 milhões de euros, respetivamente, tendo sido efetuados testes de imparidade às respetivas unidades geradoras de caixa (UGC) identificadas, sempre que existam indícios ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o respetivo valor recuperável possa ser inferior ao valor registado. Em resultado dos testes de imparidade realizados foram registadas imparidades no exercício de 2016 no valor de 817.743 euros. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016 o Goodwill reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo ascende a 111 milhões de euros e diz essencialmente respeito à compra em anos anteriores de 2 filiais (Lurca e Vidisco) e à aquisição em 2016 do Grupo Eat Out, tendo sido efetuados testes de imparidade com base no modelo de cash-flows descontados. Face aos montantes envolvidos, à complexidade do modelo de avaliação e ao elevado nível de julgamento, consubstanciado nos pressupostos utilizados para o cálculo de imparidade, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. O cálculo do valor de uso requer a definição pela Gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos assentes em previsões económicas e de mercado, nomeadamente no que se refere à projeção dos cash-flows futuros, taxas de crescimento na perpetuidade e taxas de desconto a utilizar.	No caso específico dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, analisámos o EBITDA das UGC de forma a identificar as unidades que apresentam indícios de imparidade. Para as situações que requereram a realização de testes de imparidade, os procedimentos de auditoria que desenvolvemos consistiram essencialmente no seguinte: - Avaliação da adequação do modelo de imparidade utilizado pela Gestão e respetivos cálculos embutidos; - Apreciação da razoabilidade dos pressupostos utilizados subjacentes aos modelos de imparidade, nomeadamente quanto aos que apresentam maior sensibilidade na determinação do valor de uso, nomeadamente a evolução das receitas, margem de EBITDA, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade; - Aferição da razoabilidade das projeções dos cash-flows futuros, comparando com a performance histórica, em particular o seguinte: (i) avaliação das taxas de crescimento das vendas pela sua comparação com os valores históricos e previsionais para a economia e setor de atividade; (ii) no caso específico da restauração em áreas de serviço, testamos a razoabilidade dos pressupostos da Administração, relativamente à evolução prevista do tráfego nas SCUT's através de análise dos relatórios do Instituto de Mobilidade e dos Transportes (IMT); - Obtenção da informação dos especialistas da PwC em relação às taxas de desconto utilizadas, tendo por base dados comparáveis de outras empresas do setor de restauração, de forma a aferir a razoabilidade da taxa de desconto; - Realização de reuniões com a Administração para compreender e avaliar os pressupostos utilizados e a sua coerência com o orçamento aprovado para 2017; - Realização de análises de sensibilidade aos principais pressupostos do modelo. Revimos igualmente o cumprimento das divulgações tendo por base o normativo aplicável, nomeadamente o IAS 36, e o que foi considerado

Matérias de auditoria relevantes	Abordagem de Auditoria
	relevante.
Concentrações empresariais Divulgações relacionadas com concentrações empresariais apresentadas na nota 5 das demonstrações financeiras consolidadas. Conforme divulgado nas demonstrações financeiras, durante o exercício de 2016, a Ibersol adquiriu o Grupo Eat Out, tendo reconhecido um Goodwill no valor de 70,6 milhões de euros à data de 31 de dezembro de 2016. A contabilização desta concentração empresarial é complexa, devido aos julgamentos efetuados na aplicação dos normativos contabilísticos, nomeadamente a valorização dos ativos e passivos adquiridos e o consequente apuramento do valor do Goodwill. À data de 31 de dezembro de 2016, no contexto do processo de aquisição do controlo do Grupo Eat Out, foram identificadas marcas que se encontram em processo de valorização ao justo valor através de um conjunto de estimativas e de pressupostos relevantes, que assentam em variáveis macroeconómicas e de mercado, nomeadamente para a definição dos cash-flows futuros, taxas de desconto a utilizar, entre outros. A expressão dos montantes em causa e o grau de julgamento associado à valorização dos ativos e passivos adquiridos, que requer a definição de estimativas e pressupostos complexos por parte da Gestão, justificam que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	Os procedimentos de auditoria que efetuamos sobre este assunto foram, essencialmente, os seguintes: - Obtenção e análise do acordo de compra de forma a compreender os termos e condições da Transação e avaliar o comprimento do IFRS 3 - Concentrações Empresariais; - Análise dos modelos de avaliação preparados pela gestão com o objetivo de valorizar o negócio adquirido e envolvimento dos nossos especialistas em avaliações de empresas no sentido de avaliar os pressupostos e metodologias utilizadas pela gestão; - Análise dos inputs incluídos no modelo de avaliação, incluindo taxas de crescimento previstas e taxas de desconto; - Análise do racional para considerar o apuramento do Goodwill como provisório, em consequência de não se encontrar finalizada a avaliação da valorização da totalidade dos ativos e passivos identificados. Efetuamos também revisão das divulgações efetuadas, em conformidade com o normativo aplicável e com base no que foi considerado relevante.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Ibersol, S.G.P.S., S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 13 de abril de 2004 até ao final do mandato compreendido entre 2001 e 2004, mantendo-nos em funções até à presente data. A nossa última nomeação/eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 6 de maio de 2013 para um mandato compreendido entre 2013 e 2016.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 27 de abril de 2017.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

28 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.

CONSELHO FISCAL

DECLARAÇÃO

Nos termos previstos no art.º 245º, nº 1, alínea c), do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal declara, tanto quanto é do conhecimento dos seus membros e perante os elementos a que tiveram acesso, que a informação constante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IBERSOL-SGPS, SA, respeitante ao ano de 2016, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, e dá uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da IBERSOL-SGPS, SA, e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. -----

Porto, 28 de Abril de 2017

O Conselho Fiscal

(Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva)

(Dr. António Maria de Borda Cardoso)

Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos)

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Senhores Accionistas da IBERSOL - SGPS, SA.: -----

Nos termos das normas legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre a sua acção fiscalizadora desenvolvida no exercício social de 2016, bem como sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da sociedade, apresentadas pelo Conselho de Administração e relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016. -----

1. Relatório da Actividade Fiscalizadora:

O Conselho Fiscal, no exercício das suas competências e de acordo com o mandato conferido, acompanhou, durante o exercício de 2016, a actividade desenvolvida pela sociedade e pelas suas participadas, recebendo para o efeito informação atempada e adequada do Conselho de Administração e do Revisor Oficial de Contas. -----

Ao longo do ano de 2016, o Conselho Fiscal realizou as suas reuniões ordinárias trimestrais, além de outras extraordinárias, em que sempre estiveram presentes os seus membros, e em que foram analisadas as matérias sujeitas às suas atribuições e competências. Nas ordinárias esteve sempre presente o Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo **PricewaterhouseCoopers & Associados-SROC**, devidamente

CONSELHO FISCAL

representado, o qual propôs ao Conselho Fiscal, na primeira reunião anual, e deste obteve a anuência, o plano da sua actividade fiscalizadora, incluindo a destinada a verificar: - a eficácia do sistema de gestão de risco, do controlo interno e da auditoria interna; - a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e respectivas políticas contabilísticas; bem como - os critérios valorimétricos, a regularidade dos livros e registos contabilísticos e respectivos documentos de suporte, e, ainda, - a verificação de bens e valores pertencentes à sociedade. Ao longo do exercício, o Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo prestou ao Conselho Fiscal informações detalhadas sobre as acções desenvolvidas e as conclusões apuradas. ----

O Conselho Fiscal reuniu trimestralmente com o Conselho de Administração, de cujos membros recebeu informações sobre a evolução da actividade social e demais esclarecimentos destinados à apreciação do conteúdo da informação financeira elaborada por aquele Órgão de Administração, em momento anterior à sua divulgação. O Conselho Fiscal não registou constrangimentos no exercício da sua actividade, e não recebeu qualquer participação de ocorrências ou denúncia de quaisquer irregularidades por parte de accionistas, de colaboradores da sociedade, do ROC/Auditor Externo ou de outros. -----

O Conselho Fiscal exerceu as suas competências em matéria de supervisão da actividade e independência do ROC/Auditor Externo, sendo de parecer que foram observadas as práticas recomendadas; e pronunciou-se favoravelmente pela prestação, pelo Auditor Externo, de serviços adicionais aos de auditoria, na medida em que considerou estar salvaguardada a sua independência, ser a respectiva contrapartida remuneratória enquadrada nas condições do mercado e, para além disso, ser do interesse da sociedade beneficiar dos conhecimentos e da pontualidade assegurada na

CONSELHO FISCAL

prestação daqueles serviços. O valor dos serviços adicionais aos de auditoria não ultrapassou trinta por cento do valor global dos serviços prestados. -----

Não foram reportadas ao Conselho Fiscal, por inexistentes, quaisquer transacções entre a sociedade e accionistas ou partes relacionadas, na acepção da Recomendação da CMVM IV.1.2, que devessem ser submetidas ao seu parecer prévio por atingirem o nível de relevância estabelecido por esta entidade de Supervisão. -----

O Conselho Fiscal apreciou os Relatórios de Gestão, individual e consolidado, e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respectivos anexos, relativos ao exercício de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como as Certificações Legais de Contas e Relatório de Auditoria apresentados pelo ROC/Auditor Externo, a **Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC**, anexos ao "Relatório Adicional do ROC ao Órgão de Fiscalização", por ele produzido e referente ao exercício de 2016, ao abrigo do Art.º 24.º do RJSA, aprovado pela Lei nº 148/2015, de 7 de Setembro. Nele se reporta o âmbito da Auditoria, os sócios e colaboradores da SROC que nela participaram, os métodos de avaliação utilizados com referência aos testes de imparidade e concentrações empresariais, o perímetro de consolidação com menção das entidades não auditadas pela *PwC*, a materialidade, a Independência e os serviços adicionais prestados, bem como entre outros, os resultados do Controlo Interno que responde às questões levantadas, as respostas obtidas e as recomendações efectuadas. -----

O Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no nº 5 do Art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, apreciou o Relatório do Governo da Sociedade e atestou a inclusão neste dos elementos referidos no Art.º 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários. -----

CONSELHO FISCAL

2. Parecer:

Face à análise realizada, é parecer do Conselho Fiscal que se encontram reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove: -----

- a) Os Relatórios de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidados, relativos ao exercício social de 2016, com os respectivos anexos, assim como o Relatório de Governo da Sociedade; e, -----
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração. -----

Porto, 28 de Abril de 2017

O Conselho Fiscal

(Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva)

(Dr. António Maria de Borda Cardoso)

(Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos)